





DECRETO-LEI N.º 1.713, DE 28 DE OUTUBRO DE 1939 (*)

Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e para cumprimento do art. 156,

Decreta:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Esta lei regula as condições de provimento dos cargos públicos, os direitos e vantagens, os deveres e responsabilidades dos funcionários civis da União, dos Territórios e, no que couber, dos da Prefeitura do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios. (**)

(*) Texto resultante das modificações introduzidas pelos Decretos-leis ns. 1.795, de 22-11-39 — Art. 72; 3.194, de 14-4-41 — Art. 186, § 1.º; 3.330, de 5-6-41 — Art. 248; 3.522, de 19-9-41 — Art. 214; 3.678, de 2-10-41 — Arts. 103 e 104; 3.764, de 23-10-41 — Art. 186 e parágrafos; 6.558, de 5-6-44 — Arts. 17, §§ 6.º, 7.º, 8.º e 9.º e artigo 51, parágrafo único; 6.724, de 24-7-44 — Art. 206, parágrafo único; 6.849, de 4-9-44 — Art. 172; 6.873, de 15-9-44 — Art. 118; 6.924, de 5-10-44 — Art. 97, VII; 7.501, de 30-4-45 — Arts. 132 e 134; 8.199, de 21-11-45 — Art. 72; 7.969, de 19-9-45 — Art. 154; 8.241, de 27-11-45 — Art. 206, parágrafo único; 8.253, de 29-11-45 — Art. 197, e 9.687, de 30-8-46 — Art. 130, § 4.º.

(**) Durante o estado de guerra criado pelo Decreto n. 10.538, de 31-8-42, esteve suspensa a vigência dos seguintes artigos do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939) art. 80, § 2.º; art. 113; art. 145; art. 147; art. 151, item

Personal das Secretarias dos Tribunais Especiais — Dispõe o art. 19 da Lei n.º 405-42 (que criou os Quadros das Secretarias dos referidos Tribunais), os artigos:

"Aplicam-se aos funcionários dos Quadros das Secretarias dos Tribunais Especiais as normas vigentes do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis, mas não colidem com as de presente lei".

Da leitura do dispositivo transcritto verifica-se que o E. P. a legislação fundamental das fundações das Secretarias dos Tribunais Especiais, apenas limitada no que concerne a normas em contrário da dita lei.

Como de tal lei nada consta sobre transferência, é óbvio que se aplica ao referido pessoal todas as normas estatutárias para transferência de funcionários da União (arts. 43.º do E. P., regulamentada pelo Decreto n.º 4.320-40). — Par. de DASP, Proc. 4.389-40. — D. O. 16-9-42, pág. 32. VII.

Secretarias do Tribunal de Justiça do Distrito Federal — Ao pessoal dos serviços auxiliares, aplicam-se, na que não colide com a presente Lei, as normas da legislação federal sobre os deveres, direitos e vantagens do pessoal do serviço público, sendo-lhe extensivos os novos valores das posições de vencimentos fixados pela Lei n.º 400, de 15 de novembro de 1940 (Lei n.º 242, de 15 de dezembro de 1940). — Art. 7.º da Lei n.º VII, de 16-12-42. — D. O. 31-12-42.

Uniformidade de tratamento — O Estatuto veio dar a todos os funcionários públicos o mesmo tratamento, quer no tocante aos deveres, quer aos direitos. — Exp. mot. 304, 30-4-41, do DASP. — D. O. 3-5-41.

Oficial Honorário — Funcionário público, oficial honorário do Estado, está subordinado ao Estatuto dos Funcionários. — Par. de 30-9-40, do DASP, no proc. 4.324-40. — D. O. 1-10-40, pág. 15. 350 — J. A. (DASP) V vol., pág. 604.

VIII: art. 180 e parágrafo único, art. 191; art. 192; art. 193, alínea b; e art. 240, parágrafo único, segundo dispõe o art. 1.º do Decreto-lei n.º 4.096, de 16-3-42. Essa disposição modifica, ainda, as seguintes disposições:

"Parágrafo único. O art. 145 do referido Estatuto vigorará com a seguinte redação:

Art. 145. Quando licenciado para tratamento de saúde, o funcionário receberá a remuneração e a conservação, mas a licença se prolongar até seis meses; excedendo deste prazo, sofrerá a suspensão de seu cargo, do último até o último segundo mês, e de dois tempos nos dois meses seguintes.

Art. 2.º Em caso expulso, a julgo dos chefes do serviço, poderão ser expedidas cartas, até 30 dias conservativas, a funcionários e extracomerciais contratados e mantidos, respectivamente, sempre, a indistintos e a conveniência do serviço.

Parágrafo único. A autoridade que houver concedido as férias poderá, a qualquer momento, determinar a sua interrupção e a volta imediata do funcionário ao extracomercial ao serviço.

Art. 3.º Ficam os Interventores Federais nos Estados, os Prefeitos do Distrito Federal e Municípios e os Governadores nos Territórios, autorizados a admitir, nas respectivas jurisdições, medidas idênticas às contempladas neste Decreto-lei.

— Esse decreto-lei foi revogado pelo Decreto-lei n.º 8.174, de 14-11-48, que restabeleceu a vigência na a primitiva redação dos dispositivos citados do Estatuto.

Personal das Secretarias dos Tribunais Eleitorais — Dispõe o art. 10 da Lei n.º 487-48 (que criou os Quadros das Secretarias dos Tribunais), in verbis:

"Aplicam-se aos funcionários dos Quadros das Secretarias dos Tribunais Regionais as normas vigentes do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis, que não colidam com as da presente lei".

Da leitura do dispositivo transcrita verifica-se que o E. F. é legislação fundamental dos funcionários das Secretarias dos Tribunais Eleitorais, apenas limitada no que concerne a normas em contrário da dita lei.

Como de tal lei nada consta sobre transferência, é óbvio que se aplica ao referido pessoal todas as normas estatutárias para transferência do funcionalismo da União (arts. 63.7 do E. F., regulamentadas pelo Decreto n.º 8.250-40). — Par. do DASP, Proc. 4.389-45. — D. O. 16-9-49, pág. 13.371.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal — Ao pessoal dos serviços auxiliares, aplicam-se, no que não colidir com a presente Lei, as normas da legislação federal sobre os deveres, direitos e vantagens do pessoal do serviço público, sendo-lhe extensivos os novos valores dos padrões de vencimentos fixados pela Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948 (Lei n.º 542, de 15 de dezembro de 1948). — Art. 7.º da Lei n.º 973, de 18-12-49. — D. O. 21-12-49.

Uniformidade de tratamento — O Estatuto veio dar a todos os funcionários públicos o mesmo tratamento, quer no tocante aos deveres, quer aos direitos. — Exp. mot. 704, 30-4-41, do DASP. — D. O. 9-5-41.

Oficial honorário — Funcionário público, oficial honorário do Exército, está subordinado ao Estatuto dos Funcionários. — Par. de 30-9-40, do DASP, no proc. 8.734-40. — D. O. 1-10-40, pág. 18.750 — J. A. (DASP) V vol., pag. 404.

VIII: art. 136 e parágrafo único; art. 191; art. 193; art. 197, alínea b; e art. 245, parágrafo único, segundo dispunha o art. 1.º do Decreto-lei n.º 4.082, de 16-9-42. Esse decreto-lei continha, ainda, as seguintes disposições:

"Parágrafo único. O art. 165 do referido Estatuto vigorará com a seguinte redação:

Art. 165. Quando licenciado para tratamento de saúde, o funcionário receberá o vencimento e a remuneração, caso a licença se prolongue até seis meses; excedendo este prazo, sofrerá o desconto de um terço, do sétimo até o décimo segundo mês, e de dois terços nos dois meses seguintes.

Art. 2.º Em casos especiais, a juízo dos chefes de serviço, poderão ser concedidas férias, até 20 dias consecutivos, a funcionários e extranumerários contratados e mensalistas, respeitadas, sempre, a interesse e a conveniência do serviço.

Parágrafo único. A autoridade que houver concedido as férias poderá, a qualquer momento, determinar a sua interrupção e a volta imediata do funcionário ou extranumerário ao serviço.

Art. 3.º Ficam os Intervenientes Federais nos Estados, os Prefeitos do Distrito Federal e Municipais e os Governadores nos Territórios, autorizados a adotar, nas respectivas jurisdições, medidas idênticas às constantes deste Decreto-lei".

— Esse decreto-lei foi revogado pelo Decreto-lei n.º 8.176, de 14-11-45, que restabeleceu a vigência ou a primitiva redação dos dispositivos citados do Estatuto.

Parágrafo único As suas disposições aplicam-se ao ministério público, ao magistério e aos funcionários das secretarias do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, no que não colidirem com os dispositivos constitucionais.

— Vide art. 273 deste Estatuto.

Ministério Público — Os membros do Ministério Público da União, do Distrito Federal e dos Territórios ingressarão nos cargos iniciais da carreira mediante concurso. Após dois anos de exercício, não poderão ser demitidos senão por sentença judiciária ou mediante processo administrativo em que se lhes faculte ampla defesa; nem removidos, a não ser mediante representação motivada pelo chefe do Ministério Público, com fundamento em conveniência do serviço (art. 127 da Const.).

— Os órgãos do Ministério Público Federal terão as garantias, direitos e deveres regulados nas leis gerais relativas aos funcionários públicos e as que lhes são asseguradas nesta lei e em lei especial. — Artigo 5.º do D. L. 9.608, de 19-8-46 — D. O. 24.

Secretarias do Poder Legislativo — A cada uma Câmaras compete dispor, em regimento interno, sobre sua organização, polícia, criação e provimento de cargos. (Art. 40 da Constituição).

Secretaria do Poder Judiciário — Compete aos Tribunais: II — elaborar seus regimentos internos e organizar os serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos na forma da lei; e bem assim propor ao Poder Legislativo competente a criação ou a extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos. (Art. 97 da Const.).

Magistrados da Justiça Militar — Aos magistrados da Justiça Militar não se aplicam os dispositivos do E. F., salvo quando lei expressa assim o determinar, como no caso de licenças. — Proc. 205-44 do DASP — D. O. 14-2-44, pág. 2.472.

Ministros do Supremo Tribunal Federal — A aposentadoria, as licenças e o auxílio para funeral dos Ministros do Supremo Tribunal Federal são regulados pelo D. L. 7.730, de 12-7-45 — D. O. 14.

Militares — Não poderão ser aplicadas aos militares as disposições do E. F., de vez que são duas modalidades diversas de servidores da Pátria, regidas cada qual por seu Estatuto próprio. — Exp. mot. 1.657, 14-8-45, do DASP — D. O. 25-5-45, pág. 13.959.

Secretaria do Tribunal de Contas — O Tribunal de Contas exercerá, no que lhe diz respeito, as atribuições do art. 97, e terá quadro próprio para o seu pessoal. (Art. 76, § 2.º, da Const.).

Art. 2.º Funcionário público é a pessoa legalmente investida em cargo público.

— Leg. ant.: Art. 1.º, parágrafo único, do Decreto n.º 18.088, de 27-1-28.

um a três meses, ou multa de quinhentos mil réis a três contos de réis — Art. 45 do Decreto-lei n.º 3.688, de 3-10-41 — Lei das Contravenções Penais.

Usurpação de função pública — O simples fato de, no curso de uma discussão, alguém alegar que é investigador de polícia, não constitui usurpação de função pública, não passando de simples demonstração de basófia. — Ac. de 13-6-45 do T. J. Distrito Federal na Revisão Criminal 1.451. — R. S. P., Out., Nov., 46, pág. 121.

Definição de funcionário — A definição estatutária de funcionário vige, apenas, para os efeitos da aplicação do Estatuto (arts 2.º e 3.º).

Fora disso, o conceito de funcionário público não era nem é fixo mas eminentemente variável, adquirindo ora caráter mais amplo, ora mais restrito. — Desp. de 27-10-43, do DASP no Proc. 11.703-42 — D. O. 30-9, pág. 14.569.

— Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitóriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública. Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal (art. 327 e parágrafo único do Código Penal).

Art. 3.º Cargos públicos, para os efeitos dêste Estatuto, são os criados por lei, em número certo, com denominação própria e pagos pelos cofres da União.

— Leg. anterior: art. 2.º do Dec. 18.088, de 27-1-228.

Características dos cargos públicos — A função de Representante do Brasil no Conselho Administrativo da Repartição Internacional do Trabalho se ressentia de dois atributos peculiares "a cargo": o caráter de permanência da função que lhe é correspondente e a condição de se incluir no conjunto de atividades dos diversos órgãos de governo ou de administração, mesmo sediado no estrangeiro. — Exp. mot. 2.830, 27-10-41, do DASP — D. O. 31-10-41.

Posteriormente, foi criado o cargo isolado, de provimento em comissão, de Representante do Brasil no C. A. da R. I. T. — D. L. 7.246, de 16-1-45.

— A denominação de cargo se refere ao lugar para que é nomeado o funcionário, enquanto que a de função se refere ao lugar para que é admitido o extranumerário. — Par. de 6-12-46, do DASP, no Proc. 21.164-45 — D. O. 11-12-46, pág. 16.321.

Criação — Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República: IV — criar e extinguir cargos públicos e fixar-lhes os vencimentos, sempre por lei especial (art. 65 da Const.); ressalvada a competência da Câmara dos Deputados, do Senado e dos tribunais federais, no que concerne aos respectivos serviços administrativos, compete exclusivamente ao Presidente da República a iniciativa das leis que criem empregos em serviços existentes, aumentem vencimentos ou modifiquem, no decurso de cada legislatura, a lei de fixação das forças armadas. (Art. 67, § 2.º, da Const.).

Art. 4.º Os cargos são de carreira ou isolados.

— Os cargos podem ser de provimento efetivo ou em comissão. A investidura, e não a forma do provimento, caracteriza fundamentalmente a função pública. É princípio assente em matéria de administração que, tanto o cargo como a função, não existem em benefício do ocupante, e sim, do Estado. — Exp. mat. 360, 18 e 41, do DASP. — D. O. 26.

Paragrafo único. São de carreira os que se integram em classes e correspondem a uma profissão; isolados, os que não se podem integrar em classes e correspondem a certa e determinada função.

— Leg. ant.: Art. 2.º da Lei 284, de 1936.

Art. 5.º Classe é um agrupamento de cargos da mesma profissão e de igual padrão de vencimento.

As classes de uma carreira recebem, apenas, vencimentos e não hierarquia, a carreira, princípio fundamental da Lei do Regulamento, e que identifica o funcionalismo. — Exp. do I A. P. no Proc. 1.812 — D. O. 12-12-38, pag. 25.780. — J. A., 1.º, pág. 43.

Art. 6.º Carreira é um conjunto de classes da mesma profissão, escalonadas segundo os padrões de vencimento.

A carreira significa função, profissão, conhecimentos especializados, atribuições determinadas; a classe, por sua vez, indica apenas vencimentos. — Exp. mat. 2, 12 e 38, do I A. P. — E. M., 1.º vol., pag. 2.

Comentário da Lei 284. — O que a Lei 284 fez foi, primeiramente, agrupar os funcionários pelas respectivas profissões, em segundo, agrupá-los dentro das profissões, em classes, tendo em vista a determinar a sua aproximação entre os seus vencimentos anteriores, actuais e de futuro, e, em terceiro, pela Lei 18, e os padrões previamente fixados, em terceiro, formar, com as classes assim constituídas, as carreiras, caracterizadas pela profissão. Na formação das carreiras teve-se em vista não dar uma estrutura que mais o assemelhasse a uma carreira, com um conjunto de cargos que possivelmente não fariam parte de uma carreira, e a função pública, posto a carreira, formada, portanto, constituir carreiras em classes, e de graduação de acordo com o montante de qual, bem como integrar classes com o mesmo montante de cargos. — Exp. mat. 360, de 21-12-38. — E. M., 1.º vol., pag. 384.

permanente (Q.P.) -- dos cargos e funções de caráter permanente e outro suplementar (Q.S.) -- correspondente aos cargos que, por qualquer motivo, devem desaparecer.

Art. 9.º Não haverá equivalência entre as diferentes carreiras.

— **Leg. ant.:** Art. 4.º do Decreto nº 5.622, de 28-12-28, e art. 5.º da Lei 284, de 1936.

— Ficam revogadas tôdas as disposições de leis anteriores que equiparam cargos ou vencimentos e pertencem a elevação do número de funcionários. — Art. 48 da Lei 284, de 1936.

Função de chefia — O fato de determinado funcionario chefiar uma secção não fundamenta a equiparação de suas atribuições a de outros chefes de secção do mesmo organo.

Para isso, era necessário que todas essas pessoas tivessem os mesmos ou identicos cargos, as mesmas ou identicas responsabilidades, o mesmo ou correspondente volume de trabalho. — Exp. mot. 3.542, 8-12-41, do DASP — J. A. (DASP), 7.º vol., pág. 176.

Art. 10. Os cargos públicos são acessiveis a todos os brasileiros, observadas as condições de capacidade prescritas nas leis, regulamentos e instruções baixadas pelos órgãos competentes.

Constituição — Os cargos públicos são accessiveis a todos os brasileiros, observados os requisitos que a lei estabelecer (art. 184).

TITULO I

PROVIMENTO E VACÂNCIA DOS CARGOS PÚBLICOS

CAPITULO I

Do provimento

Art. 11. Compete ao Presidente da República prover, por decreto, os cargos públicos federais, salvo as exceções previstas na Constituição e nas leis.

Constituição — Segundo estabelece o art. 87 da Constituição, "compete, privativamente, ao Presidente da República: V — prover, na forma

da lei e com as ressalvas estabelecidas por esta Constituição, os cargos públicos federais.

Assim, as ressalvas constantes da Constituição sobre provimento de cargos públicos são as referidas às Secretarias (art. 1.º, parágrafo 1.º), ao (art. 12), ao Poder Judiciário (art. 91, III) e ao Tribunal de Contas (art. 76, § 2.º).

— Leg. art. — Art. 1.º do Decr. 19.368, de 11-11-20.

Exatidão do documento. — Nos casos de extração de documento provisório em cargo público, deve ser fornecida certidão da copia fiel do original, a qual poderá ser aproveitada, desde que não haja alteração, no documento definitivo da documentação de cargo. — Par. 2.º, 12, de 22-6-44 do DASP. — D. O. 17-14, pag. 11.634. — J. O. A., 24-6-44.

Exercício. — A atribuição de provimento de cargo compete aos serviços de pessoal. — Exp. mot. 3.209, 22-11-41, do DASP. — D. O. 1-12.

Exerceridade. — A nomeação efetiva de professores catedráticos fica adstrita à regra geral de provimento de cargos públicos, estabelecida pelo art. 1.º da Constituição da República, a saber, que a expressão "a fim de cumprir o texto estatutário" se refere ao interesse do cargo, não do candidato desejante, e para a nomeação de acordo com a lei. — Par. 1.º, e 12, da Constituição da República da América Latina em 1946, no ato. — Par. de 4-6-47, do DASP no Proc. R. 0.540. — D. O. 1-12-47, pag. 1.891.

Art. 12. Os cargos públicos são providos por:

- I. Nomeação.
- II. Promoção.
- III. Transferência.
- IV. Reintegração.
- V. Readmissão.
- VI. Reversão.
- VII. Aproveitamento.

Preferência. — Nomeação e transferência em cargo público. — Ap. o texto, art. 1.º da Constituição, dos candidatos e do cargo, haverá a preferência assegurada por ordem de provimento aos cargos de classe oficial de carreira.

Antes do recebimento de sua relação, as transferências a outros cargos deverão ser efetuadas, e a ordem cronológica para as mesmas, a ordem de preferência da República, dando-se, em caso de empate, preferência à transferência em favor. — Par. de 24-6-45 do DASP no Proc. R. 0.540. — D. O. 28-9-45, pag. 15.425. — R. S. P., Dez. 46, pag. 125.

Art. 13. So poderá ser provido em cargo publico quem satisfizer os seguintes requisitos: (*)

Extranumerarios deve satisfazer requisitos — Em face da legislação vigente, nao ha possibilidade de alguem sem extranumerarios o direito de irte so nas carreiras do funcinarianho, independente da prestacao de concurso e do cumprimento das demais exigencias legais que regem o provimento de cargo publico. — Exp. mot. 1.620, de 11-10-49 do DASP — D. O. 26 — J. A. (DASP), V, pag. 271.

Sexo — O Estado nao faz nenhuma distincão de sexo entre os requisitos necessarios ao provimento em cargo publico. Entretanto algumas carreiras, pela sua natureza, sao inaceciveis a pessoas do sexo feminino o que e estipulado nas condições de inscriçao de concurso, tendo de salientar que outras carreiras e series funcionais existem cujas atribuições somente as mulheres deverao ser exercidas. — Exp. mot. 829, de 9-6-41, do DASP — D. O. 16. — J. A. (DASP), VI, pag. 103.

Vacina B.C.G. — Dentro de dois anos sera pedido o registro de vacinação B.C.G., no ingresso do funcinarianho publico Art. 3 da Lei 484, de 13-11-48 — D. O. 4 12-48

I. Ser brasileiro;

Constituição — Art. 129. "São brasileiros:

I — os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, nao residindo estes a serviço do seu pais;

II — os filhos de brasileira ou brasileira, nascidos no estrangeiro, se os pais estiverem a serviço do Brasil ou, nao o estando, se vierem residir no pais. Neste caso, atingida a maioridade, deverao, para conservar a nacionalidade brasileira, optar por ella dentro em quatro anos;

III — os que adquiriram a nacionalidade brasileira nos termos do art. 69, ns. IV e V, da Constituição de 24 de fevereiro de 1891;

IV — os naturalizados pela forma que a lei estabelecer, exigidas aos portuguezes apenas residencia no pais por um ano ininterrupto, idoneidade moral e sanidade fisica.

Art. 130. Perde a nacionalidade o brasileiro.

I — que, por naturalização voluntaria, adquirir outra nacionalidade;

II — que, sem licença do Presidente da Republica, aceitar de governo estrangeiro comissao, emprego ou pensao,

(*) *Parlamentares* — Os deputados e senadores nao poderao:

I — deixar a expedicao do 1.º termo

b) aceitar nem exercer comissao ou emprego remunerado de pessoa juridica de direito publico, entidade autarquica, sociedade de economia mista ou empresa concessionaria de serviço publico;

II — deixar a posse

b) ocupar cargo publico do qual possa ser demittido *ad nutum*. (Art. 48 da Constituição).

mento; justificação individual na forma do Decreto 3.607, de 10-2-1986; cédula de reserva ou certificado de reservista militar, título de eleitor, desde que não seja proveniente de alistamento *ex officio*, título declaratório de naturalização, documento de inscrição ou quitação do serviço militar obrigatório, diploma ou título certificado de estabelecimento oficial e certidão de inteiro teor, de qualquer dos documentos transcritos extrairia de processos em andamento ou arquivados em repartições públicas federais, estaduais ou municipais, ou em estabelecimentos oficiais de ensino. Exatidão de datação do mês, e na ausência do mês, o nascimento deverá ser considerado como ocorrido no último dia do mesmo e, na falta do mês, como ocorrido no dia 1 de dezembro do ano declarado. (Circ. 837, de 20 de junho de 1991 da S. P. R.)

III. Haver cumprido as obrigações e os encargos para com a segurança nacional;

Constituição — Art. 181. "Todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar e a outros encargos necessários à defesa da Pátria, nos termos e sob as penas da lei."

§ 1.º — As mulheres ficam isentas do serviço militar, nas sujeitas aos encargos que a lei estabelecer.

§ 2.º — A obrigação militar dos cidadãos será cumprida nos serviços das forças armadas ou na sua assistência essencial.

§ 3.º — Nenhum brasileiro poderá a partir da idade mínima fixada em lei, para prestação de serviço militar, exercer função pública ou ocupar emprego em entidade pública ou empresa de economia mista ou empresa controlada de serviço público, sem a prova de ter-se alistado e de estar isento da prestação de serviço.

§ 4.º — Para fazer valer o cumprimento das obrigações militares, são permitidos os títulos de guerra e outros títulos de formação de reservistas".

Seção de militar — Art. 140. "Nenhum brasileiro, entre dezoito e quarenta e cinco anos de idade, poderá, sem fazer prova de que cumpria com suas obrigações militares."

a) Ser o mesmo funcionário público ou empregado federal, estatutal ou não estatutal, contratado ou não contratado ou empregado em institutos paraestatais, autarquias, sociedades e empresas públicas, municipais, distritais ou estaduais, ou casa exclusiva e funcionamento dependente de autorização ou reconhecimento pelo poder público.

b) Ser o mesmo funcionário público ou empregado federal, estatutal ou não estatutal, contratado ou não contratado ou empregado em institutos paraestatais, autarquias, sociedades e empresas públicas, municipais, distritais ou estaduais, ou casa exclusiva e funcionamento dependente de autorização ou reconhecimento pelo poder público.

§ 2.º — Os Chefes de repartição ou serviço, ao Verificarem ter sido nomeado algum cidadão para uma função pública ou empregado em institutos paraestatais, autarquias, sociedades e empresas públicas, municipais, distritais ou estaduais, ou casa exclusiva e funcionamento dependente de autorização ou reconhecimento pelo poder público, deverão, a partir da idade mínima fixada em lei, para prestação de serviço militar, apresentar o comprovante para que se verifique se cumpriu a obrigação militar, sob pena de multa, quando for o caso, a autoridade responsável". (D. L. 3609, de 2-1-1966 — D. O. 26)

Prova de porte de arma — Constituem prova de estar o cidadão em dia com suas obrigações militares:

a) *Certificado de Alistamento Militar*, a partir dos dezoito anos até ao completar vinte e cinco anos, sob as penas de existência de adiantamento de alistamento, se for o caso;

V. Ter bom procedimento;

— De acordo com o art. 69 e parágrafo único do Código Penal, a *incapacidade temporária para o exercício em função pública* constitui uma das interdições de direito e na mesma incorrem:

a) de cinco a vinte anos, o condenado à reclusão por tempo não inferior a quatro anos ou o condenado por crime doloso cometido no exercício de função pública, em prejuízo da Fazenda Pública, ou de patrimônio de entidade paraestatal, qualquer que seja o tempo da pena.

VI. Gozar de boa saúde;

Exame de saúde. Todos os funcionários nomeados, reintegrados, readmitidos ou aproveitados e os extrajurísticos admitidos serão obrigatoriamente submetidos às seguintes categorias de exames de saúde: exames prévios, exames periódicos e exames ocasionais. — Art. 31 do Decd. 5.652, de 20-3-40.

O que deve constar do laudo. — Desde que o laudo médico não ateste, expressamente, que o interessado se encontra em boas condições de saúde, por depender, ainda, de resultados de exames, não poderá o nomeado ser empessoado. — Par. de 18-10-41, do DASP, no Proc. 8.803-41 — D. O. 20. — J. A., VII, 514.

— Para efeito de posse é necessário que o laudo médico afirme que o nomeado, no ato do respectivo exame, goza de boa saúde. — Of. 115, de 22-1-41, do DASP, ao Corregedor da Justiça. — D. O. 29. — J. A. VI, 604.

Servidor. — Somente poderá ser provisto em cargo público e tomar posse quem gozar de boa saúde, o que se verificará mediante inspeção médica, mesmo que se trate de funcionário ou extrajurístico. — Cir. D. 1-186, de 5-8-40 — D. O. 6, pag. 15-083. — J. A. (DASP) V, pag. 388.

Procedimento. Os exames de sanidade e capacidade física executados no S. B. M., para fins de concurso ou prova, visam o estado de saúde e a capacidade física do candidato em relação às atribuições do cargo ou função a exercer. — Desp. de 6-3-44, do DASP, no Proc. 9.713-43 — D. O. 83, pag. 3-910.

Comunicações. — As comunicações oficiais de resultados dos exames de sanidade e capacidade física dos candidatos inscritos em concurso ou prova de habilitação, não devem ser feitas pelo S. B. M., mas ficar a cargo da D. S. do DASP, em, por intermédio do órgão oficial, dando a publicidade a habilitação ou inabilitação dos interessados nos respectivos exames. — Desp. de 28-9-44, do DASP, no Proc. 10.142-44 — D. O. 309, 16-9-44.

Condições. — pode ser funcionário público — Exp. mot. 2.984, de 22-9-44, do DASP — D. O. 30-9, pag. 14.567.

Regulamentação. Os requisitos dos exames de saúde e são regulados pelo Decreto de nº 7.210 de 14 de fevereiro de 1946, que "dispõe sobre o regime dos exames de sanidade e capacidade física para fins de posse e exercício e dá outras providências".

Art. 1.º — No julgamento das condições de sanidade e capacidade física dos candidatos a cargo ou função do Serviço Público Federal, as

VIII. Ter-se habilitado previamente em concurso, salvo quando se tratar de cargos isolados para os quais não haja essa exigência;

Constituição -- A primeira investidura em cargo de carreira e em outros que a lei determinar efetuar-se-á mediante concurso, precedendo inspeção de saúde. — Art. 186.

— Leg. ant.: Art. 41 da Lei 284, de 1936.

Os concursos são específicos -- Examinando sendo de nomeação, independentemente de concurso, para cargo da classe inicial da carreira de Oficial Administrativo, de qualquer Ministério, por estar o candidato habilitado em concursos para as carreiras de Escrividário de qualquer Ministério e de Censor d. M. F., a D. S. esclareceu que a habilitação em concurso é específica, pelo que optou pelo indeferimento do pedido, o que foi aprovado -- Proc. n. 18.628-43 -- D. O. 16-11-1943, pag. 16.759.

Primeira investidura -- A primeira investidura a que se refere a Constituição se entende com o serviço público e não com a carreira -- Parl. de 13-1-47, do DASP, no Proc. 5.409-45 -- D. O. 2-1-47, pag. 856.

Concurso para classes intermediárias da total -- A Constituição não estabelece, absolutamente, que os concursos só se realizem para as classes iniciais. Assim, não pode precluir de concurso público a "primeira investidura", isto é, a "primeira nomeação", para "cargos de carreira". Também, essa "primeira investidura" tanto pode estar-se em cargo de classe inicial como em posto intermediário da carreira. É assunto que cabe à lei ordinária regular, obedecendo, apenas, o princípio constitucional da obrigatoriedade do concurso. — Exp. mot. 127, de 21-1-59, do DASP -- E. M., Vol. II, pag. 65.

Nomeação -- Não é conveniente que o provimento de cargo isolado, de preferência, se a feze em caráter efetivo, independentemente de concurso. Exp. mot. 228, de 2-1-11, do DASP -- D. O. 6-1-11, pag. 3.902.

Concursos e nomeação -- Os cargos isolados de provimento efetivo de Conselheiros Comerciais, padrao M. do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, são de caráter nomeação. O disposto na República e suas extensões, no extintivo, parte as Missões diplomáticas. Art. 28 do D. L. 9.292, de 26-4-46. -- D. O. 27.

Extinção de cargo quando a carreira não -- A circunstância de estar o interesse beneficiado pelo art. 25 do A.D.C.T. não justifica a sua nomeação em caráter efetivo, para cargo de carreira, pois a isso se opõe o art. 186 da Constituição. -- Parl. do DASP n. 11 e 198-46 -- D. O. 5-2-48, pag. 1.024, Proc. 2.486-49 -- D. O. 3-6-49, pag. 8.265.

Diplomato -- O ingresso na carreira de Diplomata far-se-á sempre na classe inicial, mediante exames a serem realizados pelo Instituto Brasileiro de Missões das Relações Exteriores, ou por uma seleção entre os melhores aproveitados nos exames finais do "Curso de preparação a carreira de Diplomata", do mesmo Instituto (art. 17 do Regulamento n. 9.112 de 6-1-46) -- D. O. 8-3-46.

Concurso de Promoção -- O provimento na carreira de Conselheiro de Promoção do Q.P. do Ministério das Relações Exteriores, é regulado pela Lei n. 705, de 16-5-49, que assim dispõe:

das químicas para a carreira de Químico. — Despacho de 4-4-42, do Presidente do DASP no Proc. 166-42 — D. O. de 6-3, pag. 358.

Tecnologista — Na ausência de lei especial restrita, aplica-se a regra estatutária, isto é, cabe ao órgão competente, mediante instrução para cada caso, tornar o acesso aos cargos da carreira de Tecnologista privativo de Químicos ou de Engenheiros Industriais ou de Engenheiros Químicos ou ainda, de um grupo com a participação, ou não, dos Engenheiros de Minas.

O diploma deve estar registrado — Verificado que o título de Contador apresentado pelo candidato não está registrado na Divisão do Ensino Comercial do M. E. S., carece-se a inscrição — Desp. de 13-10-43, da D. S. do DASP, no Proc. 16280-43 — D. O. 15-10, pag. 15348.

Contador e contador-ajudante — O regulamento da profissão é regulado pelo Decreto-lei n.º 9235, de 27-5-46.

Engenheiro — Aos concursos para a carreira de Engenheiro não podem concorrer os portadores de diploma de Engenharia Agrônomo. Par. do DASP, de 19-12-47.

— Nomeação interna, para carreira de Engenheiro, deverá recair em pessoa que possua diploma de engenheiro civil. — Exp. mot. 1.767, de 5-8-41 do DASP — D. O. 18.

Investigação social — A prova de investigação social deve abranger não apenas os crimes político e criminal, mas também a análise dos antecedentes funcionais dos candidatos, com a finalidade de torná-la mais eficiente.

A sanção em foco deve ser medida de caráter geral e não circunstanciada a um único candidato. — Par. do DASP no Proc. 5260-49 — D. O. 10-11-49, pag. 40782.

Carreiras técnicas — No M. A. são privativas:

a) de agrônomos ou engenheiros agrônomos, as carreiras de Agrônomo Plântista, Agrônomo Florestal, Agrônomo Econômico, Agrônomo Inspectoral, Agrônomo de Fomento Agrícola, Agrônomo de Plantas Tóxicas, Agrônomo-Fructicultor, Agrônomo Silvicultor e Agrônomo-Horticultor;

b) de veterinários ou médicos veterinários, as carreiras de Inspetor de Produtos de Origem Animal e Veterinários Sanitários;

c) de zootecnistas ou engenheiros zootecnistas, e zootecnistas ou médicos veterinários, as carreiras de Técnico de Educação Rural, Técnico de Cria e Pesca e Zootecnista;

d) de agrônomos ou engenheiros agrônomos e químicos, as carreiras de Químico Agrícola e Florestal.

As carreiras de Biologista e Naturalista não estão sujeitas a requisitos profissionais — Art. 2º do D. L. n.º 65, de 16-1-46 — D. O. 17.

Proletário — Para as vagas de um caráter inferior, para cargos das carreiras de Biologista e Biólogo, de Assistente Técnico, de Engenheiro e de Contador, a Lei n.º 1.337, de 11-1-47, determina — Exp. mot. 1128, 5-7-47, do DASP — D. O. 2-7-47, pag. 9008.

Farmacêutico — Foi admitido o acesso em concurso para a carreira de Farmacêutico, de acordo com diploma que se facultava o exercício

Em face dos princípios gerais consignados aos acima transcritos preceitos legais, concluiu o DASP pela viabilidade da posse. — Par. no Proc. 532-50 — D. O. 31-1-50, pág. 1 457.

Parágrafo único. A prova das condições a que se referem os itens II e VIII deste artigo não será exigida nos casos dos itens IV e VII do art. 12.

Interinos devem satisfazer os requisitos estabelecidos no art. 13 do Estatuto — Circ. 138, de 4-4-40, do DASP — D. O. 8-4-40.

CAPITULO II

Das nomeações

Art. 11. As nomeações serão feitas:

Previdencia — Ex-combatentes. Confirme determina o Decreto-lei n.º 8 561, de 17-12-45, nos concursos e provas de habilitação realizadas para provimento de cargos ou funções de extranumerários no Serviço Público Federal serão feitas duas séries de classificação, a vista dos requisitos exigidos pelos candidatos. (Art. 1.º)

A primeira série será constituída daqueles que, convocados ou voluntários, tenham tomado parte em operações de guerra. (§ 1.º)

A segunda série será constituída dos demais candidatos. (§ 2.º).

As nomeações ou admissões para cargos ou funções de extranumerários serão feitas em primeiro lugar dos candidatos classificados na primeira série, a que se refere o § 1.º do artigo anterior, só podendo ser aproveitados os da segunda série, depois de esgotada a lista de classificação da primeira série" (art. 2.º)

— O art. 148 da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n.º 9 500-46), dispõe, que:

"Das vagas verificadas nos Quadros de funcionários civis dos estabelecimentos e repartições militares, a metade será assegurada aos reservistas de primeira categoria que, até dois anos após o licenciamento se habilitarem para o preenchimento das mesmas, satisfazendo as exigências legais".

Examinando o pedido de um candidato, verificou o DASP que entre a data de licenciamento do postulante e a de sua habilitação no concurso há um hiato superior a dois anos, o que não lhe dá direito a se beneficiar do disposto no citado art. 148, do Decreto-lei n.º 9 500-46.

Isto porque o mencionado dispositivo legal só beneficia aqueles que se habilitaram em concurso, até dois anos após o licenciamento. — Proc. n.º 4.788-49. — D. O. 15-10-48, pag. 14 702.

convocado ou incorporado, para prestação de serviço militar, poderá ser empossado e imediatamente licenciado nos termos da legislação em vigor.

Esses entendimentos não se aplicam aos candidatos habilitados em concurso homologado anteriormente à vigência do mencionado diploma legal — Cir. DF 19, de 5-7-44 — D. O. 7-7-44.

Agente fiscal — Ficam revogadas as disposições referentes à preferência de candidato para nomeação à carreira de agente fiscal do imposto de consumo — D. L. 9 759, de 5-8-46 — D. O. 6-8.

Nomeação para Ministério em que já serve — O candidato habilitado em concurso ou prova, que for servidor do Estado, poderá, se convier a administração, ser nomeado ou admitido para o Ministério a que pertencer, mediante solicitação do chefe de serviço a que estiver subordinado, por intermédio do respectivo órgão de pessoal, que o encaminhará ao DASP, antes da publicação oficial da homologação do concurso ou prova, respeitada, porém, a precedência na **habilitação e considerado** o número de cargos ou funções a preencher. — Circ. DF-12, de 31-12-1942 do DASP — D. O. 5-1-43, pag. 119.

Os pedidos de nomeação ou admissão, para os Ministérios ou repartições em que já servem os candidatos habilitados em concurso ou prova, devem ser encaminhados antes de feitas as respectivas propostas — Circ. DF 16, de 8-6-44, do DASP — D. O. 14-6-44, pag. 10.641.

Propostas — Nada impede que as propostas de nomeação de candidatos habilitados em concurso, obedecida a ordem de classificação, se am feitas em conjunto — Desp. de 12-7-44, da D. F., no proc. 10 422-44 — D. O. 13-7, pag. 12 352.

Concurso — Somente serão nomeados os candidatos habilitados num concurso depois que o fizerem todos os habilitados no concurso anterior, excetuando a D. F. do DASP no processo 192-45 — D. O. 7-8-45, pag. 3.511, — enquanto durar o prazo de validade do primeiro, e claro.

Estado diverso — Candidatos habilitados em concurso num Estado poderão ser nomeados para outro onde não mais existam candidatos habilitados — Desp. de 25-7-44, do DASP, no proc. 10.433-44 — D. O. 27-7-, pag. 13 266.

O pedido de nomeação de candidatos habilitados, em um Estado, para outro qualquer, é atendido colocando-se o nome do solicitante no fim da relação dos habilitados no mesmo concurso, no Estado preferido, independentemente de sua classificação — Desp. de DASP no proc. 4604-48 — D. O. 17-6-48, pag. 8 969.

— Sem prejuízo da classificação no Estado onde se habilitou, inclua-se o nome da requerente no fim da relação dos candidatos aprovados no Distrito Federal e Pernambuco, e entre os dos que fizeram identico pedido, para consideração em tempo fatal.

Esse é o critério geral adotado para solicitações idênticas à presente. (Exp. mot. 791, de 21-8-49, do DASP — D. O. 30-8-49, pag. 12 564). (Exp. mot. 800, 21-9-49, do DASP — D. O. 21-10-49, pag. 14.999).

Transferência de candidato habilitado para Estado diferente. Recurso — A reclamação não versa sobre o concurso, em si mesmo, cuja homologação não sofreu impugnação. Alega-se que posteriormente, um ato do Diretor-Geral, impropriamente denominado transferência de inscrição,

isto é, preferindo um candidato que no mesmo concurso obteve 75,04 em face de outro que não logrou aqueles pontos.

As Instruções Gerais para a realização dos concursos, aprovadas pelas Portarias n.º 164 e n.º 341 não contêm normas que legitimamente possam ser invocadas. Abulem à transferência de inscrições (item 16 da Portaria n.º 164 e item 17 da Portaria n.º 341) e não a alteração, mediante transferência, de classificação publicada, observando-se a gradação geral.

Opino, pois, pelo indeferimento do pedido, por falta de amparo legal. — Par. do C. J. do DASP no proc. 7.024-18 — R. S. P., maio, 49, pag. 104.

I. Para estágio probatório, quando se tratar de cargo público de provimento efetivo, isolado ou de carreira, e ainda que preenchido por concurso.

— Leg. ant.: art. 40 da Lei 284, de 1936.

Cargos isolados — As nomeações para os cargos isolados, cujo provimento independe de concurso, são feitas a critério do Presidente da República, que é o juiz da escolha dos candidatos. — Par. n.º 1.º 7, de 24-5-44, do DASP, aprovado em 27-5-44, pelo P. R. — D. O. 46-43, pag. 771b.

Efetivação sem concurso — A interinidade em cargo cujo provimento depende de concurso, além de não isentar de sua exigência o seu ocupante (§ 2.º do art. 17, do E. F.), obriga-o a inscrição no primeiro que se realizar para o respectivo preenchimento efetivo (§ 3.º, do artigo citado); por isso mesmo, sem previo concurso (item VIII, do art. 1.º, do E. F.) e posterior estágio probatório (item I, do art. 11), não haverá efetivação em cargo de carreira. — Exp. mot. 1.255, de 12-5-44, do DASP — D. O. 24-5, pag. 8.259.

II. Em comissão, quando se tratar de cargo isolado que, em virtude de lei, assim deva ser provido.

— Leg. ant.: Art. 132, § 2.º, da Lei 3.089, de 8-1-1916.

Chefe — É princípio fundamental, para a eficiência do serviço público, dentro das condições limitadas, que as coisas não sejam efetivas, mas sim externas em caráter, critério que permite à Administração escolher os chefes e executivos, mantendo-se a não-alteração do campo de escolha; corrige, com a instabilidade na função, a tendência pronunciada a desleitura, da parte dos que cumprem a coisa pública, por que não tiveram formação adequada, estimulando, por fim, a ambição normal e justificável dos mais aptos, atrincheirando perspectivas aos mais capazes. — Exp. mot. 619, 17-5-49, do DASP — D. O. 21.

Funções de confiança — As funções de secretário, chefe, oficial e auxiliar de gabinete serão exercidas em comissão, por pessoas livremente escolhidas e designadas, observadas as exigências legais ou regu-

a) no impedimento do ocupante efetivo de cargo isolado;

— Vide art. 83 deste Estatuto.

b) em cargo vago de classe inicial de carreira, para o qual não haja candidato legalmente habilitado.

— Vide art. 17 deste Estatuto.

Art. 15. É vedada a nomeação de candidato habilitado em concurso após a expiração do prazo de sua validade.

Concurso para o cargo Interino não pode ser efetivado em face de extinção prevista no art. 1.º do Decreto 2.142 de 20-9-43, aprovado em 3-10-43, pelo P. R. — D. O. 12-10, pag. 15-188.

Art. 16. Estágio probatório é o período de setecentos e trinta dias de exercício do funcionário nomeado para cargo público de provimento efetivo, isolado ou de carreira, durante o qual é apurada a conveniência ou não de sua confirmação, mediante a verificação dos seguintes requisitos:

— Leg. ant.: art. 40 da Lei 284, de 1936.

Poder para licenciar para o estágio probatório — O funcionário suscitado em estágio probatório e que é licenciado para prestar o serviço militar, poderá ter a licença para o cargo que exercer, após o transcurso de 30 dias, salvo contradição dos devidamente fundamentados pareceres de DASP no proc. 14-874-44. — D. O. 26-1-45, pag. 1-416.

- I. Idoneidade moral;
- II. Aptidão;
- III. Disciplina;
- IV. Assiduidade;
- V. Dedicção ao serviço;
- VI. Eficiência.

Extinção da requisição do art. 16 do L. — Fato relativo ao estágio em serviço contínuo e interino — Lei 512, de 2-4-46, de D.A.P. — D. O. 17-4-46, pag. 5-638.

Não é sujeito de licença o estágio — Não estará sujeito à extinção do estágio probatório o funcionário que, nomeado para outro

Dispensa — Extranumerario que adquiriu estabilidade, por força do art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e nomeado, posteriormente, para cargo eletivo, pede dispensa do estágio probatório.

A D. P. do D. A. S. P. opina favoravelmente, invocando, entre outras razões, o art. 12 do Regulamento de Transferência, aprovado pelo Decreto nº 6 222, de 4-9-40.

Assim também me parece. O preceito regulamentar contempla hipótese análoga, sendo a transferência uma das formas de provimento.

No goze das prerrogativas asseguradas pelo Ato Constitucional, deve o extranumerario beneficiar-se também da dispensa do estágio tal como o funcionário, uma vez que a razão da escusa, no caso deste, é a *estabilidade*, adquirida anteriormente. A invocação da analogia tem pertinência conforme os pressupostos que indicarei em parecer anterior. (Processo nº 9 356-46), publicado na "Revista de Direito Administrativo", vol. VI, pag. 241). — Par. do C. J. do DASP no proc. 942-49 — D. O. 31-3-49, pag. 4 791 — Par. do DASP no proc. 4.775-49 — D. O. 20-10-49, pag. 14.941.

Ocupante de mandato eletivo municipal nomeado para cargo federal — O DASP examinando o assunto decidiu que o interessado deve ser empossado e imediatamente afastado do exercício, mas que o estágio probatório só deveria ser iniciado a partir da reassunção, pelo mesmo, do cargo para o qual foi nomeado — Proc. 6 416-48 — D. D. 24-9-48, pag. 15 975.

§ 1.º Sem prejuízo da remessa periódica do Boletim de Movimento ao Serviço do Pessoal (*), os chefes da repartição ou serviço em que sirvam funcionários sujeitos ao estágio probatório, quatro meses antes da terminação deste, informarão reservadamente à Comissão de Eficiência sobre esses funcionários, tendo em vista os requisitos enumerados nos itens I a VI deste artigo.

(*) *Serviço de Pessoal* — Os serviços de pessoal, nos Ministérios, têm a gênese da sua criação no art. 44 da Lei 284, de 1906, que assim dispunha: "Os Ministérios organizarão um serviço completo de assentamentos do seu pessoal." e foram criados pelo Decreto-lei 204, de 26-1-38, cujo art. 1.º estabeleceu:

"Haverá em cada Ministério um serviço incumbido da coordenação sistemática dos assuntos relativos aos funcionários públicos civis e aos extranumerarios, bem como da execução e fiscalização das medidas de caráter administrativo, econômico e financeiro que a seu respeito forem adotadas".

— A iniciativa para o provimento de cargos e funções que se vagarem e a lavratura de todos os atos relativos aos funcionários e extranumerarios cabem, exclusivamente, aos serviços de pessoal, competindo, privativamente, aos mesmos serviços instruir os processos, propor o provimento de cargo e lavrar todos os atos relativos à vida administrativa, financeira e econômica dos funcionários e extranumerarios, que devem

(D. O. 9-9-48, pág. 13.055), devendo essa medida ser extensiva ao pessoal da Marinha que esteja embarcado nos navios em operação efetiva de guerra (comboios e transportes de tropas) — D. O. 7-10-47.

Professor catedrático interino — Nada impede seja empregada a expressão "Professor Catedrático, interino".

A condição de *interino* aí não se refere propriamente ao cargo em si, mas ao caráter da nomeação. — Par. do DASP no proc. 3-12-47 — D. O. 6-8-47, pág. 10.617.

§ 1.º O funcionário ocupante de cargo de carreira não poderá ser provido interinamente em outro cargo de carreira.

Consequência — O funcionário, titular efetivo de um cargo de carreira, ou isolado, não poderá ser provido em outro, salvo quando se tratar:

- a) de substituição de ocupante de cargo isolado; e
- b) de nomeação, em comissão, para cargo que dê-se modo deva ser provido.

Assim, resolvidas essas hipóteses, a nomeação de funcionário para exercer interinamente, outro cargo, de qualquer natureza, quando acerto, importará em exoneração automática do cargo de que o nomeado seja ocupante efetivo. — Exp. mot. 2-253, de 18-12-40, do DASP — D. O. 26, pag. 23.702 — J. E. F., 1.º vol., pag. 19. — Circ. DF-206, 31-12-40, do DASP. Circulares do DASP, pág. 62.

-- Segundo esclareceu o DASP, em exposição de motivos nº 816, de 9-5-42, "esse dispositivo, porém, teve em vista, apenas, evitar a acumulação de cargos, que a lei expressamente proíbe, podendo, assim, ser feita a nomeação interina, sempre que o exigir o interesse da administração e que o proposto, quando funcionário, depois de esclarecido, opte pela interinidade". — D. O. de 27-5, pág. 8.616 — J. A. 9.º, 106.

— Funcionário em comissão não pode ser provido interinamente em outro cargo público, sob pena de perder o que exerce, salvo se se tratar de substituição — Par. de 14-1-42, do DASP no proc. 11-289-41 — D. O. 16-1, pag. 791.

Comissão — A nomeação interina, além do caráter precário de que se reveste, pressupõe deficiência de pessoal para atender as necessidades do serviço, não se justificando, assim, que o funcionário conserve o cargo que exerce interinamente, se nomeado para cargo em comissão. — Par. de 21-11-46, do DASP, no proc. 4-636-46 — D. O. 26-11-46, pag. 15.762.

§ 2.º O exercício interino de cargo cujo provimento dependa de concurso não isenta dessa exigência, para nomeação efetiva o seu ocupante, qualquer que seja o tempo de serviço.

— Leg. ant.: Art. 53, da Lei 284, de 1936.

Dispensa de concurso — O § 2.º do art. 17 do Estatuto, determinando que o exercício interino do cargo não isenta do concurso, qualquer que

Art. 17. § 2.º

II — o tempo de serviço no cargo ou na função, inclusive os períodos de afastamento por motivo de licença para tratamento de saúde;

III — o tempo de serviço já prestado às forças armadas.

Art. 1.º — Função permanente é a que, por sua natureza, atenda ao serviço normal e indispensável à Administração, ou que corresponda ou tenha correspondido, seja igual ou diferente den minuição, a cargo efetivo, criado em lei.

Art. 5.º — Vetado.

Art. 6.º — Ao servidor que, na data da promulgação da Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estiver no cargo, local ou tempo permanentemente no exercício do cargo ou função permanente ou, em qualquer época, para o exercício de mandato eletivo, ficam asseguradas, igualmente, as garantias da presente lei.

Art. 7.º — Serão efetivados, na forma desta lei, os fatos natos ou intencionais, em exercício a 18 de setembro de 1964, de servidores anteriormente empregados em comissão ou prova de habilitação, para a função transformada no cargo exercido.

Art. 8.º — Vetado.

Art. 9.º — Vetado.

Art. 10. — Vetado.

Art. 11. — Vetado.

Art. 12. — Vetado.

Art. 13. — Dentro de noventa dias após a promulgação desta lei, o Poder Executivo, fará publicar os quadros a que esta se refere, bem como a relação dos servidores beneficiados, com as respectivas indicações.

Art. 14. — Serão imediatamente apostiladas as títulos de nomeação dos servidores públicos beneficiados por esta lei e expedidos títulos aos que não o possuírem.

Parágrafo único. — O gozo dos direitos assegurados na presente Lei independe, entretanto, das formalidades previstas neste artigo.

Art. 15. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário. (D. O. 15-12-48)

Fluets — A contagem de tempo de serviço estadual para os efeitos do art. 2.º do A. D. C. 1.º só foi alterada pela Lei n.º 326-A, de 1948.

Trata-se de lei interpretativa, e seus efeitos retroagem, no entanto, à data da promulgação do A. D. C. T. (Par. do DASP no proc. 1 787-49 — D. O. 30-9-49, pag. 14 0 9).

Tempo de serviço — O tempo de serviço prestado e no *Serviço Público da Justiça* não pode ser contado para os fins do art. 2.º do A. D. C. 1.º — Par. do DASP no proc. 3 155-49 — D. O. 16-7-49, pag. 10 128.

— O tempo de serviço no *Departamento Nacional de Café* não é computado para esse fim. — Par. do DASP no proc. 1 752-49 — D. O. 17-6-49, pag. 8 823.

— O tempo de serviço prestado, em cargo em comissão, no *Conselho Técnico de Economia e Finanças*, não é computado para o mesmo fim. — Par. do DASP no proc. 4 7-2-49 — D. O. 20-2-49, pag. 13 521.

— O tempo de serviço em *Polícia Militar* estadual é contado para perfazer o cinco anos exigidos, pois não se poderia regar as *Polícias Militares* dos Estados o caráter de forças armadas. — (Par. do DASP no proc. 1 559-49 — D. O. 11-5-49, pag. 7 319).

O Serviço de Justiça e serviço público. Desde que para outros efeitos seja contado o respectivo tempo, também deverá ser para a efetivação nos termos em que a Lei 5.564 regulou a matéria.

É preciso, porém, que em se tratando de serviço estadual a lei local permita também a contagem. Caso contrário, a administração federal estaria dando mais efeitos que a estadual, no exercício de seus poderes.

Assim, se o tempo a que se alude é contado para todos os efeitos, em face da legislação estadual, também deverá ser levado em conta no plano federal, o que se verifica para os fatos previstos na Lei 5.564, de 1948, independentemente da classificação do nome entre funcionários ou servidores, porque o serviço que estes prestam é também público, como ocupantes de cargos públicos, criados em lei. — Par. do DASP — proc. 2.932-49 — D. O. 10-3-50, pag. 3-8-50.

Precedência dos Subtenentes e Sargentos do Exército. — O regulamento desse órgão foi aprovado em 1º de Agosto de 1944, pelo Decreto 22.134, pelo qual se verifica que a Precedência dos Subtenentes e Sargentos do Exército se estabelece em, estritamente semelhante às antiguidades.

Assim, não é possível computar-se o referido tempo, com o efeito pretendido, de vez que também não se conta com essa finalidade o tempo de serviço prestado às entidades autárquicas. — Par. do DASP — Proc. 298-50 — D. O. 9-3-50, pag. 3-57.

Exercício na data da Constituição. — Sargento o funcionário que estava no exercício interino de cargo público a 1º de setembro de 1946, data da promulgação da Carta Magna, poderia ser beneficiado pela regra constitucional, e, isso mesmo, dentro do limite de determinação contida.

Ora, o interessado, em 1º de setembro de 1946, não mais ocupava interinamente o cargo de Escriturário no Serviço Público Federal, o que importa na impossibilidade de ser beneficiado pelo dispositivo constitucional na data, em razão do cargo federal que exercera interinamente. — Par. do DASP — Proc. 877-50 — D. O. 2-3-50, pag. 4-34.

Tempo em deslize. — Para efeito do art. 2º da A.D.C.T., não pode ser computado em tempo de serviço em operação de guerra. — Par. do DASP no proc. 295-49 — D. O. 22-3-49, pag. 4-145.

Habilitação em prova. — *Extraneamento em cargo.* — Extraneamento admitido para a habilitação em prova e, depois, renovação interinamente para cargo de atendente administrativo não entra em contato no disposto no art. 7º da Lei 521-A, pois não houve transferência. — Par. do DASP no proc. 234-49 — D. O. 10-3-49, pag. 3-455.

— Anteriormente ao Decreto-lei n.º 7.190 de 22-12-44, as disciplinas de cultura geral e a especialidades federais do ensino industrial, correspondiam cargos e funções de extranumerários docentes.

Em virtude desse decreto-lei e da nova organização atribuída ao ensino industrial, essas disciplinas passaram a ser atendidas por professores efetivos.

O interessado foi habilitado em prova para a função de Assistente de Ensino, referência XV, transformada pela Decreto-lei n.º 116, de 22-12-44, na de Professor de Ensino Industrial referência XX, a qual foi incluída em Tabela Suplementar, porque, em face do novo esquema, deveria a disciplina correspondente ser ministrada por professor efetivo.

A alteração, equivale, de fato, a uma transformação de função em cargo.

Assim, foi o DASP de parecer que o interessado está beneficiado pelo art. 7.º da Lei n.º 525-A, de 7-12-48. — Par. no proc. 748-49 (D. O. 20-5-49, pág. 7.598).

Concurso com inscrição encerrada à data da Constituição — Reabertura das inscrições. — Havendo opiniões discordantes sobre a eventual caducidade dos concursos cujas inscrições foram reabertas posteriormente à Constituição, o DASP submeteu o assunto ao Senhor Presidente da República, sugerindo fosse ouvido o Senhor Consultor Geral da República, este, em parecer aprovado pelo Senhor Presidente da República e constante do proc. n.º 9 573-47, do DASP, fixando jurisprudência, concluiu pelo indeferimento do pedido de efetivação automática dos interiores, uma vez que exerciam cargos para cujo provimento tinha sido aberto concurso com inscrições encerradas a 18 de setembro de 1946 — data da promulgação do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. — Par. no proc. 4 602-48. (D. O. 22-9-48, pag. 11 180) — (O parecer do R. a respeito, do Consultor Geral da República está publicado no *Diário Oficial* de 15-10-48, pag. 15 040).

Concurso sem inscrição aberta no Estado onde se encontra o requerente. — O requerente não se inscreveu no concurso de Desembista Auxiliar (C. 120), cujas inscrições somente foram abertas no Distrito Federal e nos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

A vista do exposto, não se aplica ao requerente o disposto nos §§ 3.º, 4.º e 9.º do art. 17 do E. F., visto que as inscrições do concurso de Desembista Auxiliar (C. 120) não foram abertas no Estado do Ceará, onde tem sede a Rede de Vinção Cearense (Q. VI do M. V. O. P.).

Assim, não sendo o postulante obrigado a inscrever-se no concurso cujas inscrições não foram abertas no Estado onde esta se situa a repartição, concluiu o DASP que se a de se lhe aplicar, sem mais delongas, o disposto no art. 14 da Lei n.º 525-A. — (Proc. 1 514-49 — D. O. 20-5-49, pag. 7 598).

Carreira privativa de determinado Ministério — O concurso aberto para carreira da mesma denominação, em outros Ministérios, não pode ser considerado. — Inspetor de Alunos Interino, do Ministério da Justiça, solicitou o amparo do art. 23 do A. D. C. T.

A D. P. J. opinou contrariamente, porque, à data da vigência da Constituição estavam encerradas as inscrições para o concurso de Inspetor de Alunos do Serviço Público Federal.

Posteriormente à promulgação da Constituição, abriu o DASP concurso especial para a referida carreira do M. J. N. I.

No entender do DASP estava o interessado, como interino que era, sujeito à prestação do concurso para a carreira de Inspetor de Alunos do Serviço Público Civil Federal, o qual se destinava, até a abertura de concurso específico para o M. J. N. I., ao provimento de cargos da referida carreira de qualquer Ministério.

Assim, concluiu o DASP pela inaplicabilidade do art. 23 do A. D. C. T. ao caso. (Proc. 810-49 — D. O. 23-2-49, pag. 2 613).

— Examinando novamente o pedido, verificou o DASP que o seu caso muito se assemelhava ao de um escriturário interino do Ministério da Guerra. (E. M. 270, de 21-4-940)

No caso presente, verificou-se que os inspetores de alunos interinos, do Ministério da Justiça, não foram exonerados em virtude da realização do concurso de Inspetor de Alunos do S. P. F., porquanto já havia instruções aprovadas para o respectivo concurso específico.

Não tem fundamento a alegação de que o cargo exercido àquela data não era o mesmo que na época ocorrido até agosto de 1941, porquanto o ato de criação de emprego público é sempre essencialmente administrativa, que não afeta a natureza específica dos cargos, e é possível a existência de perfeitasmente iguais, visto terem idêntica deninação e pertencerem à mesma categoria.

O principal objetivo da execução constante do presente estatutário foi justamente impedir que o interessado entendesse que a tivesse sido inabilitado em relação ao cargo, fosse ou não efetivado.

Concedendo de qualquer forma a pretensão do interessado, o DASP não pelo imediatamente o pedido de efetivação. (Proc. 1.776-49 - D. O. 4-49, pug. 11.226).

O interessado foi nomeado interinamente no cargo que ora exerce, em 28-3-44, após haver-se manifestado que o mesmo não se interessava pelo respectivo curso, não havendo, todavia, comparecido às provas realizadas.

Em 26-10-45, exonerado do referido cargo, para o qual foi posteriormente nomeado, a 11-11-45, ainda em caráter interino, após haver exercido, nos 6 meses seguintes, a função de Auxiliar de Contabilidade.

Essa exoneração extinguiu o vínculo do cargo de exoneração, em que era feita a efetivação, se achava o interessado, quando ocorreu o ato concessivo de 1-10-46.

Verifica-se, portanto, que a situação do interessado era muito diferente da por ele invocada (previdenciado a 27-12-47).

Atendendo o interessado ao seu direito de nomeação interinamente, e bem verdade que só assim a ser nomeado em caráter interino, em virtude do disposto na lei, exatidão dispõe no § 2.º do art. 17 do Estatuto dos Funcionários.

Assim sendo, compatibilize sua inscrição a *ex officio*.

Para conservar o cargo, estava o postulante obrigado à prestação do concurso, e não a preencher a vacância, como se alega, sob pena de sua exoneração, de acordo com o § 2.º do art. 17 do Estatuto dos Funcionários, sem possibilidade de ser novamente nomeado em caráter *ex officio*.

Logo, o cargo, tal qual o mencionado no postulo. Par. do 1.º - P. n.º proc. 4.44-49 - D. O. 2-12-49.

Quando o cargo era *interino*, **Contador e exonerado em virtude de transferência em caráter interino**. O interessado era **Guarda-livros**, classe E, da Contabilidade, Ministério da Fazenda, quando ocorreu a exoneração para o cargo de Contador de nomeação interino, D. O. de 22-8-46, tendo o interessado se empenhado na realização da inscrição para o respectivo concurso, e havendo o nomeado interino, para o referido cargo, comparecido ao concurso, tendo ocorrido a de 28-4-47.

Após a nomeação do interessado, a 1-10-46, ocorreu a transferência para o cargo de Contador, tendo a mesma sido realizada por meio de D. O. de 2-10-46, deste Distrito, o cargo de Contador, classe E, da Contabilidade, Ministério da Fazenda, ocupado em 1-8-46, pelo interessado, foi substituído pela categoria de Guardalivros, classe E, da Contabilidade, D. O. de 1-10-46.

Verifica-se, portanto, que o interessado, D. O. de 1-10-46, não se encontra em situação de *ex officio*, tendo a mesma sido realizada para a categoria de Contador, tendo o interessado se empenhado na realização do respectivo concurso, quando ocorreu a classe E, da Contabilidade, D. O. de 28-4-47.

O interessado, ao que parece, preferiu abdicar desse direito quando recebeu aquela nomeação interna, sujeitando-se, consequentemente, a dispensa de concurso para o cargo, conforme determina no art. 1º da Constituição Federal e o art. 17, § 2º, do Estatuto dos Funcionários.

Nestas condições, entende esta D. P. que a situação fática real do requerente não se ajusta ao disposto no art. 7º da Lei n.º 525-A, de 1948, motivo por que, para pelo a deferimento do pedido, por falta de amparo legal. - Par. do DA/P. - Proc. 5.56.42 - D. O. 212-42, pag. 16-7911.

Letra no, inserido voluntariamente em concurso. - Muito embora sua inserção no concurso tenha se verificado voluntariamente e de se salientar que somente assim poderia ser nomeado em caráter interno, exerce o f.º de art. 17, do Estatuto dos Funcionários.

A sua inserção voluntária na massa foi que a satisfação de um dos requisitos com os quais não poderia preencher a sua nomeação interna.

Ademais, o fato de se ter verificado a nomeação em aprego (2º de novembro de 1941) na sessão em que se realizavam as provas intelectuais do concurso (21, 24 e 27 do mesmo mês e ano), não dispensava de sua presença, pois comparava-se sua inscrição a ex-ante e visto que, se o suplicante tivesse sido nomeado anteriormente a abertura das inscrições, teria o mesmo caráter de comparecimento.

A constituição da banca no dia das provas com a intenção de interferir faz surgir o interesse em saber, antes da realização das provas, que se continuava essa nomeação e, como tal, para conservar o cargo, estava obrigado a prestar o concurso, podendo que o comparecimento a comparecer as provas, sob pena de sua exclusão, de acordo com o f.º 9º do artigo 14 do Estatuto dos Funcionários. O que de fato se verificou, sem possibilidade de ser novamente nomeado em caráter efetivo, sem a satisfação do requisito da habilitação em concurso. Assim, opina o DA/P por não deferimento do pedido. - Par. no proc. 4.54.42 - D. O. 31-1-50, pag. 1-487).

Qualidade habilitado em concurso, em 1926, e qualidade posteriormente em novo concurso. - O art. 7º da Lei n.º 525-A/48, que revogou o item 1º do Ato Constituinte do parágrafo único do art. 23 do Ato Constituinte que estabelece:

"Parágrafo único. - O disposto neste artigo não se aplica:

I - aos que tenham sido nomeados em caráter interno;

II - aos que tenham sido habilitados em concurso para o cargo exercido."

Assim, a preferência do requerente não poderia ser atendida sem ferir o disposto na Constituição e a Lei n.º 525-A/48, por esse motivo, não é concedida. - Par. do DA/P, no proc. 42.000 - D. O. 1-1-50, pag. 1-48.

Letra no em classe intermediária de concurso. - O D. F. S. P. não se pronuncia. Assim, quanto a situação de concurso exterior e interior, o f.º de art. 18, parágrafo único, e 2º do Ato DA/P, que estabelece a habilitação em concurso.

Conclui-se, portanto, que, relativamente, as classes I e J, estas recebem, das nomeações internas, quando, com o assento do

Decreto-lei n.º 9.654-46, os limites iniciais de ditas carreiras desceram de uma classe, isto é, passaram a começar em H e I, respectivamente.

Tais funcionários deveriam então ter sido exonerados e renomados nos cargos das classes que passaram a iniciais, em obediência ao art. 17 do Estatuto dos Funcionários, o que não foi feito, em tempo, pela Administração, vindo os referidos dispositivos constitucionais anular os quando se achavam, assim, internamente, em classe intermediária da carreira.

O Decreto-lei n.º 8.654, de 26-8-46, entrou em vigor antes da promulgação da Constituição (18-9-46) e, dessa forma, a estabilidade desses funcionários só poderia ser efetivada na classe inicial da carreira. O simples fato de terem eles permanecido, por um lapso, em classe intermediária, nenhum direito lhes assegura para adquirirem estabilidade nessa classe.

A situação ilegal em que se encontravam os funcionários em apriço, antes do advento da Constituição Federal, não lhes pode conferir os benefícios nos cargos ocupados de *fato*, contrariando a legislação específica aplicável.

Na verdade, os citados dispositivos constitucionais não devem homologar situações evidentemente ilegais, porquanto os interessados somente poderiam estar ocupando, em 18-9-46, cargos de classe inicial das respectivas carreiras, de acordo com o princípio estabelecido no Estatuto dos Funcionários (art. 14, III, b, e art. 17) -- (Parecer da D. F. do DASP no processo 7.815-48).

O Consultor Jurídico do mesmo Departamento concluiu que a aplicação do art. 23 citado pressupõe a interinidade regular, na conformidade das leis então vigentes. Não sendo esta a situação dos ocupantes interinos em classes intermediárias, não é lícito imaginá-los em posição de *fato* o amparo constitucional. Para tanto seria necessário texto expresso o que não ocorre. A situação de *fato* em que se encontravam não se convalidou automaticamente pelo advento da nova ordem constitucional (D. O. 14.949, pag. 13.263).

-- Reconhecendo-se ao interessado os benefícios do art. 23 citado, deve ser a sua situação funcional regularizada, antes da aplicação do aludido dispositivo constitucional. -- **Par. do DASP no proc. 5.857-49** -- D. O. 6.1249, pag. 16.941.

A efetividade dos interinos, determinada no art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, pressupõe a investidura regular, de acordo com a lei vigente. A "situação de *fato*" desfrutada por alguns interinos, resultante de inércia da administração, não se poderia invalidar automaticamente por efeito do Ato. Assim, opinou a proposta da pretensão de alguns funcionários do D. F. S. P., que, ocupantes interinos de cargos iniciais de carreira, não permanecerem até o advento da nova ordem constitucional, apesar de lei anterior haver determinado o decesso das classes iniciais, que passaram de J e I para I e H, respectivamente.

Acontece, porém, que um deles, exonerado, foi a juízo e obteve reintegração, porque o tribunal competente reconheceu, em seu favor, a efetividade outorgada no art. 23 citado. Mas a questão do decesso não foi discutida na sentença, de modo que a administração tem dúvida sobre se a reintegração se deve dar na classe inicial, ou na seguinte, ocupada irregularmente a data da promulgação do Ato.

Parece-me que o interessado deve voltar à classe inicial. A discussão judicial se travou em torno da estabilidade e não a respeito da classe ocupada. Colocando-o na classe inicial terá a administração cumprido

depois da realização da última prova, deverá regressar, imediatamente, à sede do seu serviço ou repartição; *b)* para esse fim, será marcado prazo mínimo, e máximo a critério do chefe do serviço ou repartição, que, por sua vez, comunicará ao respectivo serviço de pessoal o dia da apresentação; *g)* o funcionário ou extranumerário que excluir ao prazo da apresentação, não poderá, sob qualquer pretexto que couber, além dos desertos a que estiver sujeito; *h)* durante o prazo do afastamento, o funcionário ou extranumerário manterá permanente ligação com o respectivo serviço de pessoal; *i)* no caso de ser o concurso realizado fora da sede do serviço de pessoal a que estiver subordinado o funcionário ou extranumerário, o diretor ou chefe do seu serviço, para os efeitos da letra "d", indicará a autoridade a que deverá estar ligado o funcionário ou extranumerário.

Qualquer dúvida que surgir na execução destas normas, deverão os serviços de pessoal entender-se com a Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento deste Departamento, com a qual se articularão, para que se dê integral cumprimento à vontade do Senhor Presidente da República, não se desvirtuando a sua finalidade. — Circ. D. F. 106, de 24-11-49, do DASP — (J. A., 5.º vol., pag. 38). — Circulares do DASP, pag. 52.

— O afastamento em apreço somente será justificado em favor do servidor federal, quando candidato a concurso ou prova realizados pela D. S. A. do D. A. S. P.

Nestas condições, tendo em vista que o interessado afastou-se do serviço para prestar provas realizadas pela Administração Municipal de Lagoa de Cariris, não na disposição legal que autoriza a justificação do referido afastamento. — Par. do DASP — Proc. 797-50 — D. O. 9-3-50, pag. 3.357.

§ 4.º A aprovação da inscrição dependerá da satisfação, por parte do interino, das exigências estabelecidas para o concurso.

— Leg. ant., 1.º, § 2.º, do Decreto-lei n.º 578, de 1939.

— Funcionários interinos podem fazer concurso para efetivação nos cargos que ocupam, de carreira que lhes seria vedada, uma vez que as suas nomeações se tornaram anteriores à data da publicação das Instruções do concurso. — Of. 35, 8-11-41, da D. S. do DASP ao S. P. F. (B. letim do S. P. F., n.º 3, de 1941).

§ 5.º Aprovadas as inscrições, serão exonerados os interinos que tiverem deixado de cumprir o disposto no parágrafo anterior.

— Leg. ant.: — art. 2.º do Decreto-lei n.º 578, de 1939.

Cum cargo para serviço militar. — O ocupante interino de cargo público que, convocado para prestação de serviço militar, não puder satisfazer as exigências de concurso em que, na forma da lei, foi inscrito "ex-officio", deverá ser exonerado. — Par. de 15-3-43, do DASP, no proc. 16-689-45 — D. O. 22-3-43, pag. 14-125.

— A obrigação que tem o interino de submeter-se ao primeiro concurso que se realizar para cargo da respectiva carreira, deve corresponder o direito de ser admitido a esse concurso, para ser efetivo.

A disposição do art. 17, § 3.º, do E. F. teve seus efeitos modificados pelo D. L. 4.548, de 1942.

Não é justo, nem razoável, que o Governo declare "sem prejuízo de quaisquer direitos ou vantagens", o futuro interino e o exerce, positivamente, em virtude da não realização de um concurso que tinha o direito de prestar e foi impedido de concorrer, exclusivamente, pelo fato de ter sido chamado ao cumprimento do dever de satisficção das deveres civis — a defesa da Pátria — (1.º p. mot. L. 24.119, de 1-2-44 do M. J. — J. O. A., vol. XII, pag. 107).

Vencimento — Até que se processasse a exoneração da interessada nos termos do disposto no § 5.º do art. 17 do E. F. não se como se pagar o pagamento a que faz jus — Desp. de 11-2-44 do C. F., no proc. 2.181-44 — D. O. 14-2, pág. 2.472.

§ 6.º Após o encerramento das inscrições do concurso, as nomeações em caráter interino só poderão recair em candidatos inscritos. (*)

Nos processos que detem origem a nomeação interina para cargo público, em funcionamento nos §§ 6.º e 7.º do E. F. devem constar:

a) o número e local de inscrição no concurso correspondente; e
b) o local onde o interessado vai ter exercício, se a nomeação for feita para preencher cargo na lotação de órgão sediado em Estado onde não houverem sido abertas inscrições.

Nestas circunstâncias a última d. item anterior deve figurar à margem do termo de posse o respectivo número de inscrição — Circ. DE 24, de 22-8-44, do DASP — D. O. 23-8, pág. 14.720.

§ 7.º A condição estabelecida no parágrafo anterior não será exigida para o preenchimento de cargo na lotação de órgão sediado em Estado onde não houverem sido abertas inscrições. ()**

§ 8.º O interino, nomeado de acordo com os parágrafos 6.º ou 7.º deste artigo não poderá ser removido nem ter exercício em repartição ou serviço sediado em outra localidade. (*)**

(*) Redação dada pelo Decreto-lei n.º 6.558, de 5-6-44. Regra o assunto, o § 7.º do Decreto-lei n.º 1.719, de 28-10-39, que dispunha: "§ 7.º Após o encerramento das inscrições do concurso não serão feitas nomeações em caráter interino".

(**) Redação dada pelo Decreto-lei n.º 6.558, de 5-6-44.

(***) Parágrafo introduzido pelo Decreto-lei n.º 6.558, de 5-6-44.

§ 9.º Homologado o concurso serão exonerados todos os interinos. (*)

— Leg. ant. — Art. 3.º do Decreto-lei n.º 578, de 1939

Transporte — Transporte para funcionário interino exonerado por ter sido inabilitado em concurso. O DASP negou, na Exp. mot. 238, 6-3-40 — D. O. 12

Nova nomeação — Nada impede que, havendo vaga, seja o inabilitado nomeado, interinamente, para o mesmo ou para outro cargo, observadas as prescrições legais. — Exp. mot. 351, 4-7-40, do DASP. — D. O. 10.

Exoneração e nova nomeação — O lapso de tempo compreendido entre a data da exoneração do interino e a nomeação em caráter efetivo, não pode ser contado como de efetivo exercício. — Par. de 4-2-47, da D. P. do DASP no proc. 10.700-47. — D. O. 10-3, pag. 1.788

Interino nomeado para outra Quadro, que não tenha posse e continue em exercício. Anulação da nomeação e nova nomeação para a Quadro em que servia anteriormente. Interrupção do exercício — Não há exercício sem posse, e tendo sido exonerada do cargo que exerceu interinamente, não podia ela continuar em exercício de cargo vago, visto, como, de acordo com o item III do parágrafo único do art. 94 do E. P., verificasse a vaga na data da publicação do decreto que exonerar o funcionário.

Com isso, foi quebrado o vínculo que existia entre a interessada e a administração, porquanto não tomou posse do cargo para o qual inicialmente fora nomeada, sendo que sem comparecimento à repartição onde estivera lotada, no período entre a data da publicação do decreto que a exonerou e o da posse no cargo para o qual fora nomeado efetivamente, constituía um procedimento ilegal, tendo a autoridade que permitia tal fato incorrido em omissão.

O serviço por ela prestado no período mencionado foi espontâneo, oriundo de uma interpretação errônea dos dispositivos estatutários.

Não acolhe o argumento de que homologado o concurso o interino é exonerado e logo a seguir nomeado para o cargo efetivo que lhe couber.

Isso porque a lei exige apenas que, homologado o concurso, sejam exonerados todos os interinos, podendo haver interstício entre a exoneração e a nova nomeação, sem que isso venha assegurar aos interinos direitos a que sequer usufruam referentes a esse período.

Tanto isso é verdade que os interinos que não conseguem obter classificação dentro do número de vagas existentes, não são nomeados e ficam aguardando a abertura de novas vagas.

Carece de amparo legal o pedido da requerente, no sentido de que lhe se a contada para todos os efeitos, inclusive de pagamento, o período entre a data de sua exoneração do cargo que exercia interinamente e o de sua posse no cargo efetivo. — Par. do DASP no proc. 4.185-49 — D. O. 6-9-49, pag. 12.916.

(*) Parágrafo introduzido pelo Decreto-lei n.º 6558, de 5-6-14. A matéria era regulada pelo § 6.º do art. 17 do Decreto-lei n.º 1.713, de 28-10-37, que dispunha: "§ 6.º — Homologado o concurso, serão também exonerados os interinos inabilitados".

CAPITULO III

Dos concursos

Art. 18. Os concursos serão de provas ou de títulos, ou de provas e títulos, na conformidade das leis e regulamentos ou, na falta destes, de acordo com as instruções expedidas pelo órgão competente.

Carreiras. — Compete ao DASP seleccionar os candidatos para as carreiras : 1.ª — federais e exceptadas as existentes no primeiro escalão federal, do Serviço Federal, da Câmara dos Deputados e da magistratura; e da magistratura; — Art. 2.º, alínea 1.ª, do D. L. n.º 12.45, de 7-12-45. — D. O. 11-12-45.

Fica incluído entre as excepções constantes do art. 2.º, item a), do Decreto-lei n.º 8.323-A, de 7-12-45, o concurso para a carreira de Diplomata. — Art. 9.º do D. L. n.º 12.45, de 7-12-45.

Concursos de habilitação. — O órgão da Justiça Militar, a quem compete a selecção da carreira, poderá processar-se de acordo com as instruções do Superior Tribunal Militar. — Par. do DASP no 1.º, de 7-12-45. — D. O. 10-11-48, pág. 16.518.

Instruções de concursos. — Os concursos e provas promovidas pelo DASP são regulados pela Portaria n.º 241, de 17-7-48, na a.ª e m.ª de 1.ª.

"O Director-Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público, quanto da administração pública, conforme o item XX do art. 1.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 20.429, de 14 de agosto de 1946, e tendo em vista o que consta da proposta de alteração do Regulamento Administrativo do Departamento, que lhe compete, e tendo em vista a necessidade de uniformizar a regulamentação dos Concursos e Provas de Habilitação promovidas por este Departamento.

Rio de Janeiro, em 13 de julho de 1948.

Instruções gerais a que se refere a Portaria n.º 241, de 17 de julho de 1948, e que regulam a administração do Departamento de Habilitação promovida por este Departamento.

Da Inscrição nos Concursos e Provas de Habilitação

1. A abertura da inscrição para cada concurso ou Prova de Habilitação é afixada em cartaz, redigido de acordo com o modelo divulgado e em cartaz publicado no *Diário Oficial*.

2. Na abertura da inscrição serão fixadas as seguintes Instruções e condições para a inscrição dos interessados, a saber : a) — os requisitos que se exigem para a inscrição e que devem ser preenchidos pela D. S. A.

3. O pedido de inscrição consistirá do preenchimento de uma ficha fornecida ao candidato nas locais de inscrição.

4. Juntamente com a ficha de inscrição o candidato deverá apresentar três cópias de fotografias, de 3x4 cm, tirada de frente e sem chapéu; além disso entregará estampilhas federais e selos de Educação exigidos.

5. Se as condições do Concurso ou Prova de Habilitação exigirem a apresentação de documento, o candidato deverá juntá-lo para que o pedido de inscrição possa ser recebido.

6. A ficha de inscrição não será aceita sem que este a devidamente preenchida. Igualmente, não será aceita a ficha que apresentar rasura ou emenda.

7. Não será permitida, sob qualquer pretexto, inscrição condicional.

8. Para efeito de inscrição em Concurso ou Prova de Habilitação, **não está sujeito a limite de idade:**

a) o ocupante interino de cargo público federal;
b) o ocupante efetivo de cargo público federal e o extranumerário amparado pelo art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

c) o ocupante de cargo público federal provido em comissão;

d) o militar da ativa;

e) o extranumerário mensalista ou diarista do Serviço Público Federal e o servidor estadual ou municipal que contar, pelo menos 3 anos de efetivo exercício;

f) o ex-ocupante de cargo ou função pública federal, estadual ou municipal que tenha servido, pelo menos, cinco anos.

9. Será aceita a inscrição do candidato que, no ato do pedido, contar seis meses menos do que a idade mínima estabelecida nas instruções que regularem o concurso ou prova de habilitação, salvo se lei especial dispuser em contrário.

10. Nos termos do § 3º do art. 17 do Decreto-lei nº 1.713, de 28 de outubro de 1939, todo aquele que ocupar interinamente cargo cujo provimento efetivo dependa de habilitação em Concurso, será inscrito, "ex-officio", no primeiro que se realizar para cargos da respectiva profissão. A aprovação da inscrição "ex-officio" dependerá da satisfação, por parte do interessado, dentro dos prazos estipulados, de todas as exigências contidas nestas Instruções e nas que regularem o concurso respectivo.

11. Ultrapassados os trabalhos da inscrição, cujo encerramento se efetuará no dia e hora prefixados no edital de abertura, serão eles submetidos à aprovação do Chefe da Seção de Inscrições da D. S. A.

12. Nos Estados ex-remotivos Encarregados deverão encerrar as inscrições no dia e hora prefixados no edital de abertura e enviar à D. S. A. o que for necessário para aprovação da inscrição.

13. Os candidatos dos Estados, cujos nomes constem nas listas enviadas pelo Estado, terão as suas inscrições aceitas pela D. S. A., ficando a aprovação definitiva das mesmas na competência do exame a ser feito pela D. S. A. em qualquer fase da realização do concurso ou prova de habilitação.

14. O candidato considerado habilitado em concurso ou prova de habilitação realizada nos Estados e cuja inscrição for cancelada pela

da prova de habilitação, sem lhe caber direito a qualquer recurso ou indenização.

22. Ficará dispensado da apresentação do documento referido na letra e do item 20, o candidato que provar ser militar da ativa e em cuja caderneta militar constar declaração de haver sido vacinado, no máximo, até dois anos antes.

23. O pedido de inscrição significará a aceitação das normas aqui estabelecidas.

24. A D. S. A. providenciará a expedição de normas para o processamento das inscrições, nos termos da presente portaria.

Das provas e do seu julgamento

25. Os concursos constarão de provas de seleção, com caráter eliminatório, ou destas e de provas de habilitação, podendo, ainda, haver provas complementares, de caráter facultativo.

26. A ordem de realização das provas será determinada pela D. S. A., ficando, outrossim, estabelecido que as de sanidade e capacidade física e de investigação social serão feitas em qualquer período de realização das demais.

27. A organização e os programas das provas serão objeto das Instruções de cada Concurso ou da Prova de Habilitação. Essas instruções deverão fixar os mínimos **parciais ou globais para habilitação dos candidatos.**

28. No requerimento de inscrição, o candidato declarará, quando for o caso, as provas complementares a que deseje submeter-se e que constem das Instruções reguladoras do Concurso respectivo.

29. As provas dos Concursos e das Provas de Habilitação serão realizadas em dia, local e hora prefixados, com aviso público, que terá a antecedência de vinte e quatro horas, pelo menos.

30. Não haverá segunda chamada para nenhuma prova, imputando a ausência do candidato a atribuição de grau zero à prova a que tiver faltado.

31. O candidato deverá exibir o seu Cartão de Identificação antes de cada prova, sob pena de ser considerado ausente.

32. O candidato que se recusar a prestar qualquer prova ou que se retirar do recinto durante a realização da mesma, sem a devida autorização, ficará automaticamente eliminado do concurso.

33. Será também excluído, por ato do examinador, do Diretor da D. S. A., de membro da Comissão Examinadora ou do Chefe da Seção de Execução, o candidato que se tornar culpado de incorreção ou descortesia para com qualquer dos examinadores, seus auxiliares ou autoridades presentes. Imediata penalidade será aplicada no caso lícito, durante a realização de qualquer prova, for surpreendido em flagrante de comunicação com outros candidatos ou pessoas estranhas, verbalmente, por escrito, ou por outra qualquer forma, bem assim utilizando-se de livros, notas ou impressos, salvo os expressamente permitidos.

34. Os candidatos eliminados na forma do item anterior não poderão inscrever-se em qualquer outro Concurso ou Prova de Habilitação durante o prazo de dois anos, contados da data da eliminação.

46. Antes de proferir o julgamento, poderá o Diretor da D. S. A. ordenar as diligências que achar necessárias, inclusive a audiência de outro examinador ou do próprio que tenha corrigido a prova.

47. O examinador ou a Seção de Organização e Julgamento, depois de conhecer das razões apresentadas pelo candidato, fará a revisão geral ou parcial da prova e emitirá parecer fundamentado e redigido em termos, podendo propor a alteração da nota atribuída anteriormente se ficar evidenciado que houve erro de fato na aplicação do critério de julgamento.

48. O Diretor da D. S. A. poderá mandar proceder, *ex-officio*, pela Seção de Organização e Julgamento ou por outros meios executivamente designados a revisão das provas ou a dos sentenças e pareceres, para efeito de novo julgamento, desde que se verifique violação das disposições do critério a que se refere o item 37 ou não sejam observadas as instruções e normas divulgadas pela D. S. A.

49. O candidato poderá ainda:

a) solicitar reconsideração de despacho ao Diretor da D. S. A., até 24 horas depois de divulgado o mesmo **no Diário Oficial**;

b) recorrer, ao Diretor Geral do D. A. S. P., do despacho do Diretor da D. S. A., no prazo de reconsideração, até 24 horas depois de publicado **no Diário Oficial**; e

c) reclamar ao Diretor Geral do D. A. S. P., por intermédio do Diretor da D. S. A., no prazo improrrogável de cinco dias consecutivos, a contar da data da publicação do resultado final no *Diário Oficial*, quanto a forma por que foram conduzidos os trabalhos do concurso.

50. Para os candidatos inscritos nos Estados os prazos referidos no item anterior serão contados a partir da data da afixação dos despachos e do resultado final nos respectivos Postos de Inscrições e Documentação.

51. Não serão apreciadas as reclamações que não forem apresentadas em termos convencionados **ou não apontarem, com absoluta clareza, fatos e circunstâncias que as justifiquem e permitam pronta apreciação**.

52. Se ficar provado vício, irregularidade irreparável ou preterição de formalidade substancial, o concurso será anulado, parcial ou totalmente, promovendo-se a punição do culpado ou culpadas se houver.

Dos Examinadores e Comissões Executivas

53. Compete à D. S. A. a elaboração de questões, organização e execução de provas, no que poderá ser auxiliada por pessoas estranhas, designadas pelo diretor.

54. O Diretor Geral do D. A. S. P. poderá designar examinadores, que examinarão e tratarão com a assessoria da D. S. A. e sob a orientação do diretor.

55. As Bancas Examinadoras, quando houver, serão constituídas de pessoas de reconhecida competência moral e intelectual, designadas pelo Diretor-Geral do D. A. S. P., mediante proposta escrita do diretor da D. S. A.

o) cada Banca Examinadora poderá ter um presidente designado dentre seus membros pelo Diretor Geral de D. S. A. mediante indicação do Diretor da D. S. A.; e

1) na ausência eventual do presidente assumirá a presidência dos trabalhos o examinador designado pelo Diretor da D. S. A.

56. Em cada Estado, sempre que necessário, haverá uma Comissão Executiva designada pelo Diretor da D. S. A., a cujo cargo ficará a execução das provas.

57. As Bancas Examinadoras e as Comissões Executivas serão orientadas por instruções baixadas pela D. S. A. para cada Concurso ou Prova de Habilitação.

58. A fim de manter a necessária unidade de orientação o Diretor da D. S. A. coordenará os trabalhos das Bancas Examinadoras e Comissões Executivas.

59. No caso de impedimento de qualquer dos membros da Banca Examinadora ou da Comissão Executiva, durante a realização do concurso, serão designados substitutos na forma prevista nestas instruções.

Da Habilitação dos Candidatos

60. Os resultados finais serão publicados, obedecendo-se a ordem decrescente de pontos. Só serão publicados os resultados que permitam a habilitação do candidato.

61. Só serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem em cada caso, os pontos ou resultados finais nas instruções do Concurso ou Prova de Habilitação.

62. A classificação final dos candidatos será feita de acordo com o que for disposto nas instruções respectivas.

63. A homologação do concurso ou da prova de habilitação poderá ser precedida e não dependerá da solução de recursos interpostos, nem do prazo para reclamação contra o processamento dos trabalhos, nem do resultado das provas de sanidade e capacidade física e de investigação social.

Disposições gerais

64. Todas as disposições destas Instruções, mesmo quando não houver referência especial, aplicar-se-ão no que couber, às Provas de Habilitação.

65. A nenhum candidato será dado alegar desconhecimento destas Instruções, bem como das instruções de Concurso ou Prova de Habilitação, as quais, assim que publicadas no *Diário Oficial*, lhe serão fornecidas nos termos de Instrução e Homologação.

66. Os Concursos serão válidos, em geral, por dois anos e as Provas de Habilitação por três anos, a contar em ambas as cases da data da publicação no *Diário Oficial* da homologação respectiva, exceto quando em qualquer das Instruções fixarem expressamente o prazo de validade.

67. As presentes Instruções entrarão em vigor na data de sua publicação no *Diário Oficial*, passando os Concursos e Provas de Habilitação, ora em realização, a reger-se pelas mesmas.

68. Os casos omissos serão submetidos à consideração do Diretor-Geral do D. A. S. P.

69. Ficam revogadas as disposições em contrário.

(D. O. 19-7-48, pág. 10.490).

A inscrição deve ser ampla — O concurso de provas, aberto ao público, seleciona candidatos mais capazes, medindo os conhecimentos que possuem, em ampla competição democrática. — Par. 3 206, de 23-9-43, do DASP — D. O. 11-10-43, pág. 15.126.

— Não é legal, nem conveniente, que as inscrições em concurso fiquem limitadas a determinados candidatos, em número certo, quando o recrutamento de funcionários deve ser feito em seleção ampla a que concorram todos os que se julgarem habilitados. — Exp. de mot. 1 363, de 30-6-41. — D. O. 2-7-41, pág. 13.901.

Direitos decorrentes do concurso — Do concurso e da respectiva classificação somente decorre uma expectativa de direito para o candidato de ser nomeado para uma das vagas existentes. — Exp. de mot. 1.220, 7-8-40, do DASP. — D. O. 16.

Inscrição condicional pedida por candidato que, nascido em Portugal e vindo para o Brasil aos 3 meses de idade, já providenciara a expedição do seu título de cidadania brasileira.

O DASP negou, uma vez que o requerente não estava em condições de se inscrever e não há inscrição condicional. — Desp. de 4-8-43, do DASP, no proc. 11.398-3 — D. O. 6-8, pag. 11.849.

Habilitação para carreira diferente — O DASP, examinando processo em que candidato habilitado em concurso para Agente Fiscal do Imposto de Consumo solicitava nomeação como Polícia Fiscal foi de parecer que a aprovação no concurso para a carreira de Agente Fiscal o habilitava para a carreira de Polícia Fiscal, sem prejuízo dos candidatos porem habilitados em concurso não previsto para Polícia Fiscal. — Par. de 31-5-45. — D. O. de 2-6-45, pag. 9.828.

— Idêntica solução foi dada no processo em que candidato habilitado no mesmo concurso desejava ser nomeado Coletor Federal. — Par. de 5-10-45, do DASP, no proc. 20.211-45. — D. O. 9-10-45, pag. 15.947.

Condenação judiciária — A condenação criminal não determina o cancelamento da inscrição do interessado, porquanto muito embora impedido de exercer o cargo pelo tempo constante da sentença, poderá, uma vez habilitado no concurso, ser nomeado, após aquele prazo, desde que não seja excedido o período de validade do concurso. (Par. do DASP no proc. 1 917-49. — D. O. 26-5-49, pag. 7.549).

Recurso sobre concurso — Na conformidade do despacho n.º 33.825, de 25-12-45, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, "doravante devem as decisões do DASP ser consideradas ínteres gáveis em julgamento de provas de seleção". — (Proc. 6.162-48 do DASP — D. O. 25-8-48, pag. 12.296).

Anulação de concurso — O sorteio do ponto não há que ser entendido necessariamente em presença dos candidatos. O verbo "sortear",

seleção previsto no decreto-lei nº 9.032, de 6 de março de 1946 — **Art. 1.º do D. L. 9.202, de 26-4-46 — D. O. 27-4-46.**

O Decreto-lei 9.032, citado, dispõe que o ingresso naquela carreira será feito mediante concurso de provas realizado pelo Instituto Rio Branco, do M. R. E., ou por uma seleção entre candidatos aprovados nos exames finais do 'Curso de preparação e carreira de Diplomata', do mesmo Instituto — **Art. 1.º do D. L. 9.032, de 6-3-46.**

Ministério da Agricultura — Atendida a classe final das carreiras gerais, a nomeação para a classe inicial das carreiras especializadas será feita à vista do certificado de aprovação nos Cursos de Aperfeiçoamento, Fajezitação e Extensão correspondente — **Art. 3.º do D. L. 8.636, 16-1-46 — D. O. 17-1-46.**

— Critério para nomeação de candidato que concluiu Curso de Especialização do Ministério da Agricultura — O Departamento de Administração (D. A.) do Ministério da Agricultura, consultou o DASP sobre qual o critério a ser adotado para preenchimento de uma vaga existente na classe inicial da carreira de Técnico de Educação Rural, e esclarecendo que existem duas ocupantes na classe final da carreira de Agrônomo.

Ambas as concorrentes pertencem à classe final da carreira de Agrônomo e podem concorrer à nomeação para a classe inicial da carreira de Técnico de Educação Rural, uma vez que possuem o certificado de aprovação de que trata o art. 2.º do Decreto-lei nº 8.636-46.

À vista do exposto, o Insive o que prescreve o Estatuto dos Funcionários, na parte relativa ao provimento de cargo que depende da correlação do curso especializado, entende esta D. P. que a nomeação deve recair no candidato mais bem classificado. (Proc. 6100-47 — D. O. 4-10-47, pag. 12.925.)

— O Presidente da República aprovou as seguintes normas para nomeação em virtude de conclusão de curso:

I — As condições legais de se encontrar o funcionário na classe final das carreiras gerais e de possuir o curso de especialização, para ingressar nas carreiras especializadas, serão apuradas na data da vaga, cujo provimento deve ser feito.

II — A data a ser considerada, para a verificação da satisfação do segundo requisito, será a da conclusão do curso e não a da expedição do respectivo certificado de aprovação.

III — Para efeito do disposto no item anterior, os C. A. E. E. publicarão imediatamente à terminação de cada curso, cuja data é fixada em regulamento, a relação dos candidatos que o concluírem.

IV — Classificados os candidatos, será revista a classificação já existente, que será republicada com as devidas alterações.

V — Em face dessa publicação, serão feitas as respectivas nomeações concorrendo a cada vaga apenas o candidato ou candidatos que satisfizerem as condições legais, observado o disposto nos itens I e II.

VI — Se, na data da vaga não houver candidato em condições de ser nomeado, serão aqueles que primeiro preencher os requisitos legais, levando-se em conta, em caso de igualdade de candidatos, a respectiva classificação. (D. O. de 30-6-48, pag. 9.599.)

— O candidato nomeado que não tenha posse perde direito à classificação, e ficará colocado em último lugar, até que nova turma venha trazer a revisão na classificação, quando, então, em face da lei, se si-

tunã, novamente de acordo com a nota obtida no curso. — Par. do DASP no proc. 6536-48 — D. O. 20-8-48, pag. 12-949.

Disposições do curso. — São dispostos dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, criados pelo Decreto-lei n.º 1.514, de 10 de agosto de 1942, e reorganizados pelo Decreto-lei n.º 4.084, de fevereiro de 1942, os agrônomos ou equivalentes agricultores e os veterinários que, na data da publicação da Lei n.º 284, de 28 de outubro de 1936, ou eram servidores do Ministério da Agricultura e atualmente se achem na classe final da carreira geral, inclusive os que pertencem aos serviços mantidos por acordo entre o mesmo Ministério e os Governos Estaduais (art. 1.º da Lei n.º 657, de 29-3-49).

Relativamente à regulamentação a aplicação do disposto na Lei n.º 657, de 29-3-49, deverá-se examinar separadamente cada caso que se apresentar a medida que os interessados requerem. (Par. do DASP no proc. 6536-48 — D. O. 12-7-49, pag. 10-265).

— Extensão da Lei n.º 657, de 29-3-49, por equidade, aos Químicos Agrônomos.

O art. 2.º dessa lei dispõe que "a dispensa concedida pelo art. 1.º será extensiva aos agrônomos, engenheiros agrônomos, veterinários e outros auxiliares de respectivo Ministério, que tenham feito curso de especialização em país estrangeiro".

Aprova-se a cabível no caso, e o encaminhamento ao Senhor Presidente da República de projeto de lei a ser cassado pelo próprio Ministério, disposto sobre a extensão do benefício em causa. (Par. do DASP no proc. 490-49 — D. O. 1-10-49, pag. 14-933).

— Extensão da Lei 657, de 1949, a determinado funcionário. Caso especial. O requerente não era servidor do Ministério da Agricultura, quando entrou em vigor a referida Lei n.º 284, de 1936.

Mas, no caso, não há como deixar-se de reconhecer a situação especialíssima do interessado que, tendo se afastado pertencente ao Ministério da Agricultura, foi posto em disponibilidade em 1941, em consequência dos acontecimentos políticos de 1940.

Posteriormente, no interesse da Administração foi, em 1942, aprovado na Justiça Federal, situação em que permitiu, até 1947, quando foi novamente posto em disponibilidade por imperativo constitucional, para, finalmente, em 1948, voltar ao Ministério a que pertencera.

Dos importantes fatos ressaltam do exposto:

- a) o aproveitamento de um Técnico em função honoratária; e
- b) a impossibilidade para o mesmo de fugir à determinação do Governo de entrar sob pena de demissão por abandono do cargo.

Se houve, pois, como está claro, mau aproveitamento do servidor e do qual resultou seu afastamento temporário do Ministério da Agricultura, esta D. P. e de que ao que, tendo ele regressado ao seu antigo posto, um ato de tal natureza não deveria prejudicar indefinidamente a quem nenhuma possibilidade tinha de escapar às respectivas sanções, se ao mesmo não se submetesse.

Então, por isso, o DASP que, dentro do espírito da referida lei, se visou, evidentemente, beneficiar antigos servidores do Ministério da Agricultura, é perfeitamente cabível o deferimento do pedido. — Proc. 6206-49 — D. O. 10-12-49, pag. 17-186.

Bibliotecários. — A Lei n.º 682 de 26-4-49, que "dispõe sobre a nomeação para os cargos vagos da classe inicial da carreira de Bibliote-

carro dos atuais bibliotecário-auxiliares", deu a seguinte redação ao art. 3.º do Decreto-lei n.º 2.166, de 6-5-40:

"Art. 3.º Os ocupantes efetivos dos cargos de bibliotecário-auxiliar, classe final serão nomeados para as vagas de **bibliotecário, classe inicial**, mediante conclusão do curso oficial de biblioteconomia, observada a respectiva ordem de classificação." (D. O. 29-4-49).

Essa lei foi regulamentada pelo Decreto n.º 27.097, de 26-8-49, que assim dispõe:

Art. 1.º Os ocupantes efetivos dos cargos da classe final da carreira de Bibliotecário-auxiliar serão nomeados para as vagas da classe inicial da carreira de Bibliotecário, desde que possuam diploma de curso oficial de Biblioteconomia.

Parágrafo único. Para efeito deste artigo, considera-se oficial o Curso Superior de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, cujo Regulamento foi aprovado pelo Decreto n.º 15.325, de 27 de abril de 1944.

Art. 2.º Os funcionários beneficiados pela Lei n.º 682/19 que não possuírem o respectivo diploma e pertencerem a classe final da carreira de Bibliotecário-auxiliar serão matriculados, *ex officio*, no Curso Superior de Biblioteconomia (C. S. B.) da Biblioteca Nacional, dentro do número de vagas existentes, devendo os órgãos do Pessoal dos Ministérios enviar à Biblioteca Nacional, em época própria, a respectiva relação, para fins de inscrição.

§ 1.º Os funcionários inscritos na forma deste artigo estão isentos da exigência do art. 11 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 15.395/44 obrigados, porém, à prestação do exame de habilitação prevista no parágrafo único do mesmo artigo.

§ 2.º O número de vagas, para fins deste artigo, será 2/3 do limite fixado, na forma do art. 13 do Regulamento dos Cursos de Biblioteconomia.

§ 3.º No caso de não ser suficiente o número de vagas para o de candidatos aprovados no exame, serão matriculados os que melhor colocação obtiverem no mesmo.

§ 4.º O disposto no § 1.º aplica-se também aos Bibliotecários-auxiliares que se inscreverem voluntariamente no C. S. B.

Art. 3.º Uma vez matriculado, terá o funcionário dois anos para concluir o curso, ficando-lhe, se reprovado no primeiro ano, assegurada a matrícula no ano seguinte.

Parágrafo único. Não o conseguindo porém dentro desse prazo, o funcionário só poderá ser novamente matriculado decorridos 2 anos de sua última reprovação.

Art. 4.º Ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) compete propor as nomeações dos ocupantes de classe final da carreira de Bibliotecário-auxiliar, portadores do diploma do C.S.B., na ordem rigorosa da classificação.

§ 1.º Para os efeitos deste artigo o D. A. S. P. manterá atualizada a relação dos funcionários portadores de diploma que lhe será fornecida pela Biblioteca Nacional.

§ 2.º A classificação será determinada pelo grau final obtido pelo funcionário e constante da relação enviada e será revista sempre que novos funcionários concluírem o curso.

Art. 5.º As nomeações de que trata o artigo anterior só poderão ser feitas nos meses de janeiro e julho.

Parágrafo único. Mesmo que possua diploma de curso só poderá ser nomeado o bibliotecário-auxiliar que contar pelo menos 750 dias na classe final.

casos em que o provimento depender de conclusão de curso especialzado — Exp. mot. 297, de 18-3-46, do DASP — D. O. 1-4-46, pag. 4 774.

Titulos -- Substituir-se o sistema de concurso, mediante provas de natureza competitiva, por diploma expedido por cursos de especialização restringida de muito a área de recrutamento, impedindo, consequentemente, o ingresso no serviço público de pessoas com tentos que, por motivos insuperáveis, não puderam frequentar cursos nem diplomar-se. — Par. de 22-3-46, do DASP, no proc. 1.085-46. — D. O. de 2-4-46, pag. 4 845.

§ 1.º A classificação dos concorrentes será feita mediante atribuição de pontos, devendo ser revista sempre que novos concorrentes, por conclusão do curso, vierem aumentar o número dos existentes.

§ 2.º Considerar-se-á curso, para efeito deste artigo, somente o que for legalmente instituído.

— Leg. ant.: Art. 42 da Lei n.º 284, de 1936.

Curso e carreira. — Curso é conjunto de matérias que se professam numa universidade, faculdade, escola, instituto ou estabelecimento de ensino, distribuídas em séries, grades e cursos letivos, em número fixo, maior ou menor, conjuentes a uma carreira, cuja realização e aperfeiçoamento da pessoa para exercer determinada profissão, e também a disputa de meritum classificaçaõ ou colação entre pretendentes a um premio, cargo, emprego ou lugar. — Exp. mot. 387, de 12-2-43 — D. O. 26, pagina 2 811.

Curso de classificação de alçada. — vale como curso — Exp. mot. 39, de 213-41, do DASP — D. O. 27, pag. 274.

A afirmação de que uma "seleção através de um curso é muito mais eficiente que qualquer outra" faz com que se esteja realmente testando a eficiência da carreira e não a eficiência da carreira. Se o curso significa a hierarquização de indivíduos de acordo com as aptidões e capacidades, logo depois da formação, apuração e ordenamento de conhecimentos, faz-se a seleção das mais capazes das pessoas que demonstram livre e nobreza as suas capacidades. Na seleção, pois, em boa medida, confere-se naturalmente ao curso uma natureza com seleção de conhecimentos, mas apenas por suas existências de idade são feitas — Exp. mot. 1.075, de 20-6-45 — D. O. 18-6-45, pag. 10 704.

Art. 20. Os regulamentos determinarão:

a) as carreiras em que o ingresso dependa de curso de especialização;

b) aquelas em que o ingresso se deva processar mediante concurso entre funcionários de carreiras de nível inferior;

D. L. 145 — Com o advento da Lei 284 de 1956, diversas carreiras foram consideradas em duas, como, por exemplo, as de Escrividor, Estatístico, Auxiliar e Servente, que tiveram como carreiras superiores as de Oficial Administrativo, Estatístico e Contínuo.

Os funcionários que se encontravam nas carreiras inferiores somente podiam ingressar nas superiores, mediante concurso e após a prestação de capacitação.

Isso se, porém, que alguns desses funcionários tinham direito de acesso à classe final da carreira a que pertenciam e, assim, poderiam, também, ingressar nas novas carreiras e este direito foi assegurado pelo Decreto-lei 145 de 1957, reconhecendo-lhes esse direito, na medida da satisfação das condições que existiam.

A fim de ingressar a totalidade da categoria de seus funcionários, foram adotadas diversas providências pelo Decreto-lei n.º 145, de 14 de outubro de 1957, entre as quais se destaca o aproveitamento de alguns em carreiras distintas das que, embora ocupassem, compunham a mesma denominação, não estavam amparados pelo decreto-lei citado.

O D. L. 145, de 20.12.57, beneficiou somente aqueles funcionários ocupantes de cargos que, existindo nas carreiras de Escrividor, Estatístico, Auxiliar e Servente, tinham, anteriormente à Lei n.º 284, de 28-10-56, seu acesso assegurado.

Não é esse o caso do interessado que, à época, era auxiliar do Tribunal Regional de Justiça Federal do Distrito Federal.

Quanto à designação interior de interessado — e referente à portaria anexa — para auxiliar da classe II — e o que eu já mencionei, aliás, o DASP não está a par disso — não lhe conferiu, portanto, direito, pois a denominação a que se refere de caráter de **procurador**. — Desp. de 2.8.54, do DASP, no proc. 1.898.44 — D. O. 2.08, pag. 40.000.

Reversão de função — Inexistente, pelo D. L. 145 — Em virtude de sua reversão, o interessado beneficiou-se pelo Decreto-lei n.º 145, de 1957, pelo ter acesso à carreira de Oficial Administrativo, dado que sua função anterior não se alterou, embora haja revertido em cargo de Q. P.

Assim, atingida a classe G da carreira de Escrividor, o interessado poderá ser nomeado para cargo da classe final da carreira de Oficial Administrativo, de acordo com a ordem da classificação na prova a que alude o citado Decreto-lei n.º 145 — P. e. 19.12.56, do DASP — D. O. 8.244, pag. 2.49.

Reintegração — O M. V. p. não pôde assegurar a determinação funcional, reatando em cargo da classe I da carreira de Escrividor, de ser Q. III — P. P. — pois, ao voltar à classe G, o direito de acesso à carreira de Oficial Administrativo.

Examinando o caso, opor-se-ia o DASP que, atingida a classe final da carreira de Escrividor, não poderia o interessado ser nomeado para o cargo da classe II da carreira de Oficial Administrativo.

Se, no entanto, à época da nomeação houver, concorrido com o interessado, candidato habilitado nas provas de que trata o D. L. 145, a carreira será a regular de estatutária — Exp. int. 1.200, de 14.11.54, do DASP — J. O. A., XII, pág. 39.

Exceção — Nomeação para a carreira de Oficial — Depende sobre o pagamento em classe da carreira a qual da carreira de Oficial Administrativo, o D. L. 8.000, de 17.1.46, determinou.

"Art. 1.º O provimento, por nomeação, dos cargos da classe inicial da carreira de Oficial Administrativo será feito nos termos seguintes:

I — metade das vagas será preenchida, obrigatoriamente, mediante acesso, por escriturários da classe final, cabendo a outra metade aos candidatos habilitados em concurso, na ordem de classificação.

II — O acesso a que se refere a 1.ª parte do item anterior obedecerá ao critério do merecimento absoluto, apurado na forma da legislação vigente.

Art. 2.º O disposto no art. 1.º não se aplica aos quadros dos ministérios enquanto neles existirem escriturários beneficiados pelo Decreto-lei n.º 145, de 1937". (D. O. 18-1-46).

Critério para provimento — Em Exposição de Motivos n.º 313, de 24-4-46, o D. A. S. P. sugeriu a adoção de normas para a aplicação do disposto no Decreto-lei n.º 8.700, de 1946, as quais foram aprovadas — D. O. 18-6-46.

— Posteriormente, o DASP, na Exposição de Motivos n.º 686, de 23-7-48, sugeriu, ao Sr. Presidente da República, a revogação das referidas normas restabelecendo-se, em consequência, os preceitos legais que regem o processamento das promoções, inclusive o interstício, no acesso dos escriturários à carreira de Oficial Administrativo, assegurado pelo Decreto-lei n.º 8.700-46, o que foi aprovado (D. O. 2-8-48, pag. 11-1389), tendo, nesse sentido, precedido o DASP a Circ. DP-7, de 3-9-48, onde esclareceu que o acesso dos escriturários à carreira de Oficial Administrativo com fundamento no Decreto-lei n.º 8.700, de 17-1-46, obedecera integralmente, aos preceitos que regem o processamento das promoções, inclusive quanto ao interstício, ficando, assim, sem aplicação o entendimento firmado anteriormente na E. M. 313-46. (D. O. 9-9-48, pag. 13-306).

— O S. P. F. consultou o D. A. S. P. quanto ao alcance da expressão "merecimento absoluto", inserta no item II do art. 1.º do Decreto-lei n.º 8.700, de 17-1-46.

A expressão em apreço equivale a "sòmente", isto é, apenas por merecimento pode o escriturário ter acesso à outra carreira de nível superior à mencionada.

Como esse acesso equivale a uma promoção, ainda que *sub-generis*, estaria, em tese, sujeita ao critério misto de antiguidade e merecimento (art. 44, 1.ª parte, do E. F.). Porém a "mens legis", no caso, quis estabelecer, para esse acesso apenas o critério de merecimento, ou seja, o critério absoluto de merecimento, ou ainda, como ficou redigido: obedecera ao critério de merecimento absoluto".

Qualquer outra interpretação daquele dispositivo fugiria ao pensamento do legislador do D. L. n.º 8.700-46. (Par. no proc. 2.927-40 — D. O. 17-6-49, pág. 8.824).

— A lei se trata de provimento, de cargos da classe inicial da carreira de Oficial Administrativo, por nomeação. Quando se fizer provimento desse modo e que se tem, portanto, de observar o critério estabelecido no referido diploma legal, isto é, dividir em duas partes o número de vagas, sendo uma para ser preenchida, obrigatoriamente, mediante acesso, por escriturários da classe final, cabendo a outra metade aos candidatos habilitados em concurso.

Forçoso é entender, portanto, que qualquer outra espécie de provimento não deve influir no computo das vagas a serem divididas nos dois grupos acima mencionados. Assim, de acordo com o que determina aquele diploma legal, é lógico que se se fez provimento de determinado

Em tais condições, nada impede a inscrição de candidato menor de 18 anos, visto como, uma vez habilitado, sua expectativa de ingresso no serviço público em direito se converte em direito de nomeação, quando contar idade legal.

Nestes termos, resolveu o DASP admitir que se inscreva em concurso, se o requerer, o candidato que, no ato do pedido, contar seis meses menos do que a idade mínima estabelecida nas instruções, salvo se for especial de p. s. r. em contrato. — Art. 342 A, de 7-12-46, do DASP — D. O. 14-12-46, pág. 16.436.

Serviço militar — O prazo de validade de concurso ou prova será interrompido, quando o candidato tiver sido convocado e incorporado, para a prestação de serviço militar, observadas as seguintes normas que acompanharam a Circular n.º 7-43, da S. P. R.

a) a contagem do prazo de validade de concurso ou prova, fica interrompida para os candidatos habilitados desde que tenham sido ou venham a ser convocados ou incorporados para a prestação de serviço militar e enquanto durar o impedimento por esse motivo;

b) os órgãos do serviço público, incumbidos da administração do pessoal civil, funcionários ou extranumerários, organizarão, mediante o rigorosamente em dia e atualizado o registro destes candidatos, incluindo:

1 — o nome e endereço;

2 — concurso ou prova a que se tenham submetido;

3 — data do decreto de nomeação ou portaria de admissão e órgão e data em que foi publicado;

4 — data e órgão em que foi publicado o decreto ou portaria, que tornou sem efeito a nomeação ou admissão; e

5 — data de convocação ou incorporação e unidade a que pertence;

c) mediante a apresentação de documento hábil, comprobatório de que o convocado ou incorporado está definitivamente isento da prestação do serviço militar ou tendo sido do mesmo excluído, os órgãos de pessoal promoverão, dentro do prazo de validade do concurso ou da prova, a nomeação ou admissão dos interessados para o cargo ou função que estiver vago, ou venha a vagar, na respectiva carreira ou série funcional;

d) para os fins do disposto na alínea anterior, ter-se-á em vista a classificação do candidato convocado ou incorporado em relação aos que ainda não tenham sido nomeados ou admitidos, e bem assim, a procedência da data da dispensa ou terminação do serviço militar;

e) a proposta de nomeação ou admissão, procedida na forma da lei, pelo órgão de pessoal, será submetida ao Presidente da República, por intermédio do DASP, devidamente instruída com todos os documentos e informações necessárias ao perfeito conhecimento da situação do interessado; e

f) os chefes dos órgãos de pessoal serão responsáveis e consequentemente punidos, por qualquer engano, erro ou omissão, que se verificar no registro que organizarem e na instrução dos processos, e, ainda, pela demora que se registar na nomeação ou admissão dos interessados. — Cir. 7, de 7-7-43, da S. P. R. — D. O. 9-7-, pag. 1.049.

-- A Circular 7-43 aplica-se também, aos candidatos já servidores do Estado. — Par. de 5-6-44, do DASP, no proc. 7.977-44. — J. O. A., XII, pag. 67.

Prorrogação de prazo — O prazo de validade de concurso pode ser prorrogado por despacho do Presidente do DASP, como foi feito no concurso para Inspetor de Previdência do M. T. I. C., homologado em 8-7-42, e cuo prazo foi prorrogado até 8-7-45. — Desp. de 1-4-44 no processo 3.587-44. — D. O. 4-4-, pag. 5.919.

Interrupção de prazo — Tendo em vista a suspensão das nomeações determinadas pela Circ. 5-46, da S. P. R. res. lva, o DASP interromperá a contagem dos prazos de validade dos concursos e provas, realizadas pelo mesmo Departamento, que tenham expirado ou venham a expirar dentro do período de vigência da Circular n. 5-46, da S. P. R. devendo a referida contagem renovar-se a data em que forem aplicadas as efeitos da mesma Circular. — Port. 289, de 29-6-40, do DASP. — D. O. 31-8-46.

— As autorizações do Presidente da República para o preenchimento de algumas vagas não acarretam a cessação do prazo marcado com a respectiva homologação. — Par. do DASP, no proc. 970-30. — D. O. 6-5-30, pag. 7.045.

Art. 22. Não ficarão sujeitos a limite de idade, para inscrição em concurso e nomeação, os ocupantes efetivos de cargos públicos federais.

Parágrafo único. Este favor poderá ser concedido aos ocupantes de cargos providos em comissão, aos funcionários interinos e aos extranumerários, mensalistas e diaristas que contem, pelo menos, três anos de efetivo exercício.

Contratados e terceiros — Os extranumerários contratados e terceiros estão excluídos desta concessão. — Par. do DASP no proc. 15.704, de 1943. — D. O. 13-12-43, pag. 18.286.

Interino — Funcionário interino nomeado anteriormente à publicação das normas reguladoras do concurso, não pode ser alcançado pelo limite de idade estabelecido para a inscrição no referido concurso, de vez que o ocupante interino de cargo público poderá inscrever-se em qualquer concurso, independentemente dessa existência, não se lhe podendo também por esse motivo negar a posse no referido cargo. — Exp. m. t. 1.066, de 18-8-41. — D. O. 21, pag. 16.511.

Titular de ofício vitalício — Por equidade, se poderá aplicar, a "Titular de Ofício Vitalício", a faculdade concedida pelo art. 22 e parágrafo único do E. F., no sentido de isentação de limite de idade para inscrição em concurso. — Par. de 6-9-49, do DASP, no proc. n. 3.287-49. — D. O. 27-9-49, pag. 13.698.

Art. 23. Realizado o concurso, será expedido, pelo órgão competente, o certificado de habilitação.

— Esse certificado deve ser apresentado, obrigatoriamente, por ocasião da posse — Circ. D. F. — 214, de 17-6-41, do DASP.

CAPÍTULO IV

Da posse

Art. 21. Posse é o ato que investe o cidadão em cargo ou em função gratificada.

Efeitos da posse — A posse confere ao cidadão a qualidade de funcionário. — Desp. de 16-9-43, do DASP, no proc. 13.023-43 — D. O. 25-9, pag. 14.172.

— Os efeitos da posse não podem retragar — Of. 1.134, do DASP à D. R. C. T. Minas Gerais — D. O. de 2-6-41, pag. 11.071.

Convocado — Não deve ser empossado ou entrar em exercício o candidato nomeado ou admitido que, na data do respectivo decreto ou portaria, estiver convocado ou incorporado. — Par. de 26-2-44 do DASP, no proc. 1.876-43 — D. O. 2-3, pag. 3.026 — salvo se já for servidor do Estado. Oportunamente será considerada a situação dos candidatos que, pelo aludido motivo, não tomarem posse ou deixarem de entrar em exercício. — Circ. D. F. — 73, de 31-12-42, do DASP — D. O. 5-1-43.

Interino convocado — Na circ. DF-19, de 5-7-44, esclareceu o DASP que, na conformidade do § 9.º do art. 17 do E. F., deverão ser exonerados todos os interinos, uma vez homologado o respectivo encerrar o, mas que, dentre esses interinos, o que, por força da classificação obtida, legar nomeação e estiver convocado ou incorporado, para prestação de serviço militar, poderá ser empossado e imediatamente licenciado, nos termos da legislação em vigor. — D. O. 7-7-44, pag. 11.908.

Nomeação em virtude do D. L. 145 — Não pode ser dispensada a posse, sempre exigida por lei para qualquer modalidade de provimento de cargo público, excetuado, apenas, a de promoção — Exp. mat. 2.719, 14-10-41 do DASP — D. O. 18.

Publicação — A data da posse, em qualquer caso, deverá ser publicada sempre — Circ. DP-9, de 24-3-49, do DASP — D. O. 26-3-49, pág. 4.46b.

— *Posse e exercício durante o gozo de férias* — Escriturário nomeado para cargo de Oficial Administrativo, em virtude do Decreto-lei n.º 8.700, de 1946. Examinando o assunto concluiu o DASP:

a) que, de acordo com o art. 146 do Estatuto, "durante as férias o funcionário terá direito a todas as vantagens, como se estivesse em exercício";

b) que, assim, a partir da posse no novo cargo, o funcionário de que se trata tem direito a percepção dos vencimentos correspondentes;

c) que, sendo, como é, a posse o ato que investe o cidadão em cargo ou função, não poderá o interessado perceber vencimentos como escriturário, classe G, e sim, como oficial administrativo, classe H, não obstante, ao ser empossado, estar em gozo de férias;

Não estava previsto, porém, esse interregno entre os exercícios interino e efetivo do mesmo cargo, em virtude de o referido, parecendo a este Departamento ser justa a pretensão do interessado quanto às peculiaridades de que se reveste o seu caso, como tal bem por que não resta a menor dúvida que o conhecimento dos atos oficiais geralmente só se verifica dias após à data de sua publicação.

Nos Estados esse conhecimento é mais demorado ao ocorrer-lo depois da notificação por parte dos órgãos de pessoal, nos termos da Circular 1-49, da Secretaria dessa Presidência.

A fim de solucionar o assunto, o DASP propôs na E. M. 751, de 9-3-49, que fosse firmado em entendimento geral de que quanto o interino exonerado do cargo e para o nomeado nomeado em caráter efetivo, só tiver conhecimento de seus atos em virtude de atraso na distribuição do *Diário Oficial* ou da comunicação a que se refere a Circular 1-49, da Secretaria da Presidência da República, podem os órgãos de pessoal considerar como de posse e exercício o dia em que foram publicados os respectivos decretos, desde que se am respectivos o que se contém nas Leis 15, 16 e 18 da referida exposição de motivos:

"15. Nessa conformidade, entender este Departamento que a melhor solução a ser adotada será fazer retroagir tanto a posse e não o exercício à data da publicação do decreto de nomeação do funcionário, desde que fique comprovado não só que o mesmo atax teve conhecimento do ato no dia anterior ao da posse como também que na data da publicação do respectivo ato satisfaz a todos demais requisitos para posse.

16. A comprovação da data do conhecimento será fácil, visto como a simples verificação de que o funcionário permaneceu na execução do cargo interino será suficiente, podendo, também, servir como comprovação, um atestado do chefe da repartição sobre a data da distribuição do *Diário Oficial* ou do conhecimento oficial do ato, na forma da anexa Circular 1-49.

18. Esse entendimento, porém, dada a sua liberalidade e consequências que acarretaria, deverá ser adotado somente nos casos de interinos exonerados dos cargos simultaneamente para eles nomeados em caráter efetivo" — D. O. 25-3-49, pag. 13.697.

Parágrafo único. Não haverá posse nos casos de promoção e de designação para o desempenho de função não gratificada.

— A formalidade da posse só não será exigida para casos de provimento por promoção, ou em caso de designação para funções não gratificadas. — Circ. D. F. 465, de 19-6-40 — D. O. 21-6-40.

Art. 25. São competentes para dar posse:

I. O Ministro da Justiça e Negócios Interiores, aos dirigentes dos órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República, ao Procurador Geral da República, ao Consul-

tor Geral da Republica e aos Procuradores Gerais do Distrito Federal e dos Territórios;

II. Os Ministros de Estado, aos diretores de repartição ou serviço que lhes sejam diretamente subordinados;

III. Os Procuradores Gerais, aos membros do ministério público que lhes são subordinados;

IV. O Tribunal de Contas, ao seu Presidente; e éste, aos membros do Corpo Especial e do Ministério Público;

V. O Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público (*), aos Diretores e funcionários;

(*) O Departamento Administrativo do Serviço Público foi criado pelo Decreto-lei n.º 574, de 10-7-38 e reorganizado pelo Decreto-lei 8.827-A, de 7-12-45. Está diretamente subordinado ao Presidente da República. É um órgão do Estado e orienta-se dos problemas da administração pública, exercendo as suas actividades no sentido de cooperação e articulação com os órgãos do serviço civil federal.

Compete ao DASP: *a)* o estudo, planejamento das repartições, departamentos e estabelecimentos públicos, com o fim de determinar, do ponto de vista da economia e eficiência, as modificações a serem feitas na organização dos serviços públicos, sua distribuição e agrupamento, dotações orçamentárias, estatísticas e processos de trabalho, relações de uns com os outros e com o público; *b)* organizar anualmente, de acordo com as instruções do Presidente da República, a proposta orçamentária a ser enviada por este à Câmara dos Deputados, e, focuzar, por determinação do Presidente da República e na conformidade das suas instruções, a execução orçamentária, de modo a dar as condições e a carga de trabalho federais, estaduais ou das Secretarias de Estado e do Distrito Federal, do Serviço Federal da Câmara dos Deputados, do magistério, na magistratura e da carreira de magistrado, e promover a recapitação e aperfeiçoamento dos servidores civis da União; *c)* apresentar anualmente ao Presidente da República relatório pormenorizado dos trabalhos realizados e em andamento.

O DASP é constituído das seguintes organ

- Divisão de Orçamento e Organização — D. O.
- Divisão de Pessoal — D. P.
- Divisão de Serviço e Aperfeiçoamento — D. S. A.
- Divisão de Edifícios Públicos — D. E. P.
- Serviço de Documentação — S. D.
- Serviço de Administração — S. A.

Junto ao DASP funciona o Conselho de Administração, órgão integrante dos sistemas de orçamento, organização, pessoal e construção de edifícios públicos, com a finalidade de promover a melhor coordenação e maior eficiência dos órgãos de organização, de pessoal, de orçamento e as relativas à construção de edifícios públicos.

— O regimento do DASP, foi aprovado pelo Decreto n.º 20.489, de 24-1-46, modificado pelo de n.º 27.063, de 17-8-49.

VI. As autoridades designadas nos respectivos regimentos, aos membros e funcionários dos órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República;

VII. O Diretor do Pessoal do Ministério da Justiça, aos funcionários das Secretarias do Poder Judiciário e do Conselho de Economia Nacional;

VIII. Os Diretores ou Chefes do serviço de pessoal nos demais casos.

Agente fiscal do imposto de consumo — A pessoa nomeada para o cargo de agente fiscal do imposto de consumo deverá tomar posse na Delegacia Fiscal do Fisco Nacional do Estado para onde haja sido nomeada — Art. 1.º do D. L. 2.058, de 2-10-40 e art. 5.º do D. L. 9.719, de 3-9-46 — D. O. 6-9-46.

Justiça Militar — Ao Supremo Tribunal Militar compete dar posse aos funcionários da Justiça Militar — Par. do DASP, 1.º proc. 7.440-10 — D. O. 16-11-40, pag. 21.487 — J. A. (DASP), vol. V, pag. 118.

Universidade do Brasil — A posse dos diretores e professores catedráticos das entidades que constituem a Universidade do Brasil, será dada pelo Reitor, de acordo com o Estatuto da mesma Universidade. — Art. 1.º do D. L. 9.241, de 7-5-46 — D. O. 10-5.

Delegação — Por delegação da autoridade competente, a posse e o exercício do funcionário nomeado para outro cargo, ou transferido, poderá verificar-se no órgão em que servir ou em qualquer órgão do Ministério a que venha a pertencer, existente na localidade em que for sediada a repartição em que tiver exercício; idêntica providência poderá ser adotada em relação ao exercício do extranumerário admitido ou aproveitado noutra função. — Exp. mot. 2.448, de 23-9-42 do DASP — D. O. 1-10.

Art. 26. A posse verificar-se-á mediante a assinatura de um termo em que o funcionário prometa cumprir fielmente os deveres do cargo ou da função.

Parágrafo único. O termo, também assinado pela autoridade que der posse, será arquivado, depois dos competentes registros, no serviço de pessoal.

Art. 27. A posse poderá ser tomada por procuração, quando se tratar de funcionário ausente do país, em comissão do Governo, ou em casos especiais, a critério da autoridade competente.

dos deveres por parte da autoridade que dea posse, uma vez que o mesmo deixou de observar o disposto no art. 28 do E. F., sendo, por conseguinte, passível da pena de repreciação. (Par. do DASP no proc. 5.336-49 — D. O. 5-11-49, pág. 15.699).

Art. 29. A posse deverá verificar-se no prazo máximo de trinta dias, contados da data da publicação do decreto no orgão oficial.

Funcionário licenciado. — No caso de transferência de funcionário licençado para tratamento de saúde, sendo ele a favor da licença, deverá tomar posse o interessado. (Par. de 27-9-41, do DASP, no proc. 5.453-39 — D. O. 29-9-41, pág. 18.832).

§ 1.º Este prazo poderá ser prorrogado, até sessenta dias, por solicitação escrita do interessado e mediante ato fundamentado da autoridade competente, ou por tempo maior, a critério do Governo, no caso de se tratar de funcionário nomeado para Território.

Contagem. — O prazo de 60 dias deve ser contado além do prazo inicial. (Par. do DASP no proc. 197-49 — D. O. 13-1-49).

Prazo máximo. — O prazo máximo autorizado em lei para que o funcionário se empossasse no cargo respectivo é de 90 dias. (Par. de 3-4-45, do E. F., no proc. 40.494-45 — D. O. 15-8-45, pag. 15.437).

§ 2.º Se a posse não se der dentro do prazo inicial e da prorrogação, sera tornada sem efeito, por decreto, a nomeação.

Ato de posse. — O § 2.º do art. 29 só tem aplicação nos casos de nomeação, revogado, das funções e nulidade de pagamento de cargo público, não afetando o decreto. (Par. de 27-9-41, do DASP, no proc. 5.453-41 — D. O. 29-9-41).

Ato de posse sem efeito, distoção. — O DASP, fez a propósito, as seguintes considerações:

“... Para as expensas feitas sem efeito, não se têm o mesmo objetivo, tratando-se de nomeação, revogação e cancelamento de cargo, a nomeação e a nomeação por a nomeação de cargo e a nomeação dos respectivos cargos e seus efeitos.

“... O cargo de nomeação de cargo e a nomeação de cargo e a nomeação de cargo, não se têm o mesmo objetivo, tratando-se de nomeação, revogação e cancelamento de cargo, a nomeação e a nomeação por a nomeação de cargo e a nomeação dos respectivos cargos e seus efeitos.

“... O cargo de nomeação de cargo e a nomeação de cargo e a nomeação de cargo, não se têm o mesmo objetivo, tratando-se de nomeação, revogação e cancelamento de cargo, a nomeação e a nomeação por a nomeação de cargo e a nomeação dos respectivos cargos e seus efeitos.

a fim de não ficar o mesmo obrigado a restituir a importância recebida, visto ter havido real prestação de serviços, como também para salva-guardar os atos por ele praticados. (Par. do DASP no proc. 6.336-49 — D. O. 5-11-49, pag. 15.599).

CAPÍTULO IV

Da fiança

Art. 30. Aquêle que fôr nomeado para cargo cujo provimento, por prescrição legal ou regulamentar, exija prestação de fiança, não poderá entrar em exercício sem ter satisfeito previamente essa exigência.

— Leg. ant.: art. 850 do R. G. C. P.

Prestação — A fiança deverá ser prestada após a posse e antes do exercício — Exp. mot. 1.318, de 29-8-45, do DASP — D. O. 14-8-45, pag. 13.482 — R. S. P., out. 45, pag. 110 — J. A. (I. N.), vol. 1, Fasc. I, pag. 118 — Circ. DF-18, de 4-9-45, do DASP — D. O. 8-9-45, pag. 14.589.

§ 1.º A fiança poderá ser prestada:

I. Em dinheiro;

II. Em títulos da Dívida Pública da União;

III. Em apólices de seguro de fidelidade funcional, emitidas por institutos oficiais ou companhias legalmente autorizadas.

Modelo — O Decreto nº 22.856, de 1-4-47, adotou modelos especiais de fichas para registro e escrituração das fianças em apólices de seguro de fidelidade funcional. É o seguinte, o texto do decreto aludido:

"Art. 1.º Ficam adotadas nos serviços públicos civis da União fichas, em duas (2) vias, conforme o modelo anexo, para registro e escrituração das fianças em apólices de seguro de fidelidade funcional, emitidas de acordo com os Decretos-leis nºs. 8.738, de 11-11-1942, e 8.832, de 24-1-46.

Parágrafo único. As fichas, de cartolina fina, terão as dimensões de 22 cm x 22 cm e as seguintes cores:

Primeira via — branca.

Segunda via — rosa.

Art. 2.º Caberá, obrigatória e exclusivamente, nos respectivos órgãos de pessoal do serviço público civil, o preenchimento das duas vias da ficha a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. O preenchimento das fichas far-se-á à vista da ap. rec., após o despacho da autoridade competente no processo constituido pelo requerimento de solicitação de aceitação da ap. rec., formulado pelo interessado.

Art. 3.º — Preenchidas as duas vias da ficha destacar-se-á a apólice do processo que, assim intitulada, será arquivada.

§ 1.º — A primeira via será pelo órgão de pessoal colacionada em ordem alfabética, depois de feitas as devidas anotações na ficha financeira ou livro folha do funcionário, exceto quando se tratar de despachante aduaneiro.

§ 2.º — A segunda via será imediatamente encaminhada à Contadoria Seccional, para a necessária escrituração.

§ 3.º — A apólice ficará custodiada no próprio órgão de pessoal, em local adequado.

Art. 4.º — Os órgãos de pessoal, independentemente das anotações nas fichas financeiras ou livro folha a que se refere o § 1.º do art. 3.º, manterão rigorosamente em dia, sob pena de responsabilidades, um regime de verificação dos prêmios, o qual será uniformemente consultado para a indispensável fiscalização.

Art. 5.º — Todas e quaisquer alterações que se operarem nas fianças prestadas serão, pelos órgãos de pessoal, comunicadas à Contadoria Seccional, a fim de que se estabeleça a necessária exatidão entre a escrita-ficha desta e o registro a cargo da mesma.

Art. 6.º — Para a fiel execução do disposto neste decreto, os responsáveis extrairão a s. org. de pessoal, nas épocas próprias, os dados de pagamento dos prêmios, os quais, depois de anotados, serão os resultantes.

Art. 7.º — Ocorrida a extinção ou caducidade da fiança, os órgãos de pessoal, em face da quitação no respectivo data pelo Titular de Contas, providenciarão a juntada da apólice no processo originário de sua anotação e, feitas as devidas anotações, o encaminhara imediatamente à Contadoria Seccional respectiva para a necessária escrituração.

Art. 8.º — As fianças em apólicas de seguro de vida serão as prestadas pelas revistas pelos órgãos de pessoal, logo após a publicação deste decreto, para observância de suas condições.

Art. 9.º — Nas repartições onde não haja Serviços Recrutamento de Pessoal, as encargas de que trata este decreto caberão às respectivas encarregadas das Atividades Aldeas aquelas repartições.

Outras normas. — Os títulos de caução emitidos para Caixa Econômica Federal não podem servir de fiança (Exp. Mot. 1.741, de 2-10-40, do DASP. — D. O. 7-11-40), nem as ações da Companhia Saneamento Nacional (Of. do DASP ao Chefe da Polícia do Distrito Federal, publicada no D. O. de 1-10-41).

— A caução fiduciária é fiança ou garantia pessoal inembargável com as estipulações contidas no art. 30 do Estatuto, em termos aclaratórios que não admitam a extensibilidade de interpretação, o supratento de meios, nem o recurso a analogia. — Of. 2.000, de 20-11-42, do DASP. — L. E. F., L. vol., pag. 95.

A fiança. — A fiança de extranomeário nemend. para cargo caso previsto exige prestação de fiança, desde que fique liberada com a cessação do exercício da função, pode ser aceita para aquele cargo feito, apenas, no respectivo termo, a declaração de qui passa a destinar-se à

nova atividade. — Of. 1 775, de 15-8-40, do DASP, ao S. P. da E. F. C. Brasil.

Casção — Exigida, em regulamento, em dinheiro, para garantia de material entregue a servidor, não pode ser substituída por apólice de seguro de fidelidade funcional. — Par. de 17-2-44, da D. F., do DASP no proc. 1.868-44 — D. O. 23-2-44, pág. 2.919.

Fiança — A fiança deve ser exigida de todos aqueles que ocupam cargos que, por sua natureza, os tornam responsáveis pela gestão ou guarda de bens públicos, sem se considerar qual a escala em que foram nomeados. — Par. de 29-9-45, do DASP, no proc. 17 040-45 — D. O. 4-10-45, par. 11 730.

Aos funcionários que prestaram fiança, na forma da legislação anterior, devem aplicar-se as disposições do Decreto n.º 8 738, de 1942 — Par. de 31-3-41, do DASP, no proc. 1 944-42 — D. O. 7-4, pag. 5.577.

Carteiros — Exão sujeito a prestação de fiança os funcionários que lidam com material da dinheiro público, por dever de ofício, em virtude da função inerente ao respectivo cargo, como, por exemplo, o tesoureiro, o auxiliar etc.

Consequentemente, não deverão ficar sujeitos a essa exigência, no caso concreto, os carteiros ou quaisquer outros servidores em exercício no tráfego postal, e os cargos de funções, por sua natureza, não o determinam, expressamente.

O fato de o funcionário lidar, acidentalmente, com bens da União não o deveria isentar a prestação de fiança. Esse raciocínio conduziria ao absurdo de que todos os funcionários estariam obrigados a essa exigência, porque, em maior ou menor escala, todos os funcionários, de modo geral, lidam com bens da União, são responsáveis por bens da União, quando mais não fosse em virtude do material permanente que lhes é fornecido para seu uso em trabalho. — Par. de 16-9-45, do DASP, no proc. 20 757-44 — D. O. 14-9-45, pag. 14.857 — R. S. P., nov. 1945, pag. 122.

Oficial administrativo — A atribuição de guarda e responsabilidade de bens da União não pode ser dada a oficial administrativo, porque isso atenta contra o disposto no art. 242 do E. F. — Par. de 28-11-46, do DASP, no proc. 5.515-46 — D. O. 4-12-46, pag. 16 041 — R. S. P., jan. 47, pag. 104.

Armazemistas — Por exercerem funções meramente auxiliares, não serem servidores de confiança e responsáveis por bens da União, podem os armazemistas, nessas condições, ser dispensados de prestação de fiança — Par. de 17-10-44, da D. F. do DASP no proc. 16.852-44 — D. O. 22-10, pag. 18 081.

Servidor afastado — A prestação da fiança somente é imprescindível quando o funcionário está em exercício do cargo. O afastamento legal do funcionário libera, quando muito, não a obrigação de garantia, sujeita aos prazos e as sanções de lei, mas somente ao ter ele de reassumir o exercício do cargo. — Par. do D. G. F. N. no proc. 150 668-45 — R. D. A., abril, 46, pag. 321.

Diretor — O art. 1.º do Regulamento da Fiança, expedido com o Decreto n.º 8 738, de 1942, estabelece, claramente, quais são os funcionários sujeitos a prestação de fiança e, entre esses, não se enquadram os ocupantes de cargo ou função de secretário, chefia ou direção, porque,

pela natureza do cargo ou da função, não são encarregados de pagamentos, arrecadação ou guarda de dinheiro público ou recolhimento por bens ou valores da União, no sentido legal. — Par. de 2º e 4º, do DASP no proc. 2.000.42. — D. O. 25.8.47, pag. 4.817.

Cargos e extintos. — Supressão de cargos e vagas das classes inferiores. — É se feita no exterior (1). O A. S. F. não deve aceitar aumento de fiança, porque na realidade tal aumento só se impõe quando há elevação do nível inicial da carreira, o que não ocorre no caso em apuro. De contrarío, ter-se-ia de reflectir a fiança toda a vez que por se revessem os níveis, se reduz-se a carreira de uma classe, o que não será de não aceitável nem equitativo. — Proc. 5.714-47. — D. O. 28.8.47, pag. 11.559.

A renovação da fiança deve ser feita na base do vencimento do cargo da classe inicial da carreira, na data em que foi concedida em Q. 10.96. ou Parte Suplementar. — Proc. 5.714-47. — D. O. 24.1.48, pag. 1.985.

Guarda de materiais. — Não é conveniente encarregar qualquer servidor público de guarda de materiais em outros locais da União sem que a devida responsabilidade deste a prevista no respectivo regulamento ou regulamento, para possibilitar a aplicação do disposto no art. 22º do Estatuto da Função Pública, devendo constar, também, que esses servidores ficam sujeitos a prestação de fiança. — Par. do DASP no proc. 2.754-49. — D. O. 24.6.49, pag. 9.219.

Substituição. — Normas sobre fiança mandadas adotar pelo Tribunal de Contas.

1º) Todos os servidores dos Correios e Telégrafos responsáveis por bens e dinheiros públicos e tão sujeitos à prestação de fiança.

2º) A hipótese da substituição dos servidores nas suas faltas ou impedimentos está expressa e prevista em lei pelos substitutos ou auxiliares de servidores, são abrangidos tanto 3º e 4º do Decreto-lei n.º 4.645, de 2.9.42).

3º) Em todas as demais casos a substituição do responsável por bens e dinheiros públicos e também de servidores por ausência, salvo se na hipótese de substituição eventual a substituição se verificar, e comprovadamente para cada caso, háver sido impellido a substituição por funcionamento afiançado ou temporário de outra natureza para a administração a substituição por funcionamento afiançado.

4º) Nos casos de substituição eventual por funcionários não afiançados, efetivo ou mesmo extinto o contrato, terminando o período da substituição, processar-se-á imediatamente tomada de contas da sua gestão, na conformidade do que dispõe o art. 1º, § 1º, do A. S. F. — Par. 1º do Tribunal de Contas. — Proc. 15.711-47. — D. O. 24.2.47, pag. 15.267. — R. D. A. XII, 280.

Regulamento. — A fiança está regulada pelo

DECRETO N.º 8.738 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1942

Regulamenta o Capítulo V... Da Fiança — Do Título I do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra d, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Estão sujeitos à prestação de fiança os funcionários que, pela natureza dos cargos que ocupam, são encarregados de pagamentos, arrecadação ou guarda de dinheiros, públicos, ou responsáveis por quaisquer bens ou valores da União.

Art. 2.º A fiança poderá ser prestada:

I — em dinheiro;

II — em títulos da Dívida Pública da União;

III — em apólices de seguro de fidelidade funcional, emitidas por instituições oficiais de previdência ou companhias legalmente autorizadas.

Parágrafo único. As instituições oficiais e de previdência somente poderão emitir apólices em favor dos seus associados.

Art. 3.º Corresponderá a fiança ao dobro do vencimento ou remuneração anual da classe inicial da carreira ou do cargo isolado do funcionário e será prestada no respectivo órgão pagador.

Parágrafo único. Será elevada a conto de reis, no cálculo da fiança, a fração igual ou superior a 500\$000, que será desprezada se for inferior a essa importância.

Art. 4.º No caso de nomeação ou transferência do funcionário afiançado, a sua fiança responderá pela gestão no novo cargo, sendo, porém, restituída se a nomeação ou transferência verificar-se para cargo cujo provimento não exija fiança, tomadas as respectivas contas.

Art. 5.º O reforço ou aumento de fiança, consequente de provimento em cargo que a exija, far-se-á no prazo improrrogável de sessenta dias.

Art. 6.º Rescindido o seguro, na hipótese do art. 9.º, n.º XII, obrigará-se o funcionário segurado a prestar nova fiança dentro de sessenta dias, improrrogavelmente.

Art. 7.º A restituição da fiança ou extinção do seguro dar-se-á, em caso de falecimento, aposentadoria ou exoneração do funcionário, depois de lhe serem tomadas as contas e expedida a necessária quitação, na forma da legislação.

Art. 8.º Para a prestação de fiança em dinheiro, como para o pagamento do prêmio anual do seguro, poderão as instituições oficiais de previdência facilitar empréstimos, na forma da legislação.

Art. 9.º O seguro de fidelidade funcional obedecerá às seguintes disposições:

I — O segurador obriga-se, até o limite da quantia segurada, a reembolsar à União as perdas que esta venha a sofrer em seus haveres, durante a vigência do seguro, pelo funcionário segurado.

II — O seguro é pago adiantadamente, ao segurador, no máximo, o prêmio anual de 1,5% ao ano sobre o valor do seguro.

III — O seguro vigorará, uma vez pago, até ao pagamento do prêmio a que alude o inciso anterior, enquanto o funcionário segurado estiver no exercício do cargo e deverá ser renovado quinzenalmente.

IV — O segurador e o único responsável pela exactidão das indicações contidas na proposta do seguro.

V — O seguro entrará em vigor depois de assinada a apólice e do pago o respectivo prêmio.

VI — O segurador avisará ao segurador, por escrito, se durante a vigência do seguro modificar-se o cargo de que é ocupante, quanto a denominação, natureza, remuneração e salário.

VII — No caso de nomeação para cargo isolado, afiançado, de maior vencimento ou remuneração, o segurado obriga-se a prestar aumento de seguro, dentro do prazo fixado pelo art. 5.

VIII — Extintas-se o seguro em caso de extinção, demissão, aposentadoria, falecimento ou transferência do funcionário para outro cargo, isolado ou de carreira, não afiançado.

IX — Em caso de dano:—

a) A autoridade competente que dele tiver ciência ou notícia mantenha instaurado processo administrativo, a fim de promover-lhe a apuração definitiva;

b) o presidente da Comissão de Inquérito, quando as respectivas autoridades, e mandarem ao segurador, dentro do prazo de sessenta dias, a instauração do processo administrativo, para apurar a responsabilidade do fato, antes segurado;

c) o chefe do dano, a autoridade que determinou sinistramento, restitua ao segurador, dentro do prazo de vinte dias, depois da conclusão dos esclarecimentos que, no seu deslinde, forem necessários para o esclarecimento;

d) quando o dano, em última instância, a autoridade competente instaurar o processo para receber as indenizações a respectiva autoridade que lhes cabe restituir, dentro do prazo prorrogado de quinze dias, contados da data do recebimento da notificação.

X — A irresponsabilidade criminal ou civil das partes de responsabilidade administrativa o funcionário segurado, nem o segurador do pagamento do seguro.

XI — Se, feito o pagamento, o segurador furtar ou, certo sub-reptamente, se desviar, e após a reclamação, não a pagar, até o limite da indenização paga, responderá, juntamente de qualquer culpa especial por parte da União.

XII — É facultado, para ambas as partes, segurador e segurado, o direito de rescindir, a qualquer tempo e por qualquer motivo, a apólice de seguro, com aviso prévio de sessenta dias, feito por escrito, e, sendo, neste caso, a rescisão do seguro, por culpa pelo tempo não decorrido do vencimento da rescisão, dando-se esta por rescisão, imediatamente, em hipoteca do atraso de pagamento de prêmios por mais de 30 dias.

XIII — A proposta faz parte da apólice e forma com as atalhas e endossas a base contratual do seguro.

Art. 10. — São de validade sem efeito civil, quer elosais de seguro de fidelidade, quer os contratos de seguro de danos, não pagamento.

Art. 11. — Admitem-se a este respeito, no contrato, as penas disciplinadas, o que estabelece o Estatuto da União, e as atalhas e endossas.

Art. 12. — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de Fevereiro de 1942. 1942 da Independência e 51.ª da República. — *Art. 1.º* — *Ass. 1.º João de Cunha.*
João de Melo e Silva — *Art. 2.º* — *Ass. 2.º Carlos de Souza*
Pinheiro — *Ress. 1.º* — *Ass. 3.º* — *Ass. 4.º* — *Ass. 5.º* — *Ass. 6.º* — *Ass. 7.º* — *Ass. 8.º* — *Ass. 9.º* — *Ass. 10.º* — *Ass. 11.º* — *Ass. 12.º* — *Ass. 13.º* — *Ass. 14.º* — *Ass. 15.º* — *Ass. 16.º* — *Ass. 17.º* — *Ass. 18.º* — *Ass. 19.º* — *Ass. 20.º* — *Ass. 21.º* — *Ass. 22.º* — *Ass. 23.º* — *Ass. 24.º* — *Ass. 25.º* — *Ass. 26.º* — *Ass. 27.º* — *Ass. 28.º* — *Ass. 29.º* — *Ass. 30.º* — *Ass. 31.º* — *Ass. 32.º* — *Ass. 33.º* — *Ass. 34.º* — *Ass. 35.º* — *Ass. 36.º* — *Ass. 37.º* — *Ass. 38.º* — *Ass. 39.º* — *Ass. 40.º* — *Ass. 41.º* — *Ass. 42.º* — *Ass. 43.º* — *Ass. 44.º* — *Ass. 45.º* — *Ass. 46.º* — *Ass. 47.º* — *Ass. 48.º* — *Ass. 49.º* — *Ass. 50.º* — *Ass. 51.º* — *Ass. 52.º* — *Ass. 53.º* — *Ass. 54.º* — *Ass. 55.º* — *Ass. 56.º* — *Ass. 57.º* — *Ass. 58.º* — *Ass. 59.º* — *Ass. 60.º* — *Ass. 61.º* — *Ass. 62.º* — *Ass. 63.º* — *Ass. 64.º* — *Ass. 65.º* — *Ass. 66.º* — *Ass. 67.º* — *Ass. 68.º* — *Ass. 69.º* — *Ass. 70.º* — *Ass. 71.º* — *Ass. 72.º* — *Ass. 73.º* — *Ass. 74.º* — *Ass. 75.º* — *Ass. 76.º* — *Ass. 77.º* — *Ass. 78.º* — *Ass. 79.º* — *Ass. 80.º* — *Ass. 81.º* — *Ass. 82.º* — *Ass. 83.º* — *Ass. 84.º* — *Ass. 85.º* — *Ass. 86.º* — *Ass. 87.º* — *Ass. 88.º* — *Ass. 89.º* — *Ass. 90.º* — *Ass. 91.º* — *Ass. 92.º* — *Ass. 93.º* — *Ass. 94.º* — *Ass. 95.º* — *Ass. 96.º* — *Ass. 97.º* — *Ass. 98.º* — *Ass. 99.º* — *Ass. 100.º* — *Ass. 101.º* — *Ass. 102.º* — *Ass. 103.º* — *Ass. 104.º* — *Ass. 105.º* — *Ass. 106.º* — *Ass. 107.º* — *Ass. 108.º* — *Ass. 109.º* — *Ass. 110.º* — *Ass. 111.º* — *Ass. 112.º* — *Ass. 113.º* — *Ass. 114.º* — *Ass. 115.º* — *Ass. 116.º* — *Ass. 117.º* — *Ass. 118.º* — *Ass. 119.º* — *Ass. 120.º* — *Ass. 121.º* — *Ass. 122.º* — *Ass. 123.º* — *Ass. 124.º* — *Ass. 125.º* — *Ass. 126.º* — *Ass. 127.º* — *Ass. 128.º* — *Ass. 129.º* — *Ass. 130.º* — *Ass. 131.º* — *Ass. 132.º* — *Ass. 133.º* — *Ass. 134.º* — *Ass. 135.º* — *Ass. 136.º* — *Ass. 137.º* — *Ass. 138.º* — *Ass. 139.º* — *Ass. 140.º* — *Ass. 141.º* — *Ass. 142.º* — *Ass. 143.º* — *Ass. 144.º* — *Ass. 145.º* — *Ass. 146.º* — *Ass. 147.º* — *Ass. 148.º* — *Ass. 149.º* — *Ass. 150.º* — *Ass. 151.º* — *Ass. 152.º* — *Ass. 153.º* — *Ass. 154.º* — *Ass. 155.º* — *Ass. 156.º* — *Ass. 157.º* — *Ass. 158.º* — *Ass. 159.º* — *Ass. 160.º* — *Ass. 161.º* — *Ass. 162.º* — *Ass. 163.º* — *Ass. 164.º* — *Ass. 165.º* — *Ass. 166.º* — *Ass. 167.º* — *Ass. 168.º* — *Ass. 169.º* — *Ass. 170.º* — *Ass. 171.º* — *Ass. 172.º* — *Ass. 173.º* — *Ass. 174.º* — *Ass. 175.º* — *Ass. 176.º* — *Ass. 177.º* — *Ass. 178.º* — *Ass. 179.º* — *Ass. 180.º* — *Ass. 181.º* — *Ass. 182.º* — *Ass. 183.º* — *Ass. 184.º* — *Ass. 185.º* — *Ass. 186.º* — *Ass. 187.º* — *Ass. 188.º* — *Ass. 189.º* — *Ass. 190.º* — *Ass. 191.º* — *Ass. 192.º* — *Ass. 193.º* — *Ass. 194.º* — *Ass. 195.º* — *Ass. 196.º* — *Ass. 197.º* — *Ass. 198.º* — *Ass. 199.º* — *Ass. 200.º* — *Ass. 201.º* — *Ass. 202.º* — *Ass. 203.º* — *Ass. 204.º* — *Ass. 205.º* — *Ass. 206.º* — *Ass. 207.º* — *Ass. 208.º* — *Ass. 209.º* — *Ass. 210.º* — *Ass. 211.º* — *Ass. 212.º* — *Ass. 213.º* — *Ass. 214.º* — *Ass. 215.º* — *Ass. 216.º* — *Ass. 217.º* — *Ass. 218.º* — *Ass. 219.º* — *Ass. 220.º* — *Ass. 221.º* — *Ass. 222.º* — *Ass. 223.º* — *Ass. 224.º* — *Ass. 225.º* — *Ass. 226.º* — *Ass. 227.º* — *Ass. 228.º* — *Ass. 229.º* — *Ass. 230.º* — *Ass. 231.º* — *Ass. 232.º* — *Ass. 233.º* — *Ass. 234.º* — *Ass. 235.º* — *Ass. 236.º* — *Ass. 237.º* — *Ass. 238.º* — *Ass. 239.º* — *Ass. 240.º* — *Ass. 241.º* — *Ass. 242.º* — *Ass. 243.º* — *Ass. 244.º* — *Ass. 245.º* — *Ass. 246.º* — *Ass. 247.º* — *Ass. 248.º* — *Ass. 249.º* — *Ass. 250.º* — *Ass. 251.º* — *Ass. 252.º* — *Ass. 253.º* — *Ass. 254.º* — *Ass. 255.º* — *Ass. 256.º* — *Ass. 257.º* — *Ass. 258.º* — *Ass. 259.º* — *Ass. 260.º* — *Ass. 261.º* — *Ass. 262.º* — *Ass. 263.º* — *Ass. 264.º* — *Ass. 265.º* — *Ass. 266.º* — *Ass. 267.º* — *Ass. 268.º* — *Ass. 269.º* — *Ass. 270.º* — *Ass. 271.º* — *Ass. 272.º* — *Ass. 273.º* — *Ass. 274.º* — *Ass. 275.º* — *Ass. 276.º* — *Ass. 277.º* — *Ass. 278.º* — *Ass. 279.º* — *Ass. 280.º* — *Ass. 281.º* — *Ass. 282.º* — *Ass. 283.º* — *Ass. 284.º* — *Ass. 285.º* — *Ass. 286.º* — *Ass. 287.º* — *Ass. 288.º* — *Ass. 289.º* — *Ass. 290.º* — *Ass. 291.º* — *Ass. 292.º* — *Ass. 293.º* — *Ass. 294.º* — *Ass. 295.º* — *Ass. 296.º* — *Ass. 297.º* — *Ass. 298.º* — *Ass. 299.º* — *Ass. 300.º* — *Ass. 301.º* — *Ass. 302.º* — *Ass. 303.º* — *Ass. 304.º* — *Ass. 305.º* — *Ass. 306.º* — *Ass. 307.º* — *Ass. 308.º* — *Ass. 309.º* — *Ass. 310.º* — *Ass. 311.º* — *Ass. 312.º* — *Ass. 313.º* — *Ass. 314.º* — *Ass. 315.º* — *Ass. 316.º* — *Ass. 317.º* — *Ass. 318.º* — *Ass. 319.º* — *Ass. 320.º* — *Ass. 321.º* — *Ass. 322.º* — *Ass. 323.º* — *Ass. 324.º* — *Ass. 325.º* — *Ass. 326.º* — *Ass. 327.º* — *Ass. 328.º* — *Ass. 329.º* — *Ass. 330.º* — *Ass. 331.º* — *Ass. 332.º* — *Ass. 333.º* — *Ass. 334.º* — *Ass. 335.º* — *Ass. 336.º* — *Ass. 337.º* — *Ass. 338.º* — *Ass. 339.º* — *Ass. 340.º* — *Ass. 341.º* — *Ass. 342.º* — *Ass. 343.º* — *Ass. 344.º* — *Ass. 345.º* — *Ass. 346.º* — *Ass. 347.º* — *Ass. 348.º* — *Ass. 349.º* — *Ass. 350.º* — *Ass. 351.º* — *Ass. 352.º* — *Ass. 353.º* — *Ass. 354.º* — *Ass. 355.º* — *Ass. 356.º* — *Ass. 357.º* — *Ass. 358.º* — *Ass. 359.º* — *Ass. 360.º* — *Ass. 361.º* — *Ass. 362.º* — *Ass. 363.º* — *Ass. 364.º* — *Ass. 365.º* — *Ass. 366.º* — *Ass. 367.º* — *Ass. 368.º* — *Ass. 369.º* — *Ass. 370.º* — *Ass. 371.º* — *Ass. 372.º* — *Ass. 373.º* — *Ass. 374.º* — *Ass. 375.º* — *Ass. 376.º* — *Ass. 377.º* — *Ass. 378.º* — *Ass. 379.º* — *Ass. 380.º* — *Ass. 381.º* — *Ass. 382.º* — *Ass. 383.º* — *Ass. 384.º* — *Ass. 385.º* — *Ass. 386.º* — *Ass. 387.º* — *Ass. 388.º* — *Ass. 389.º* — *Ass. 390.º* — *Ass. 391.º* — *Ass. 392.º* — *Ass. 393.º* — *Ass. 394.º* — *Ass. 395.º* — *Ass. 396.º* — *Ass. 397.º* — *Ass. 398.º* — *Ass. 399.º* — *Ass. 400.º* — *Ass. 401.º* — *Ass. 402.º* — *Ass. 403.º* — *Ass. 404.º* — *Ass. 405.º* — *Ass. 406.º* — *Ass. 407.º* — *Ass. 408.º* — *Ass. 409.º* — *Ass. 410.º* — *Ass. 411.º* — *Ass. 412.º* — *Ass. 413.º* — *Ass. 414.º* — *Ass. 415.º* — *Ass. 416.º* — *Ass. 417.º* — *Ass. 418.º* — *Ass. 419.º* — *Ass. 420.º* — *Ass. 421.º* — *Ass. 422.º* — *Ass. 423.º* — *Ass. 424.º* — *Ass. 425.º* — *Ass. 426.º* — *Ass. 427.º* — *Ass. 428.º* — *Ass. 429.º* — *Ass. 430.º* — *Ass. 431.º* — *Ass. 432.º* — *Ass. 433.º* — *Ass. 434.º* — *Ass. 435.º* — *Ass. 436.º* — *Ass. 437.º* — *Ass. 438.º* — *Ass. 439.º* — *Ass. 440.º* — *Ass. 441.º* — *Ass. 442.º* — *Ass. 443.º* — *Ass. 444.º* — *Ass. 445.º* — *Ass. 446.º* — *Ass. 447.º* — *Ass. 448.º* — *Ass. 449.º* — *Ass. 450.º* — *Ass. 451.º* — *Ass. 452.º* — *Ass. 453.º* — *Ass. 454.º* — *Ass. 455.º* — *Ass. 456.º* — *Ass. 457.º* — *Ass. 458.º* — *Ass. 459.º* — *Ass. 460.º* — *Ass. 461.º* — *Ass. 462.º* — *Ass. 463.º* — *Ass. 464.º* — *Ass. 465.º* — *Ass. 466.º* — *Ass. 467.º* — *Ass. 468.º* — *Ass. 469.º* — *Ass. 470.º* — *Ass. 471.º* — *Ass. 472.º* — *Ass. 473.º* — *Ass. 474.º* — *Ass. 475.º* — *Ass. 476.º* — *Ass. 477.º* — *Ass. 478.º* — *Ass. 479.º* — *Ass. 480.º* — *Ass. 481.º* — *Ass. 482.º* — *Ass. 483.º* — *Ass. 484.º* — *Ass. 485.º* — *Ass. 486.º* — *Ass. 487.º* — *Ass. 488.º* — *Ass. 489.º* — *Ass. 490.º* — *Ass. 491.º* — *Ass. 492.º* — *Ass. 493.º* — *Ass. 494.º* — *Ass. 495.º* — *Ass. 496.º* — *Ass. 497.º* — *Ass. 498.º* — *Ass. 499.º* — *Ass. 500.º* — *Ass. 501.º* — *Ass. 502.º* — *Ass. 503.º* — *Ass. 504.º* — *Ass. 505.º* — *Ass. 506.º* — *Ass. 507.º* — *Ass. 508.º* — *Ass. 509.º* — *Ass. 510.º* — *Ass. 511.º* — *Ass. 512.º* — *Ass. 513.º* — *Ass. 514.º* — *Ass. 515.º* — *Ass. 516.º* — *Ass. 517.º* — *Ass. 518.º* — *Ass. 519.º* — *Ass. 520.º* — *Ass. 521.º* — *Ass. 522.º* — *Ass. 523.º* — *Ass. 524.º* — *Ass. 525.º* — *Ass. 526.º* — *Ass. 527.º* — *Ass. 528.º* — *Ass. 529.º* — *Ass. 530.º* — *Ass. 531.º* — *Ass. 532.º* — *Ass. 533.º* — *Ass. 534.º* — *Ass. 535.º* — *Ass. 536.º* — *Ass. 537.º* — *Ass. 538.º* — *Ass. 539.º* — *Ass. 540.º* — *Ass. 541.º* — *Ass. 542.º* — *Ass. 543.º* — *Ass. 544.º* — *Ass. 545.º* — *Ass. 546.º* — *Ass. 547.º* — *Ass. 548.º* — *Ass. 549.º* — *Ass. 550.º* — *Ass. 551.º* — *Ass. 552.º* — *Ass. 553.º* — *Ass. 554.º* — *Ass. 555.º* — *Ass. 556.º* — *Ass. 557.º* — *Ass. 558.º* — *Ass. 559.º* — *Ass. 560.º* — *Ass. 561.º* — *Ass. 562.º* — *Ass. 563.º* — *Ass. 564.º* — *Ass. 565.º* — *Ass. 566.º* — *Ass. 567.º* — *Ass. 568.º* — *Ass. 569.º* — *Ass. 570.º* — *Ass. 571.º* — *Ass. 572.º* — *Ass. 573.º* — *Ass. 574.º* — *Ass. 575.º* — *Ass. 576.º* — *Ass. 577.º* — *Ass. 578.º* — *Ass. 579.º* — *Ass. 580.º* — *Ass. 581.º* — *Ass. 582.º* — *Ass. 583.º* — *Ass. 584.º* — *Ass. 585.º* — *Ass. 586.º* — *Ass. 587.º* — *Ass. 588.º* — *Ass. 589.º* — *Ass. 590.º* — *Ass. 591.º* — *Ass. 592.º* — *Ass. 593.º* — *Ass. 594.º* — *Ass. 595.º* — *Ass. 596.º* — *Ass. 597.º* — *Ass. 598.º* — *Ass. 599.º* — *Ass. 600.º* — *Ass. 601.º* — *Ass. 602.º* — *Ass. 603.º* — *Ass. 604.º* — *Ass. 605.º* — *Ass. 606.º* — *Ass. 607.º* — *Ass. 608.º* — *Ass. 609.º* — *Ass. 610.º* — *Ass. 611.º* — *Ass. 612.º* — *Ass. 613.º* — *Ass. 614.º* — *Ass. 615.º* — *Ass. 616.º* — *Ass. 617.º* — *Ass. 618.º* — *Ass. 619.º* — *Ass. 620.º* — *Ass. 621.º* — *Ass. 622.º* — *Ass. 623.º* — *Ass. 624.º* — *Ass. 625.º* — *Ass. 626.º* — *Ass. 627.º* — *Ass. 628.º* — *Ass. 629.º* — *Ass. 630.º* — *Ass. 631.º* — *Ass. 632.º* — *Ass. 633.º* — *Ass. 634.º* — *Ass. 635.º* — *Ass. 636.º* — *Ass. 637.º* — *Ass. 638.º* — *Ass. 639.º* — *Ass. 640.º* — *Ass. 641.º* — *Ass. 642.º* — *Ass. 643.º* — *Ass. 644.º* — *Ass. 645.º* — *Ass. 646.º* — *Ass. 647.º* — *Ass. 648.º* — *Ass. 649.º* — *Ass. 650.º* — *Ass. 651.º* — *Ass. 652.º* — *Ass. 653.º* — *Ass. 654.º* — *Ass. 655.º* — *Ass. 656.º* — *Ass. 657.º* — *Ass. 658.º* — *Ass. 659.º* — *Ass. 660.º* — *Ass. 661.º* — *Ass. 662.º* — *Ass. 663.º* — *Ass. 664.º* — *Ass. 665.º* — *Ass. 666.º* — *Ass. 667.º* — *Ass. 668.º* — *Ass. 669.º* — *Ass. 670.º* — *Ass. 671.º* — *Ass. 672.º* — *Ass. 673.º* — *Ass. 674.º* — *Ass. 675.º* — *Ass. 676.º* — *Ass. 677.º* — *Ass. 678.º* — *Ass. 679.º* — *Ass. 680.º* — *Ass. 681.º* — *Ass. 682.º* — *Ass. 683.º* — *Ass. 684.º* — *Ass. 685.º* — *Ass. 686.º* — *Ass. 687.º* — *Ass. 688.º* — *Ass. 689.º* — *Ass. 690.º* — *Ass. 691.º* — *Ass. 692.º* — *Ass. 693.º* — *Ass. 694.º* — *Ass. 695.º* — *Ass. 696.º* — *Ass. 697.º* — *Ass. 698.º* — *Ass. 699.º* — *Ass. 700.º* — *Ass. 701.º* — *Ass. 702.º* — *Ass. 703.º* — *Ass. 704.º* — *Ass. 705.º* — *Ass. 706.º* — *Ass. 707.º* — *Ass. 708.º* — *Ass. 709.º* — *Ass. 710.º* — *Ass. 711.º* — *Ass. 712.º* — *Ass. 713.º* — *Ass. 714.º* — *Ass. 715.º* — *Ass. 716.º* — *Ass. 717.º* — *Ass. 718.º* — *Ass. 719.º* — *Ass. 720.º* — *Ass. 721.º* — *Ass. 722.º* — *Ass. 723.º* — *Ass. 724.º* — *Ass. 725.º* — *Ass. 726.º* — *Ass. 727.º* — *Ass. 728.º* — *Ass. 729.º* — *Ass. 730.º* — *Ass. 731.º* — *Ass. 732.º* — *Ass. 733.º* — *Ass. 734.º* — *Ass. 735.º* — *Ass. 736.º* — *Ass. 737.º* — *Ass. 738.º* — *Ass. 739.º* — *Ass. 740.º* — *Ass. 741.º* — *Ass. 742.º* — *Ass. 743.º* — *Ass. 744.º* — *Ass. 745.º* — *Ass. 746.º* — *Ass. 747.º* — *Ass. 748.º* — *Ass. 749.º* — *Ass. 750.º* —

— A fiança dos funcionários que têm remuneração variável, de acordo com as percentagens que lhes são devidas, por lei, à vista da promoção que promovem, deverá ser calculada na base da remuneração percebida no ano imediatamente anterior. — Exp. mot. 855, 9-5-42, do DASP — D. O. 28-5-42, pág. 8.706.

Promoção — Não haverá reforço no caso de promoção, uma vez que a fiança corresponde ao dobro do vencimento ou remuneração anual da classe inicial da carreira — Exp. mot. 855, 9-5-42, do DASP — D. O. 28-5-42, pág. 8.706.

Transferência — A transferência de uma para outra carreira sómente acarretará o reforço da fiança se a carreira para que se transferir o funcionário tiver o vencimento ou remuneração da classe inicial superior, devendo restituir-se o excedente da fiança, caso seja inferior.

Haverá, ainda, o reforço da fiança, se a **transferência** for feita para cargo isolado, de padrão superior ao do vencimento ou remuneração da classe inicial da carreira, restituindo-se, também, o excedente da fiança, se se tratar de transferência de cargo isolado para cargo de carreira, cujo vencimento inicial seja inferior — Exp. mot. 855, 9-5-42, do DASP. — D. O. 28-5-42, pág. 8.706.

Vencimento — O aumento de vencimento decorrente do D. L. 8.512, de 1945, não determina a obrigação de reforçar a fiança. — Par. de 26-4-46, do DASP, no proc. 3.343-46 — D. O. 24-4-46.

Cessação do seguro de fidelidade: punição — A cessação da validade, ou da vigência, da fiança, qualquer que seja a sua causa, deverá acarretar, uma vez decorrido o prazo para nova prestação, o imediato **afastamento do funcionário** afastado, de suas funções, sob pena de se desatender às finalidades do instituto.

Esse afastamento, dentro da sistemática estatutária, só poderá ocorrer pela imposição de uma penalidade ao servidor faltoso, pois o art. 6º do Decreto n.º 8.718, de 1942, foi taxativo ao prescrever que, rescindido o seguro de fidelidade, o funcionário segurado se obrigará a prestar nova fiança, dentro de sessenta dias, improrogavelmente.

Se assim é — e intertendo-se, mais, a liberal duração do prazo concedido para a nova prestação da fiança — claro se torna que incorre em infração disciplinar o funcionário transgressor daquele preceito legal.

Tal infração, conforme a sua natureza e gravidade, poderá revestir-se do caráter de "falta grave", ou de "desobediência a lei ou a instrução ou ordem legais dos superiores", punidas, respectivamente, com as penas de suspensão ou demissão a bem do serviço público, de acordo com o art. 234 e o item IV do art. 239 do E. P.

Assim, ao funcionário encontrado em tais condições deverá ser imposta, imediatamente, a pena de suspensão, até o prazo de 30 dias, computando-se o mesmo, através desse expediente, a cumprir, já afastado de exercício, a referida obrigação legal.

Uma vez esgotado o referido prazo, se o funcionário ainda não tiver regularizado sua situação, isto é, não houver prestado nova fiança, competirá a autoridade competente determinar a instauração de inquérito administrativo, para apuração da falta disciplinar, no âmbito do item IV, inciso I, do art. 239 do E. P., ainda a intenção, já, e pelo menos presumivelmente, de a lei, de desobediência a lei.

Nesta hipótese, deverá o acusado ser suspenso, preventivamente, na forma do art. 234 do E. P., extinguido, de fato, o que o promoveu, e o mesmo reassumirá seu cargo, sem estar a Fazenda Nacional garantida

pela prestação da respectiva fiança — Par. de 10-9-45, do DASP, no proc. 15-188-45 — D. O. 14-9-45, pag. 14 sôas — R. S. P., nov. 45, pag. 126.

Exercício de seguro de fidelidade. *Procedência.* — No caso de rescisão de apólice de seguro, não sendo substituída a fiança em ato contínuo, não poderá o servidor continuar em exercício, devendo logo ser providenciada a prestação de contas e o imediato afastamento do exercício do cargo ou função.

Em tal circunstância a tomada de contas deverá ser processada ainda na vigência da fiança a ser substituída, de modo que a mesma responda pelo cumprimento posterior da verificação impositiva da falta de observância dessa formalidade em responsabilidade para o chefe imediato do servidor.

Se, durante a sessão, que o servidor não estiver em exercício, por falta de fiança, devida ser considerada a falta impositiva das apólices para efeitos de prêmios, não obstante, por isso, nem em direito a vantagem a título de garantia de cargo ou função, e, quanto ao tratamento das contas, não poderá a mesma ser apresentada com a total fiança, desde que se a tenha do prazo estabelecido no art. 6.º do referido Decreto n.º 8.733-42.

Se a tomada de contas for apurada qualquer irregularidade devida a negligência no avaliar imediatamente as providências exigidas na legislação vigente, dependendo deste caso, a rescisão do contrato, mediante apresentação de nova fiança, de que ficar de posse em relação às irregularidades.

Não se verificando irregularidades na tomada de contas, decorrida a sessão das determinações do art. 6.º do Decreto n.º 8.733-42 para apresentação de nova fiança, não se apresentando o servidor devidamente avaliado da fiança a que está sujeito, passará de a faltar ao serviço sem qualquer possibilidade.

De modo geral, a aplicação de qualquer penalidade em virtude de falta no serviço, sem a sua justificativa, só tem validade se a falta do servidor é tida em exercício, a saber que o tempo de falta exceda de trinta dias, ficando esta, no caso de funcionários, se promover o processo de demissão por abandono do emprego de acordo com os arts. 2.º, 1.º, 2.º e seguintes do L. P. ou no caso de extintivistas, se promover a sua dispensa de função, na forma da legislação vigente. — Par. de 19-12-46, do DASP, no proc. 7-419-46 — D. O. 23-12-46, pag. 16 s.º.

— Todo funcionário sujeito à prestação de fiança que deixar responder o seguro de fidelidade funcional por falta de pagamento de prêmio ou correr o prazo de validade do seguro, sem ter exercido anteriormente a renúncia do respectivo contrato, deve ser afastado do exercício do cargo ou função prevista no item III, do art. 2.º V do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis, observadas as disposições do art. 242 do mesmo diploma legal, para que satisfaça a exigência legal na prestação da fiança.

A não observância dessa recomendação acarretaria para o respectivo chefe da repartição ou serviço a responsabilidade prevista no 1.º do art. 8.º do Regulamento Geral de Contabilidade Pública — (Decreto D. G. 11-41, de 17-11, do D. G. F. N.º — D. O. 16-7-47, pag. 9585).

§ 2.º Não poderá ser autorizado o levantamento da fiança antes de tomadas as contas do funcionário.

Tribunal de Contas — O Tribunal de Contas tem jurisdição própria e privativa sobre as pessoas e materias sujeitas à sua competência, a qual abrange todos os responsáveis por dinheiro, valores e material pertencentes a Nação, ou pelos quais esta responde, ainda quando exerçam estas suas funções, ou residam no exterior, bem como os herdeiros, fiadores e representantes dos preditos responsáveis (art. 39 da Lei n.º 850, de 23 de setembro de 1949).

— Estão sujeitos a prestação de contas e só por ato do Tribunal de Contas podem ser liberados de sua responsabilidade:

I — o gestor dos dinheiros públicos e todos quantos houverem arrecadado, despendido, recebido de terceiros, ou tenham sob a sua guarda e administração dinheiros, valores e bens da União;

II — todos os servidores públicos civis e militares, ou qualquer pessoa ou entidade, estipendiada pelos cofres públicos, ou não, que derem causa à perda, extravio ou dano de valores, ou de material da União, ou pelos quais se a esta responde;

III — os que se obrigarem por contrato de empreitada ou fornecimento e os que receberem dinheiro por antecipação ou adiantamento;

IV — os administradores das entidades autárquicas (art. 40 da Lei 830-491).

— O Tribunal de Contas, em sessão de 6-7-43, resolveu que a fiança dos ajudantes de tesoureiro só poderá ser restituída depois de prestadas contas pelos mesmos e expedida a quitação pelo T. C. — Circ. 18, de 1942, da Direcção Geral da Fazenda Nacional. — D. O. 6-9-43, pag. 12 315.

§ 3.º O responsável por alcance ou desvio de material não ficará isento da ação administrativa e criminal que couber, ainda que o valor da fiança seja superior ao prejuízo verificado.

— Vide art. 230 do Estatuto.

CAPITULO VI

Do exercício

Art. 31. O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registados no assentamento individual do funcionario.

Posse e exercício: distinção. — Posse e exercício são atos distintos, sucessivos e determinantes de efeitos diversos, aquella investe o nomeado na qualidade de funcionario publico, e esse o integra nas respectivas actividades.

Assim, como se vê, duas fases iniciais diferentes da vida do funcionario, subordinadas, uma, de modo geral, a verificação de terem sido satisfeitas

Servidor requisitado — Cumprido ao Diretor do Pessoal do Ministério onde estiver servindo o requisitado comunicar à D. P. do Ministério a que o mesmo pertence todas as ocorrências que, de qualquer forma, afetem a vida funcional do requisitado, pois tais ocorrências devem constar da respectiva pasta de assentimento existente no órgão de pessoal do Ministério a que pertence o servidor em causa. — Par. de 26-10-46, da D. P. do PA-P no proc. 8 464-46. — D. O. 31-10-46, 14 694.

Serviço militar — Sempre que se verificar admissão ou posse de funcionários ou empregados, o chefe da repartição ou serviço remetere, dentro de quinze dias, a Chefia da Circunscrição de Recrutamento, correspondente aos dados relativos ao nome, família, Matricula e data de nascimento do servidor em causa, com declaração da situação militar. § 1.º do art. 140 do D. L. 9.500, de 23-7-46 — D. O. 25.

Art. 32. O Chefe da repartição ou do serviço para que fôr designado o funcionário é a autoridade competente para dar-lhe exercício.

Local — O exercício do funcionário nomeado só deve ser dado na repartição para onde foi mandado. — Of. 1 453, de 30-5-42, do DASP. — Relatório do DASP, 1942, pág. 169.

Art. 33. O exercício do cargo ou da função terá início dentro do prazo de trinta dias, contados:

I. Da data da posse, nos casos de nomeação e designação;

Inciso — O art. 97 do E. F. enumera diversos afastamentos considerados como de efetivo exercício, dentre os quais o indicado no seu item XI, *verbis*:

"XI — Missão ou estado no estrangeiro, quando o afastamento houver sido autorizado pelo Presidente da República".

A posse em outro cargo, do funcionário cujo afastamento se enquadra nesse artigo, não interrompe o seu efetivo exercício, devendo coincidir os dias da posse e exercício.

Foi fato, porém, acurta evidentes desvantagens para os demais candidatos nomeados, quando se trata de cargos de carreira, porquanto a diferença de idade que sempre decorre, quanto a antiguidade da classe para efeito de promoção.

Para evitar o inconveniente, de tão desagradável repercussão no moral do grupo, e de todo contrário ao que, tratándose de cargos de carreira, sempre se dispõe a exercer no mesmo dia, a todos os candidatos nomeados.

Não há possibilidade de ser a lotação de algum candidato em repartição distante, consoante ao termo de posse, seja ordenada a primeira hora do expediente, de modo que o funcionário possa apresentar-se, no mesmo dia, a autoridade competente, para os fins do art. 2 do E. F. — Par. do DASP no proc. 7 040-48. — D. O. 3-9-48, pag. 12.777.

Plano no sábado e exercício na segunda-feira, de funcionários nomeados para outro cargo — O DASP opinou que seria de justiça fosse considerado no exercício no cargo no mesmo dia da posse — Par. no proc. 610-50 — D. O. 13-5-50, pag. 7-412.

Nomeação — Plano posterior ao exercício — Contagem de tempo de serviço — Entendeu a D. P. que a vista do presente artigo, incluído no art. 20, § 1.º do E. L., o tempo de serviço de interessados deve ser apurado integralmente da data da posse, pelos dias de efetiva execução, conforme constar dos folhos de pagamento. — Par. de 8-12-48, da D. P. do DASP, no proc. 8-391-48 — D. O. 10-12-48, 17-633.

II. Da data da publicação oficial do ato, nos casos de remoção e transferência.

§ 1.º O funcionário removido ou transferido, quando licenciado, terá trinta dias, a contar da terminação da licença, para entrar em exercício.

§ 2.º Os prazos previstos neste artigo poderão ser prorrogados, por solicitação do interessado e a juízo da autoridade competente, desde que a prorrogação não exceda a trinta dias.

— Leg. ant.: art. 8.º do Dec. 19.582, de 1931.

Autoridade competente para a posse/gestão — Por autoridade competente, a que se refere o § 2.º do art. 3.º do Estatuto, não pode ser entendida a mesma a que dispõe o art. 2.º, isto é, a competente para dar execução.

De resto, não se entenderia praxe com os diretores dos órgãos do pessoal **ajunzar da conveniência ou não da prorrogação de prazo para entrar em exercício dos funcionários designados para outros setores**, pois, de qualquer modo, os prazos de tais prazos, a contar das necessidades dos serviços a sua cargo, permitirão ou negarão a entrada, conforme disposto no § 2.º do art. 3.º citado. — Par. do DASP no proc. 20-112-44 — D. O. 1-12-44, pag. 20-274.

Art. 34. O funcionário nomeado deverá ter exercício na repartição em cuja lotação houver vaga.

Parágrafo único. O funcionário promovido poderá continuar em exercício na repartição em que estiver servindo.

— Leg. ant.: art. 39 da Lei 284, de 1936.

— Vide art. 11 do Regul. de Promoções.

Assimilação para carreira principal — O ocupante de cargo de carreira principal nomeado para a mesma carreira de carreira principal de outro Ministério poderá, a juízo do órgão de pessoal responsável, continuar em exercício no órgão a que serve.

§ 1º Caso não haja claro na carreira principal, será o funcionário considerado como excedente da lotação.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, será observado o seguinte:

a) não se preencherá o claro da carreira auxiliar, resultante da nomeação do funcionário para a carreira principal;

b) o funcionário, nomeado para a vaga resultante da carreira auxiliar, poderá ser lotado, embora como excedente, na repartição ou serviço em que se deu o claro da carreira principal. — Art. 1º do D. L. 9.250, de 4-5-46. — D. O. 9-5-46.

Art. 35. Nenhum funcionário poderá ter exercício em serviço ou repartição diferente daquela em que estiver lotado, salvo os casos previstos neste Estatuto ou prévia autorização do Presidente da República.

— Ver Circ. 24-37 da S. P. R.

Repartição — Essa expressão, em seu sentido generico, é aplicável a todo órgão administrativo, diretamente encarregado da execução de serviços públicos. — Of. 392, do DASP, à F. M. de Porto Alegre — D. O. 11-3-41.

Afastamentos não permitidos. — O funcionário, com fundamento neste artigo, não pode ter exercício:

a) no Banco do Brasil, que não é órgão do serviço público. — Exp. mot. n.º 1.126, de 11-6-41, do DASP — D. O. 13-6 — J. A., VI, 299;

b) no Aero Clube do Brasil, que é uma sociedade civil, embora reconheça da de utilidade pública, circunstância essa, porém, que lhe não altera a personalidade jurídica. — Exp. mot. n.º 1.591, de 28-10-1940, do DASP — D. O. 30-9 — J. A., V, 397;

c) em autarquias — Departamento Nacional do Café, no caso — que não são órgãos do serviço público. — Par. de 20-11-41, do DASP, no proc. 9.770-41 — D. O. 21-11. — J. A., VII, 350;

d) para ocupar cargo ou função estadual ou municipal — Exp. mot. n.º 153, de 15-2-41, do DASP — D. O. 21.

Normas — No encaminhamento dos processos de requisição de funcionários deverão ser observadas as seguintes normas:

a) o órgão requisitante dirigir-se á diretamente ao órgão a cuja lotação pertencer o funcionário, indicando os motivos que fundamentam a requisição;

b) o órgão a que pertence o funcionário informará se o afastamento acarreta prejuizo aos serviços e, em seguida, submeterá o assunto á decisão do Ministro de Estado, o qual, se concordar com a requisição, encaminhará o processo á Presidência da República, para a necessaria autorização;

c) a informação das propostas de requisição de funcionarios lotados em órgãos diretamente subordinados a Presidência da República, bem como o encaminhamento do pedido de autorização a que se refere o item anterior, caberá á direção suprema dos aludidos orgaos. — Circ. 1-46, de

9-1-46, da S. P. R. — D. O. 11-1-46, pag. 475 — R. S. P., março 46, pág. 53.

— O DASP, pela Circ. D. F. 22 de 30-6-43, expeliu as seguintes normas relativas a requisição de funcionários, nos termos das arts. 35 e 214 do E. F.:

a) nenhum funcionário deverá ser deslocado de sua repartição, a fim de ter exercício em outro órgão do serviço público, sem que tenha sido dada a ato de autorização, de origem local.

b) não se faz efectiva essa exigência, sem o funcionário apresentado, por escrito, no dístico ou cédula da repartição onde deverá servir, manifestando-se nesse dístico, o ato, o despacho presidencial, o prazo e data a cumprir o afastamento.

c) durante esse prazo, caberá ao órgão de pessoal, competente, providenciar a vida material do funcionário em seu cargo, na repartição onde estiver, salvo se houver a providida proteção pelo Presidente da República. — D. O. 2-7, pag. 10-144.

Interino — Interino não pode ter exercício em repartição do serviço diferente, porque se ao ocupante d'um cargo for permitida afastar-se do mesmo, não haverá, certamente, justificativa para o seu provimento. — Exp. mat. 1-321, 28-9-43, do DASP. — D. O. 2-7.

Cargo vacante — Somente em casos excepcionais, devidamente justificadas, deverá ser substituída a autoridade para quem o ocupante de cargo vacante se afasta do serviço da repartição em que deverá estar, ou de sua competência normal. — Exp. mat. 1-328, 1-10-43, do DASP, aprovada em 20-10-43, pelo P. R. — D. O. 25-10, pag. 15-862.

— O afastamento de ocupante de cargo vacante somente deve ser autorizado quando for prevista a sua impleção, a ser exercida, pelo o noante do cargo, a ser retribuída, a fim de a autoridade vacante, visto de tal modo, **certamente, substituto e, em consequência, para os efeitos legais, o cargo de substituto**, da D. P. do DASP, no proc. 10.258-43 — D. O. 21-7, pág. 11.065.

Permissão — A dispensa temporária das obrigações do emprego, a fim de se desviar a pessoa para o exercício de outra especialidade, depois de autorização do Presidente da República, na forma do art. 35 do E. F. — Par. de 20-10-43 do DASP, no proc. 1-198-40 — D. O. 25, pag. 414 — J. A., IV, 127, 1. E. 1, 1, 146.

Afastamento — Na forma do art. 25 do E. F., o funcionário e afastado do órgão em que está lotado para ter exercício em outro órgão, podendo, portanto, exercer, no período, as respectivas funções. — Par. 861, de 1-9-45, do DASP — J. O. A., XVI, 12.

Dispensa de função gratificada — Autorizada a requisição, deverá o requerido, por esse motivo, ser dispensado. — Par. de 6-12-43 do DASP, no proc. 21-164-45 — D. O. 11-12-46, pag. 16-321.

Isenção e alternância na vida funcional de ser, por requisição — Competência e competência, em termos — A competência para conceder licenças a servidores requisitados é do Diretor de Pessoal do Ministério onde estiver retido o requisitado, competindo-lhe, porém, comunicar, com antecedência, à D. P. do Ministério a que o mesmo pertence, não só esse fato, mas,

também, qualquer ocorrência que, de qualquer modo afete a vida funcional do requerido. — Par. de 26-10-46 da D. P. do DASP no proc. 8.464-46 — D. O. 31-10-46, pág. 14.694.

Lotação excedida. — Não pode ser concedida a autorização quando a lotação do órgão que designa o funcionário já se encontra muito excedida. — Exp. mot. 611, de 15-4-41 do DASP — D. O. 24.

Ajuda de custo. — Ao funcionário mandado servir em repartição diferente pode, por extensão, ser concedida ajuda de custo, na forma dos arts. 137 e 138 do Estatuto, desde que comprove o desligamento e consequente despesa de viagem e de nova instalação. — Exp. mot. 1.675, de 25-7-42, do DASP — D. O. 38.

Serções de Segurança Nacional. — O Estatuto não previu o afastamento para ter exercício em serções de Segurança Nacional, independentemente de autorização do Presidente da República, devendo, assim, ser observado, no caso, o art. 75 do Estatuto. — Desp. de 31-5-43, do DASP — D. O. 2-6-43, pág. 8.567 — J. O. A., VI, 39.

A requisição não deve ser substitua. — Sendo a requisição medida administrativa de caráter excepcional, deve ter cunho objetivo e não substitivo em função de determinado funcionário. — Exp. mot. 749, de 12-3-43, do DASP — D. O. 23-3, pág. 4.210.

Colaboração. — A designação de funcionário para colaborar em outra repartição com prejuízo do exercício de seu cargo, na repartição em que está lotado, implicará a autorização especial do Sr. Presidente da República, nos termos do art. 35, do E. F.

Quanto aos funcionários estaduais, municipais, dos Territórios e da Prefeitura do Distrito Federal, deverá ficar entendido que só poderão prestar sua colaboração, e não professores, ao C. N. O. C., se, postos à disposição do Governo Federal, na forma da legislação que lhes compete, forem, pelo Governo Federal, para aquele fim, especialmente "contratados", nos termos do art. 6º do D. L. 4.993, de 1-12 — Parecer do DASP, de 26-6-43, no proc. 7.743-43 — D. O. 2-7, pag. 10.173.

Comissão. — Funcionário designado para uma comissão. Segundo o DASP, ao caso não se aplica o disposto no art. 35 do E. F., que alude à hipótese de mudança de serviço ou repartição e não de afastamento da sede da repartição ou serviço em que está lotado o funcionário. — Exp. mot. 1.481, 17-9-40, do DASP — D. O. 21.

Quando, por força de disposição legal, o encargo que se pretende cometer ao funcionário pode ser considerado como uma das atribuições do cargo de que é ocupante, o seu afastamento poderá efetuar-se independentemente de autorização do Senhor Presidente da República, mediante despacho ou designação da autoridade competente. — Desp. de 20-11-43, do DASP no proc. 15.648-43 — D. O. 24-11, pag. 17.208.

— Afastamento, em virtude de missão. Despacho: "Entende a D. F. que, no caso, não se aplica nem o art. 35, nem o 214 do E. F.; aquêle dispõe sobre o afastamento para servir n'outro órgão do serviço civil federal, e esse, sobre a requisição das entidades que nene, na

Trata-se, no processo, de investir se o funcionário em missão, que consulta aos interesses dos serviços, a juízo do Ministro de Estado, que então, o designara, indicando a tarefa que for confiada". — Proc. 4.860-43 — D. O. 19-5-43, pag. 7.673.

ficiado pelo art. 23 daquele Ato poderá afastar-se do serviço ou repartição em que tem exercício, na forma dos arts. 35 e 214 do E. F. (Exp. Mot. n.º 1.112-47, publicada no D. O. de 6-12-47). — Par. do DASP no proc. 2.967-49 — D. O. 21-6-49, pág. 8.981.

Serviço eleitoral — Além dos funcionários existentes, poderão servir na Secretaria do Tribunal Superior e nas dos Tribunais Regionais funcionários de outros órgãos, requisitados pelos seus Presidentes, nas épocas de maior intensidade de trabalho, até o número correspondente à metade do respectivo quadro.

§ 1.º Essas requisições não poderão ser recusadas, em virtude de preferência assegurada ao serviço eleitoral.

§ 2.º Os servidores requisitados conservarão os direitos e as vantagens dos seus cargos (art. 8.º da Lei n.º 486, de 14-11-48 — D. O. 15 de novembro de 1948).

— A autorização de afastamento para servir em um Tribunal deve prevalecer para toda a Justiça Eleitoral, qualquer que seja o órgão em que estiver servindo ou passe a servir o funcionário. — Par. do DASP no proc. 2.273-49 — D. O. 9-6-49, pag. 8.596.

Agente da economia popular — Nomeado agente da economia popular, o servidor público ou de autarquia ficará automaticamente deslocado do órgão onde exerce a sua atividade. Basta a publicação do ato no *Diário Oficial*, para que este produza todos os seus efeitos legais, na esfera administrativa — Exp. Mot. 1.616, de 30-12-46, do DASP — D. O. 15-1-47, pag. 659.

Serviço Nacional do Recenseamento — O art. 35 do E. F. é aplicável, por analogia, ao afastamento para o S. N. R. Assim sendo, caso as requisições de funcionários para o Serviço Nacional de Recenseamento tenham obedecido aos trâmites ali determinados, não há a opor à contagem do tempo de serviço dessas funcionários, para todos os efeitos. — Par. do DASP no proc. 286-48 — D. O. 28-1-48, pág. 1.293.

Parágrafo único. Nesta última hipótese, o afastamento do funcionário só será permitido para fim determinado e por prazo certo.

— Leg. ant.: art. 26 da Lei 284, de 1936.

Fim — O fim determinado, a que se alude, relaciona-se com a justificativa da necessidade dos serviços do funcionário na repartição ou serviço em que passar a ter exercício, determinando-se a finalidade dos trabalhos a serem prestados. — Exp. mot. 814, de 14-5-41, do DASP.

Prorrogação — Não há dispositivo legal que impeça a prorrogação do prazo do afastamento do funcionário. — Exp. mot. 1.597, de 7-4-41. — D. O. 2-5-41.

Atribuições diversas das inerentes à carreira — A autorização admente pode ser concedida quando o funcionário for exercer atribuições

inerentes a carreira a que pertencer ou ao cargo isolado que ocupar —
 Disp. nat. 2.115, 19.11.49, do IASP — D.O. 22

Art. 36. Entende-se por lotação o número de funcionários de cada carreira e de cargos isolados que devam ter exercício em cada repartição ou serviço.

— Leg. ant.: art. 31 da Lei 284, de 1936.

— O funcionário só pode ter exercício simultâneo em cargos diferentes — Disp. de 1954, do IASP no 11 e 5 e 145 — D.O. 123, pag. 7.275

Peculiaridade. — A lotação é regulada pelo Decreto nº 2.955, de 20.8.49, que assim dispõe:

Art. 1.º As repartições públicas federais terão lotação fixa de pessoal, conforme as necessidades das atividades.

§ 1.º Entende-se por lotação o número de funcionários de cada carreira, cargo ou cargo isolado, bem como o número e as vagas de lotação dos extramuros, que devam ter exercício em cada repartição pública.

§ 2.º A lotação efetiva de cada repartição pública será fixada em um plano, cujo texto de aprovação será encaminhado ao Ministério da Administração Pública, mediante o qual se estabelecerão os seguintes princípios: a) a manutenção da estrutura básica de cada repartição;

b) a observância dos princípios da lotação, para referência a classe ou padrão de vencimentos.

Art. 2.º A lotação básica das repartições será fixada por Decreto de Presidente da República, mediante proposta do Departamento Administrativo do Serviço Público.

§ 1.º Uma vez fixada a lotação básica, esta constará do texto do plano.

§ 2.º A lotação básica poderá ser alterada, na forma expressa neste artigo, por proposta do Departamento Administrativo do Serviço Público, ou por proposta do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 3.º Para se estabelecer as vagas de lotação, será adotada uma escala de classificação de 7 níveis, a saber: a) vaga efetiva; b) vaga de lotação; c) vaga de lotação; d) vaga de lotação; e) vaga de lotação; f) vaga de lotação; g) vaga de lotação.

§ 1.º As vagas efetivas serão fixadas, de acordo com a natureza da função, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público.

§ 2.º As vagas de lotação das repartições das carreiras de lotação serão fixadas, de acordo com a natureza da função, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, e as vagas de lotação das carreiras de lotação serão fixadas, de acordo com a natureza da função, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público.

§ 3.º As vagas de lotação das carreiras de lotação serão fixadas, de acordo com a natureza da função, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, e as vagas de lotação das carreiras de lotação serão fixadas, de acordo com a natureza da função, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 4.º As vagas de lotação das carreiras de lotação serão fixadas, de acordo com a natureza da função, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público.

Decreto — A lotação e suas alterações subsequentes serão feitas mediante decreto — art. 3., parágrafo único, do D. L. 9 250, de 4-5-46.

Lotação nominal: aprovação — Em Circ. n. 8-46, de 25-4-46, a S. P. R. schentou a observância das seguintes normas sobre aprovação de lotações nominais:

I — As lotações nominais dos Ministerios serão aprovadas mediante ato do respectivo Ministro de Estado;

II — as lotações nominais aprovadas por decreto não impedem a remição de funcionários na forma da legislação vigente;

III — os órgãos autônomos e os departamentos subordinados à Presidência da República terão as lotações nominais aprovadas pelos dirigentes, assim como, pelo ato da mesma autoridade, serão efetuadas as remições dos seus servidores. — D. O. 27-4-46.

Promoção — Em virtude de promoção não ocorre claro na lotação. — Exp. mot. 325, de 19-5-41, do IASP — D. O. 22.

Fins da lotação — A finalidade da lotação é a distribuição dos cargos de acordo com as exigências das atividades dos órgãos dos serviços públicos. — Exp. mot. 611, de 15-4-41, do IASP — D. O. 24-4.

— Lotar uma repartição é determinar, atendendo a conveniência e necessidade de suas atividades, a sua capacidade, distribuindo-se-lhes os cargos públicos, observada a especialidade profissional. — Desp. do DASP no proc. 291-38 — D. O. 26-8-43, 17.181.

Lotação total — Em cada conjunto "quadro permanente — quadro suplementar", ou "parte permanente — parte suplementar", o número de lotações de uma carreira, ou de carreiras da mesma natureza, tais como Médico e Médico-clínico, não deve ultrapassar o da lotação estabelecida para a carreira do Quadro ou Parte Permanente.

Quando as carreiras em que atuamente há excesso, deve ser evitada a provimento de qualquer cargo, até que a quantidade de funcionários se reduza ao limite máximo. — Exp. mot. 1.195, de 9-5-44, do IASP — D. O. 7-6-45, pag. 11.120.

Somente nos casos de provimento de cargos por promoção, reintegração, e remição de funcionários aprovados pelos Decretos n. 115, de 19-7, 319, de 19-8 e 2.106, de 1949 — Circ. D. F.-20, de 21-7-44 — D. O. 26-7-44, pag. 11.130 e transferência "extra-oficial", de Q. S. ou P. S., para Q. P. ou P. P. — Circ. I. F.-38, de 19-11-44 — D. O. 21-11, pag. 11.080, podem ser admitidas exceções às regras estabelecidas no Exp. mot. 1.115, de 44, do IASP.

Verificação para carreira pessoal — O ocupante de cargo de carreira anexa, tendo para a classe normal da carreira pessoal do mesmo Ministério, parte, a parte de cargos de pessoal relativo, constitua em exercício no órgão em que serve. — D. L. 9 250, 4-5-46 — art. 3.º, par. 4.º.

Forma — Em seu logotipo, e na forma da legislação vigente, lotação é o conjunto de funcionários e estatutários, e demais funcionários sob este regime, de cada órgão que está lotado, pessoal ou não, anexa ou não, facultando-se a possibilidade para atender aos seus serviços, a utilização temporária de pessoal metálico, a título numerado de lotação, a lotação estatutária, e o quadro metálico, lotado em pessoal lotado, e lotado em o elemento humano indispensável à vida administrativa da repartição.

A lotação é fundamental, para qualquer servidor, e somente depois de lotado, e que passa a correr o exercício, e daí, vive o servidor a vida funcional e é o integra no sistema legal que lhe define o estado na administração.

Ha duas especies de lotações: numerica e nominal. A primeira é primordial e deve, na forma da legislação em vigor, ser fixada por decreto do Presidente da República. A segunda, secundária como e, constitui uma consequencia da primeira, e esta, sob certos aspectos se annua utilizar-se desde que envolver condições pessoais. — Art. de 17-10-46, do PLASP no proc. 6-10-46 — D. O. 24-10-46, pag. 14-5-46.

Art. 37. O funcionário deverá apresentar ao serviço do pessoal respectivo, após ter tomado posse e antes de entrar em exercício, os elementos necessários à abertura do assentamento individual.

— Vide art. 224, IX, do Estatuto.

Inscrição no IPASE. — "Art. 6º. A inscrição do empregado será feita antes de sua entrada em exercício, mediante o preenchimento de formula própria, com o respectivo numero de matrícula.

§ 1º. As formulas de inscrição serão enviadas ao IPASE pelos serviços de pessoal, sob protocolo ou registro postal.

§ 2º. O numero de matrícula mencionado na formula de inscrição sera sempre correspondido nas folhas e nos recibos de pagamento, sem o que não podera e te ter effectado". — D. L. 2-3-49, de 12-6-41 — IPASE.

Art. 38. O funcionário que não entrar em exercício dentro do prazo será demittido do cargo ou destituído da função.

— Vide art. 238, § 2º, do Estatuto.

Demissão por falta de assentamento de exercício, não pode ser confundida como de abandono do cargo. — A falta de assentamento de exercício não é nem o "abandono de cargo", não havendo, na hipótese, infração criminal possível.

A falta de abandono do cargo, silentemente, elucida, portanto, a de exercício preexistente, das respectivas funções, em dado momento interrompido sem causa justificada, por falta superior a três dias consecutivos, ou por período de falta superior a vinte, § 1º art. 2º do Estat. — Exp. mat. 315, de 20-1-45, do PLASP — D. O. 8-2-45, pag. 2-1-45.

Demissão de funcionário que, tendo tomado posse, não entra em exercício. — A falta de pessoal do IPASE faz de parecer que, na hipótese, é cabivel a pena de demissão de acordo com o art. 238 do E. P., devendo ser o ato precedido de processo administrativo, fundamentado, ainda, que o referido funcionário não se alicia, por esse, deve ter a pena de demissão, que diz respeito a demissão por abandono do cargo, prevista no art. 238, n.º 1, com definição na § 2º do mesmo artigo, tudo do E. P.

— Proc. 10.183-48 — D. O. 20-1-49, pag. 964 — R. S. P. — Fev., 49, pag. 96.

— O entendimento do proc. 10.183-48 objetivou não permitir que o funcionário nas condições indicadas, seja *demitido* por livre arbítrio do Governo, sem lhe assegurar o direito de defesa, assim como evitar a constituição de comissão de inquérito, pois esta é desnecessária para apurar fatos que por sua própria natureza são evidentes, à semelhança do que ocorre nos casos de abandono do cargo.

Tanto essa conclusão é verdadeira que a simples extensão do rito processual não deve determinar a providência prevista no art. 258 do Estatuto dos Funcionários, nem acarretar, em consequência, a aplicação da pena capitulada no art. 323 do Código Penal.

O funcionário, embora não tenha adquirido estabilidade, não poderá ser *demitido licitamente*, porquanto, de acordo com o disposto no art. 93, § 2.º, do Estatuto dos Funcionários:

“A demissão será aplicada como penalidade”.

É ponto jurídico pacífico que a *demissão* aplicada sem que seja assegurada ampla defesa ao funcionário importa em ser inquinada de ilegal, visto contrariar o preceito consignado no parágrafo único do art. 216 do Estatuto.

Além disso, ao prever as hipóteses em que se poderá dar a *exoneração*, o mesmo Estatuto, no § 1.º do art. 93, estabeleceu o seguinte critério:

- a) a pedido do funcionário;
- b) a critério do Governo, quando se tratar de cargo em comissão; e
- c) quando não satisfetas as condições do estágio probatório”.

Desse modo, o ocupante efetivo de cargo público, embora sem ainda haver adquirido estabilidade, somente poderá ser *exonerado* se não satisfizer os requisitos exigidos para estágio probatório ou, então, o caso de extinção do cargo, conforme se depreende do art. 189 da Constituição vigente.

O princípio da demissibilidade *ad-nut m* apenas é aplicável aos funcionários que não podem adquirir estabilidade, isto é, aos em comissão e aos interinos. — Par. do DASP no proc. 750-49 — D. O. 17-6-49, pag. 8.823.

Art. 39. Salvo os casos previstos no presente Estatuto, o funcionário que interromper o exercício por trinta dias consecutivos, será demitido por abandono do cargo.

— Vide arts. 238, I e 251, do Estatuto.

Processo por abandono — Salvo o caso de suspensão preventiva, não poderá o chefe afastar o funcionário do exercício do cargo sem que isto decorra da expressa disposição legal. — Exp. mot. 1.723, 29-7-42, do DASP — J. A. (DASP), 9.º, pag. 315.

Art. 40. O número de dias que o funcionário gastar em viagem para entrar em exercício será considerado, para todos os efeitos, como de efetivo exercício.

- Leg. ant. - Art. 8º do Decreto n.º 19.582, de 12.1.1931.

Novo cargo. — Trata-se, no caso, de funcionário que, sem estar legalmente afastado, realiza viagem para tomar posse de novo cargo. Entre o deixar um cargo e tomar posse de outro, há uma descontinuidade no plano da continuidade em sua vida funcional. É a razão pela qual se remunera, sem computado para esse período, de viagem, o cargo, não se verificando a hipótese prevista no art. 40 e seu parágrafo único do Estatuto dos Funcionários.

Exatamente a faculdade contida nessas disposições legais pressupõe a anterior inexistência no cargo. — D.O. de 15.4.44, da D.F. do DASP no proc. 7.612-44. — D.O. de 5.4.44, pag. 9.631.

Pose e exercício. — Funcionário que comparece para cargo público tomou a posse e a posse foi considerada em exercício dias após ao ato da posse.

Não faz o art. 40 da D.F. qualquer referência sobre exercício para o aproveitamento do que nele se contém, fazendo menção apenas à **quantidade de tempo gasto**.

Esta é, portanto, inibitivamente, o interesse do parágrafo, uma vez que tendo tomado posse do cargo, estando, portanto, investido em cargo público.

Ora, se ele era funcionário público, de acordo com a própria definição estatutária, quanto tempo ele estava investido para entrar em exercício, na prática, se de fato ele não fez o art. 40 da D.F., uma vez que o ponto pacífico que onde a lei não estabelece o período de trânsito de posse.

Logo sendo, se o art. 40 não estabelece a obrigação de exercício, então para que o funcionário fosse beneficiado pelo mesmo, não poderia os casos em que se lhe devia a concessão de período de trânsito para entrar em exercício legal no cargo, tem o funcionário o direito de ter por ele beneficiado, quanto for o caso.

Nestas condições, quando o DASP por que fosse contado como de efetivo exercício os dias em que o funcionário gastou na viagem para entrar em exercício. — Proc. 4.210-42. — D.O. de 2.4.42, pag. 25.116.

— O período de trânsito de que trata o Estatuto em seu art. 40 e respectivos parágrafo único, somente poderá ser concedido *depois* da publicação do ato que movimentar o funcionário, quando ocorrer o desligamento da repartição onde tinha exercido. — Par. do DASP. — Proc. 574-50. — D.O. de 4.4.50, pag. 5.153.

Parágrafo único. Esse período de trânsito será contado da data do desligamento do funcionário.

Desligamento. — O desligamento do servidor, em virtude da nomeação, transferência ou remoção, deverá ser feito a mais antes do início da viagem e uma vez comprovada a existência de transporte.

Se algum imprevisto determinar a interrupção do período de trânsito, o servidor deverá apresentar-se imediatamente, a qualquer órgão do Ministério a que pertencer, onde permanecerá em serviço, aguardando ordem. — Exp. mot. 2 488, 2-3-42, do DASP. — D. O. 1-10-42, pag. 14 645.

— Desligamento de funcionário transferido somente deve ser efetuado após a posse no novo cargo. — Par. do DASP, no proc. 11.044-44 — D. O. 9-8-44, pág. 13.974.

— A fixação da data do desligamento do funcionário se relaciona com o cômputo do prazo para o exercício na nova sede.

Parece, a D. P. do D. A. S. P., que, quando não houver mudança de sede, o desligamento deve ter lugar:

- a) que o funcionário transferido ou removido, dispõe, a partir
- b) na data da publicação oficial do ato, quando se tratar de transferência e remoção.

Quando houver mudança de sede, nos casos de transferência e remoção, o desligamento ocorrerá três dias antes do início da viagem (E. M. 2 448, de 2-9-42, do D. A. S. P.), contando-se esse tempo para efeito do prazo para assunção de exercício (art. 33 do E. F.).

No caso especial de nomeação para outro cargo, que importe mudança de sede, o desligamento se dará:

- a) na data da posse quando esta se verificar no mesmo local da repartição em que serve o funcionário; e

b) de acordo com a regra constante do item anterior, quando a posse tiver de se verificar em localidade diversa daquela em que serve o funcionário. — Par. do DASP no proc. nº 1 466-48 — D. O. 18-15-48, pag. 7 534.

Trânsito de funcionário transferido ou removido — Entende o DASP:

- a) que o funcionário transferido ou removido, dispõe, a partir da publicação do respectivo decreto, de 30 dias, prorrogáveis por mais 30, para entrar em exercício na nova repartição;
- b) que, nesse período, está incluído o de trânsito, isto é, o que o funcionário gastar em viagem, o qual, para todos os efeitos, deverá ser considerado como de efetivo exercício, a partir do seu desligamento; e
- c) que não terá direito a esse período o funcionário removido de uma para outra repartição localizada na mesma cidade. — Par. de 7-2-42, do DASP, no proc. 325-42 — D. O. 10, pag. 2.076. — J. A. (DASP), 9.º, pag. 376.

Promoção de Escrivão de Coletoria a Coletor — Pedido de pagamento do vencimento dos dias gastos em viagem para tomar posse e assumir o exercício.

No caso em apêgo deve ser aplicado o disposto no art. 40 do E. F., uma vez que, aquele dispositivo aplica-se, genericamente, aos casos de remoção, promoção ou transferência de funcionários.

Por conseguinte, é fora de dúvida assistir ao interessado direito ao que pleiteia, porquanto a sua situação está perfeitamente esclarecida, cabendo-lhe, pois, o pagamento daquele período. — Par. do DASP no proc. 3 482-48 — D. O. 19-6-48, pag. 9 691.

Art. 41. Nenhum funcionário poderá ausentar-se do país, para estudo ou missão de qualquer natureza, com ou sem ônus para os cofres públicos, sem autorização ou designação expressa do Presidente da República.

— Vide art. 219, parágrafo único, item VI.

Autorização — A S. P. R., em Circ. 11-46, de 24-5-46, transmitiu aos Ministérios as recomendações do Senhor Presidente da República, no sentido de não ser permitida viagem de funcionário e extranumerário ao estrangeiro, embora sem ônus para os cofres públicos, sem prévia autorização de Sua Excelência. — D. O. 21-5-46.

Restrição — É inconveniente a ida de servidores federais ou de entidades autárquicas ao estrangeiro, para estudo ou missão de qualquer natureza, com ou sem ônus para os cofres públicos, salvo em casos excepcionais, e por iniciativa do Governo. Esta é a orientação a seguir e que recomendação seja observada, evitando-se, doravante, que propostas, neste sentido, sejam a despacho. — Desp. do Presidente da República no proc. P. R. 25-456-47. — D. O. 31-12-47, pag. 16-446.

Regulamento — A designação de funcionários para a realização de trabalhos no estrangeiro é regulada pelo Decreto-lei nº 1.208, de 8 de maio de 1939, que assim dispõe:

"Art. 1.º Nenhum funcionário poderá ausentar-se do país, qualquer que seja a natureza da missão a desempenhar, com ou sem ônus para os cofres públicos, sem designação expressa do Presidente da República.

Art. 2.º A indicação de funcionário para os fins previstos no artigo 1.º será feita, justificadamente, por intermédio do Ministro de Estado, pelo diretor da repartição ou órgão interessado na missão.

Parágrafo único. Para realização de cursos ou estágios de especialização e aperfeiçoamento, nos termos do Decreto-lei nº 116, de 7 de outubro de 1938, serão observados os dispositivos do referido Decreto-lei.

Art. 3.º Do ato que divulgar o assunto e do expediente de indicação deverão constar, obrigatoriamente, para cada caso, o nome e número de funcionários a serem designados, natureza dos encargos atribuídos e as remunerações correspondentes, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo anterior.

Art. 4.º Salvo caso de justificada conveniência, a juízo do Presidente da República, o funcionário designado para realizar, fora do país, estudos ou trabalhos, com ou sem ônus para os cofres públicos, não poderá ser indicado para outra comissão no estrangeiro após quatro anos de efetivo exercício no seu cargo, contados da data do regresso ao Brasil.

Art. 5.º Quando se tratar de missão referente a compra de materiais ou fiscalização de qualquer natureza, a remuneração do funcionário encarregado da compra ou da fiscalização correrá pelas despesas próprias, sendo vedado a esse funcionário receber esbornos das firmas fornecedoras ou das entidades fiscalizadas, inclusive por conta de depósitos feitos para tal fim.

Parágrafo único. As taxas de fiscalização exigidas nos editais em vigor serão recolhidas aos cofres públicos, à conta da receita geral da União.

Art. 6.º O disposto neste Decreto-lei não se aplica aos assuntos afetos aos Ministérios das Relações Exteriores, Marinha e Guerra.

Art. 7.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. — D. O. 10 de maio de 1943.

Casos de afastamento. Vantagens — No entender do DASP, três são as hipóteses em que o funcionário poderá ir ao estrangeiro, em virtude de missão ou estudo, a saber:

1.ª, a do funcionário que vai ao estrangeiro em missão de qualquer natureza ou estudo, por determinação e em proveito do Governo brasileiro, ou a do que aceita bolsa de estudo oferecida por instituição estrangeira, ou, ainda, a do que se afasta do nosso país em virtude de convenio celebrado com o Governo estrangeiro;

2.ª, a do funcionário que é posto a disposição de Governo estrangeiro, a pedido desse Governo; e

3.ª, a do funcionário que aceita emprego ou comissão de Governo estrangeiro.

Em qualquer dessas hipóteses o afastamento somente poderá verificar-se depois de autorização ou designação do Presidente da República.

Examinando essas situações, em face do Decreto, o DASP chegou às seguintes conclusões:

a) na primeira e segunda hipóteses, o funcionário tem direito à percepção do vencimento ou da remuneração, a contagem do respectivo tempo de serviço, devendo, ainda, ser mantido o Boletim de merecimento que, anteriormente a esse afastamento, lhe tinha sido atribuído; e

b) na ultima hipótese, o funcionário deverá licenciar-se, previamente, pelo prazo fixado na lei, para tratar de interesses particulares, perdendo o vencimento e a remuneração, não computara o tempo de serviço e não lhe deverá ser atribuído Boletim de merecimento. — Exp. mot. 1.466, de 9-7-42, do DASP — Ap. em 15-7 — D. O. 21, pag. 11.437 — J. O. A., 1.º, 52.

Exame da situação militar — O afastamento do país deve ficar condicionado ao parecer do M. G. sobre a situação do interessado em face da convocação militar — Par. 1.507, de 20-9-44 — D. O. 8-5, pag. 8.133.

Art. 42. Salvo caso de absoluta conveniência, a juízo do Presidente da República, nenhum funcionário poderá permanecer por mais de quatro anos em missão no estrangeiro nem exercer outra, senão depois de decorridos quatro anos de serviço efetivo no Brasil, contados da data do regresso.

— Vide art. 4.º do Decreto-lei n. 1.258, de 1939.

Delegacia do Tesouro no estrangeiro — O pessoal da Delegacia não deve permanecer por mais de 4 anos — Par. de 8-10-45, do DASP, no proc. 17.835-45 — D. O. 15-10-45, pag. 995.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos funcionários da carreira de diplomata.

Afastamento do país. — Os momentos para a carreira de diplomata só poderão ser remunerados para o exterior após dois anos de exercício na Secretaria de Estado e aprovação no "Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas" do Instituto Rio Branco. — Art. 8.º do D. L. 9.022, 6-3-46 (D. O. 8-3-46).

Presençatário. — Os funcionários das classes L, K e J da carreira de diplomata poderão servir no máximo seis anos consecutivos no exterior. — Art. 10 do D. L. 9.022, 26-4-46.

Art. 43. O funcionário preso preventivamente, pronunciado em crime comum ou funcional, ou condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia, será afastado do exercício, até condenação ou absolvição, passada em julgado.

§ 1.º Durante o afastamento, o funcionário perderá um terço do vencimento ou remuneração, tendo direito à diferença, se fôr, afinal, absolvido.

Leg. aut. — art. 1.º 3.º do Decreto 3.084, de 5-11-1898.

Prisão. — A prisão a terra o réu incompatível com exercício de cargo público, sem prejuízo, entretanto, do acesso legal que lhe competir. — Art. 14, I, do D. L. 167, 5-1-34 (Jorn.).

Ministério Público. — A prisão e detenção de órgãos do Ministério Público Federal, em qualquer circunscrição, incluí-se no estado de emergência, ou de guerra, para imediatamente comunicar-se ao Procurador Geral e ao Ministério da Justiça para restabelecer-se a autoridade que o não fizer. — Art. 21 do D. L. 9.608, de 12-8-46. — D. O. 24.

Detenção de servidores civis. — Não se pode, em se tratando de funcionários, seja apenado o disposto no art. 43 e seus parágrafos do E. L., desde que a ausência não haja determinado a perda do cargo por inatidoneidade ao cargo, pois o E. L. e do caráter genérico, regulamentar dos direitos e deveres dos funcionários públicos. — Par. de 12-8-45, do DASP, no proc. 901-45. — D. O. 17-8-45, 4-391.

Servidor condenado. — Aos servidores públicos convocados, quando presos definitivamente, deve ser imputada a perda de um terço do respectivo salário ou vencimento. — Av. 1003, do M. G. — J. O. A., vol. XII, pág. 105.

Vantagem a servidor inabilitado. — Examinando o assunto, esclareceu o DASP: a) que, admitida a hipótese de condenação, a suspensão do servidor resultante desta ser apreciada à vista do que estabelece o D. L. 4.500-42; b) que, admitida a hipótese da absolvição, deverá ser assegurado ao servidor, até, então, considerado inabilitado, o direito à continuação do tempo de serviço em que esteve afastado, e ao respectivo vencimento ou remuneração. — Par. de 21-6-41, no proc. 2.912-45 (D. O. 2-6-41, pag. 9.674).

Indulto — Uma vez que por aquela graça especial do Governo foi permitida a incorporação do petecionario, não ha como lhe negar o direito a percepção, na forma da lei, do vencimento de seu cargo, durante o tempo em que esteve licenciado para prestar serviço militar. — Par. do DASP — Proc. 236 18 — D. O. 18-2-48, 2.150.

§ 2.º No caso de condenação, e se esta não fôr de natureza que determine a demissão do funcionário, será o mesmo afastado, na forma dêste artigo, a partir da decisão definitiva, até o cumprimento total da pena, com direito, apenas, a um terço do vencimento ou remuneração.

— Leg. ant.: art. 196, de Dec. 3.084, de 5-11-1898.

Demissão em virtude de sentença — O DASP, consultado, opinou:

a) que, na forma da legislação penal vigente (art. 55, alínea b, da Consol. das Leis Penais), a demissão do funcionario condenado a mais de seis annos de prisão celular, decorre da respectiva sentença, passava em julgado;

b) que, em face do disposto no § 2.º do art. 43 do Estatuto dos Funcionarios, não ha cunctar que este diploma legal nao cogitou dessa especie de demissão;

c) que, tratando-se de efeito peculiar à pena criminal somente applicavel pelo Poder Judiciario, cumpre ao respectivo Juizo, para os devidos fins, dar conhecimento do fato à Administração Publica;

d) que o decreto de demissão sera expedido de acordo com o item VII do art. 231 do Estatuto dos Funcionarios, combinado com a alínea b do art. 55 da Consolidação das Leis Penais. — Of. 2 166, de 8-9-41 ao S.P.F. — D. O. 9-9-41.

— Hoje essa resposta tem de ser entendida à vista das seguintes disposições do Código Penal.

Art. 67. São penas accessórias:

I — a perda de função publica, eletiva ou de nomeação;

.....

Art. 68. Incorre na perda da função publica:

I — o condenado a pena privativa de liberdade por crime cometido com abuso de poder ou violação de dever inerente a função publica;

II — o condenado por outro crime a pena de reclusão por mais de dois annos ou de detenção por mais de quatro. (Decreto-lei 2 818, de 7-12-40).

Liberado condicional — Do ponto de vista legal, pode o liberado continuar occupando função publica:

a) desde que as condições a que o mesmo esteja sujeito não impeçam, nem sejam incompatíveis com o livre exercicio daquela; e

b) desde que nao lhe tenha sido imposta, ou caso ja tenha cessado, a pena accessoria da interdição do direito de exercicio temporario de

função pública (Código Penal, art. 69, item I). — Par. do DASP no proc. 1010-18 — D. O. 19-3-48, pag. 4-466

CAPÍTULO VII

Da promoção

Art. 44. As promoções obedecerão ao critério de antiguidade de classe e ao de merecimento, alternadamente, salvo quanto à classe final de carreira. Neste caso, serão feitas somente pelo critério de merecimento.

Reg. ant.: Art. 33, da Lei 284, de 1936. — Vide art.º 2º do Reg. Promoções.

Regulamento. — O Regulamento de Promoção dos funcionários públicos civis da União, foi expedido com o Decreto n.º 24-610, de 10-3-48, cujo texto é o seguinte:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Art. 1º Promoção é o acesso do funcionário, em caráter efetivo, a cargo de classe imediatamente superior aquela a que pertence, na respectiva carreira.

Parágrafo único. Não poderá haver promoção de funcionário interino, aposentado ou em disponibilidade.

Art. 2º As promoções obedecerão ao critério de antiguidade de classe e ao de merecimento, alternadamente, salvo quanto à classe final de cada carreira, neste caso, será observado, exclusivamente, o critério do merecimento.

§ 1º Em cada classe, exercitada a final, a primeira promoção obedecerá ao critério da antiguidade e a imediata, ao de merecimento, mantida a sequência iniciada em 1 de janeiro de 1937.

§ 2º A promoção à classe final da carreira de Escrivão será feita na época própria e obedecerá ao critério da antiguidade de classe e ao do merecimento, alternadamente.

§ 3º O disposto no parágrafo anterior estender-se a outras carreiras, desde que as mesmas se aplique, por determinação expressa de lei, regime semelhante ou análogo ao instituído pelo Decreto-lei n.º 8-709, de 17 de janeiro de 1946.

§ 4º Qualquer outra forma de provimento de vaga não interromperá a sequência de que trata este artigo.

Art. 3º A promoção se efetua mediante decreto coletivo, expedido para cada quadro ou parte de quadro. (*)

§ 1º O decreto coletivo será lavrado pelo órgão de pessoal, atendidas as seguintes normas:

(*) Os modelos de decretos coletivos foram aprovados pela Portaria 774, de 29-11-45, do DASP — D. O. de 3-12-45, pag. 18-160.

a) a parte referente à promoção por antiguidade conterá o nome dos funcionários que serão promovidos;

b) na parte relativa a promoção por merecimento, à qual serão anexadas as respectivas listas, feita em branco espaço suficiente para a inscrição do nome dos funcionários nos quais recair a escolha do Presidente da República.

§ 2.º Pubricando o decreto coletivo, o órgão de pessoal, além de outras providências, apostilará o último decreto de provimento do funcionário na carreira respectiva, para o efeito de consignar a promoção, indicando o critério a que a mesma obedeceu.

Art. 4.º Compete ao órgão de pessoal apurar os dados necessários ao processamento das promoções e elaborar as respectivas propostas.

Art. 5.º Não poderá haver promoção para a classe em que houver cargo excedente.

Art. 6.º A promoção por antiguidade recairá no funcionário que tiver maior tempo de efetivo exercício na classe, na data da vaga originária.

Parágrafo único. Quando o funcionário de maior tempo de serviço na classe não preencher todos os requisitos para a promoção, esta recairá no que se lhe seguir, na ordem da classificação por antiguidade, desde que sejam satisfeitas todas as condições legais.

Art. 7.º A promoção por merecimento recairá no funcionário escolhido pelo Presidente da República, dentre os que figurarem na lista previamente organizada.

Parágrafo único. A lista será organizada para cada classe e da mesma constarão os nomes dos funcionários de maior merecimento, em número triplo ao das vagas a serem providas por este critério, salvo se se tratar da classe final, hipótese em que serão incluídos todos os ocupantes da classe anterior, que preencham os requisitos legais.

Art. 8.º O funcionário mais antigo na classe, no dia da ocorrência da vaga originária, poderá concorrer a promoção por merecimento, se por este critério devesse o cargo ser provido.

§ 1.º Ocorrendo duas ou mais vagas a serem preenchidas na mesma época, o funcionário nas condições deste artigo será indicado para a promoção por antiguidade, não devendo o seu nome constar da lista do merecimento.

§ 2.º Quando o número de vagas for igual ou maior que o de funcionários as mesmas concorrentes, poderão ser também incluídos, na lista de merecimento, os funcionários mais antigos na classe.

Art. 9.º É indispensável para a promoção, inclusive à classe final da carreira, que o funcionário tenha o interstício de setecentos e trinta dias de efetivo exercício na classe.

Parágrafo único. O interstício será apurado de acordo com as normas que regulam a contagem de tempo para efeito de antiguidade de classe.

Art. 10.º A promoção por merecimento às classes intermediárias de cada carreira só poderá concorrer os funcionários colocados nos dois primeiros terços da sua classe, por ordem de antiguidade.

§ 1.º Na determinação dos dois primeiros terços considerar-se-á o número de cargos componentes da classe, inclusive os vagos e os excedentes que estiverem providos.

§ 2.º Se o número de cargos não for divisível por três, o quociente, na sua parte inteira, representará sempre o número de cargos do último terço da classe, cujos ocupantes não podem concorrer à promoção.

Art. 11.º A antiguidade, o interstício e a condição de estar o fun-

cionário compreendido nos dois primeiros terços da classe serão apurados na data da abertura da vaga.

Parágrafo único. — Se então não houver funcionário com os requisitos exigidos, será considerada data da vaga o último dia do primeiro mês do trimestre em que se possa preencher a vaga, por haver candidato habilitado, observado o disposto no art. 40.

Art. 42. — Verificada vaga em uma carreira serão, na mesma data, consideradas abertas todas as que decorrem do seu preceito.

Parágrafo único. — Verificada a vaga na data,

a) do falecimento do ocupante do cargo;

b) da publicação do decreto de transferência, aposentaria, declaração de inutilidade, exoneração ou demissão do ocupante do cargo;

c) da data da posse, no caso de nomeação para outro cargo;

d) da publicação da lei que criar o cargo e o descher dela, para o seu provimento, a data que decretar a abertura desta vaga na lei, se o cargo estiver criado;

e) da data de criação da companhia de transporte utilizada pelo funcionário, para o cargo, em caráter permanente ou em qualquer ato de gestão ou antes da sua extinção facultativa.

Art. 43. — O funcionário transferido só poderá concorrer às promoções que se verificarem em trimestre posterior ao de exercício do cargo. (7)

Art. 44. — A partir da data da publicação do decreto que o promover, no futuro não poderá concorrer mais às promoções dos dois primeiros terços da carreira, ficando quarto e quinto terços da remuneração.

Art. 45. — O funcionário promovido poderá continuar na repartição em que estiver até:

Art. 46. — Será declarado sem efeito o ato que promover promovidamente o funcionário:

§ 1.º — O funcionário promovido indeliberadamente não ficará obrigado a receber o cargo a que estiver recoberto.

§ 2.º — O funcionário a quem caber a promoção este entenderá da diferença de verbas e de de remuneração a que tiver direito.

Art. 47. — A promoção de funcionário em exercício de mandato legislativo só se poderá fazer por ato legislativo.

Art. 48. — Inexistência de parte ou parte permanente da carreira ser promovido, e a publicação da lei que cria o cargo, que não possa ser promovido a exigência em lei, para o cargo, o da publicação da carreira.

Parágrafo único. — A exigência deste artigo não se aplica aos funcionários que tenham ingressado na carreira em data anterior à publicação do Estatuto dos Funcionários Públicos da União (Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939). (**)

Art. 49. — Na primeira ser promovido o funcionário que estiver suspenso disciplinar ou preventivamente.

(7) Funcionários não cabe ser promovido a função mais elevada existente e não exercer por mais de um período de mandato na classe a que pertença. — Lei de DVS nº 1.713, art. 44, § 1.º, de 11-9-49, pág. 1, col. 1.

(**) Portaria aprovada pelo Decreto n. 25.000, de 14-10-49 (D. O. 16-10-49).

§ 1º No caso de promoção por antiguidade, a vaga será preenchida pelo funcionario que se lhe seguir na classificação.

§ 2º Se da averiguação dos fatos que determinaram a suspensão preventiva não resultar punição, ou se esta consistir na pena de advertência ou repreensão, o funcionario impedido, por este fato, de ser promovido por antiguidade terá a sua promoção assegurada, na primeira vaga que se deva preencher por este criterio.

Art. 20 A apuração do tempo de serviço, para efeito de promoção, será feita em dias.

CAPÍTULO II

Da promoção por antiguidade

Art. 21. A antiguidade será determinada pelo tempo liquido de exercicio do funcionario na classe a que pertencer.

Paragrafo unico. — Será computado, na antiguidade de classe, o tempo efetivo de exercicio de inferior que for nomeado em virtude de concurso cuja homologação tiver determinado a sua exoneração do mesmo cargo.

Art. 22 Quando houver fusão de classes do mesmo padrao de vencimento, de duas ou mais carreiras, os funcionarios contarão, na nova classe, a antiguidade de classe que tiverem na data da fusão.

Paragrafo unico. — O disposto neste artigo estende-se aos casos de reclassificação de cargo, de uma carreira em outra, ou de cargo isolado em carreira.

Art. 23 Quando houver elevação do nivel inferior de vencimentos de uma carreira, com a fusão de classes sucessivas, a antiguidade dos funcionarios, na classe que resultar da fusão, será contada do seguinte modo:

1. — Os funcionarios da classe inicial contarão a antiguidade que tiverem nessa classe, na data da fusão.

2. — Os funcionarios das classes superiores a inicial contarão a soma das seguintes parcelas:

a) a antiguidade que tiverem na classe a que pertencerem, na data da fusão;

b) a antiguidade que tenham tido nas classes inferiores da carreira, nas datas em que tiverem sido promovidos.

Paragrafo unico. — O disposto neste artigo estende-se aos casos em que simultaneamente se operar a fusão de classes sucessivas e a fusão de carreira, ou reclassificação de cargo, isolado ou de carreira.

Art. 24 Para o efeito do disposto nos artigos anteriores, a antiguidade do occupante do cargo isolado será apurada pelo tempo liquido de exercicio no cargo, com o selo integrante de classe.

Art. 25 A antiguidade de classe será contada

1. — Nos casos de nomeação, readmissão, transferência a pedido, reversão ou aproveitamento, a partir da data em que o funcionario entrar no cargo isolado;

2. — Nos casos de promoção, a partir da data da publicação do decreto respectivo.

III — No caso de transferência "ex officio", a partir da data em que o funcionário entrou em exercício do cargo de que foi transferido ou da em que foi publicado o decreto de sua promoção para esse cargo.

Art. 26. Na classificação por antiguidade, quando ocorrer empate, terá preferência o funcionário que tiver maior tempo de serviço no Ministério ou órgão diretamente subordinado ao Presidente da República, em caso de novo empate, o que tiver maior tempo de serviço público federal, havendo ainda empate, sucessivamente, o funcionário com mais família, o casado e o mais idoso.

§ 1.º Como tempo de serviço no Ministério ou em órgão diretamente subordinado ao Presidente da República, será computado o exercício em quaisquer cargos ou funções.

§ 2.º Adotase o disposto no parágrafo anterior à contagem do tempo de serviço público federal.

§ 3.º Não deverá ser computado o tempo de serviço cuja contagem for expressamente vedada pela legislação vigente.

Art. 27. Na apuração do tempo líquido de efetivo exercício, para determinação de antiguidade de cargo e do desempate previsto no artigo anterior, não serão computadas as faltas ou o afastamento decorrente de:

- I — Férias;
- II — Convalescença;
- III — Luto;
- IV — Exercício de outro cargo federal, de provimento em comissão;
- V — Exercício de outro cargo federal, e não substituto;
- VI — Convocação para o serviço militar;
- VII — Lete e outras obrigações decorrentes de lei;
- VIII — Exercício de cargo ou função de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação ou designação do Presidente da República;
- IX — Exercício de cargo ou função de confiança, de chefia ou direção, de Estado, Município, Prefeitura ou Distrito Federal, Territórios, Autarquias ou Sociedades de Economia Mista, desde que haja prevista a participação do Presidente da República;
- X — Exercício de outras funções, quando a lei determinar a contagem do tempo para todos os efeitos;
- XI — Exercício de função legislativa ou executiva federal, estadual ou municipal, em virtude de delegação, excludo, relativamente às funções estaduais ou municipais, o período de férias legislativas, quando o funcionário exercia tais funções no cargo;
- XII — Licença a função pública gestante;
- XIII — Licença em virtude de acidente em serviço ou de doença profissional;
- XIV — Tratamento para entrar em exercício do cargo ou para reassumir-lo;
- XV — Missão ou estada no estrangeiro, quando o afastamento houver sido autorizado pelo Presidente da República;
- XVI — Faltas decorrentes de justificativa, até três dias por mês;
- XVII — Licenças de duração legal, em outros casos.

Parágrafo único. Não se contará tempo de serviço decorrente cujas funções não tenham sido exercidas, em quaisquer cargos ou funções, a União, Estado, Prefeitura do Distrito Federal, Município, Territórios, Autarquias, Sociedades de Economia Mista.

CAPÍTULO III

Da promoção por merecimento

Art. 28. O merecimento de cada funcionario será apurado em pontos negativos e positivos, segundo o preenchimento das condições fundamentais e essenciais, definidas neste Capítulo.

Art. 29. O merecimento é adquirido na classe; promovido, o funcionario começará a adquirir merecimento a contar de seu ingresso na nova classe.

Art. 30. A assiduidade, a pontualidade horaria, a disciplina e o zelo funcional são considerados condições fundamentais de merecimento, importando o seu não preenchimento pelo funcionario, durante a permanencia na classe, em pontos negativos.

Art. 31. A assiduidade será determinada, durante a permanencia do funcionario na classe, pelo efetivo exercicio das funções, sendo computado um ponto negativo para cada falta.

Paragrafo unico. Não constituirão falta, para os efeitos deste artigo:

- a) os afastamentos indicados no art. 27;
- b) os afastamentos decorrentes de licença, legalmente concedida.

Art. 32. A falta de pontualidade horaria durante a permanencia do funcionario na classe, será determinada pelo numero de entradas-tarde ou retiradas cedo, atribuindo-se um ponto negativo para tres entradas-tarde ou retiradas-cedo.

Paragrafo unico. Para os fins deste artigo as entradas-tarde e retiradas-cedo serão adicionadas umas as outras, computando-se um ponto negativo para cada grupo de tres, sendo desprezadas as que não attingirem aquele numero dentro do semestre.

Art. 33. As faltas de disciplina e de zelo funcional, durante a permanencia na classe serão apuradas em vista das penalidades de advertencia, repreensao, suspensao e destituição de função impostas ao funcionario.

Paragrafo unico. Cada advertencia corresponderá a dois pontos, cada repreensao a quatro, cada dia de suspensao a seis e cada destituição de função a trinta pontos, todos negativos. (*)

Art. 34. A apreciação do merecimento do funcionario na classe se estenderá do inicio ao fim do semestre.

Paragrafo unico. Na hipotese de ter sido promovido, o merecimento do funcionario será apreciado da data da publicação do decreto respectivo ao fim do semestre correspondente.

Art. 35. As condições essenciais definem propriamente o merecimento e serão apuradas pelo orgao de pessoal, em pontos positivos, de acordo com as respostas dadas aos quesitos constantes do Boletim de Merecimento.

(*) Se a pena de suspensao for convertida em multa no mesmo despacho que a impuser, somente afetará a promoção por merecimento, nos termos da lei vigente. Se a conversao se der depois de iniciada a execucao da aludida pena, prejudicará a antiguidade na classe e determinará os pontos negativos que lhe atribui o Regulamento de Promoção — Exp. mot. 1.042, de 31-5-41 — D. O. 6-6-41.

§ 1º Para os fins deste artigo, as respostas terão o seguinte valor:

- a) **sim (s)**, quatro pontos;
- b) **mais ou menos (m)**, dois pontos;
- c) **não (ni)**, nenhum ponto ou zero.

§ 2º Compete ao órgão de pessoal adotar providências visando a uniformização do modo de preencher os boletins, com o objetivo de obter julgamento fiel da atuação do funcionário, podendo, inclusive, representar, nos casos em que tal medida for aconselhável.

Art. 36. A soma algébrica dos pontos positivos e negativos obtidos por funcionário em cada semestre, representará o índice de merecimento.

Parágrafo único. O grau de merecimento do funcionário será representado pela média aritmética dos índices de merecimento, obtidos nos quatro semestres imediatamente anteriores à promoção.

Art. 37. Em qualquer de censores do merecimento, proceder-se-á ao desempate, em primeiro lugar, pela antiguidade de classe e, a seguir, pela forma determinada no art. 26.

Art. 38. Não poderá ser promovido por merecimento o funcionário

- a) que não obtiver, como grau de merecimento, a metade do máximo atribuível;
- b) que este a licenciado na época da promoção, ou tenha estado no trimestre anterior, para tratar de interesses particulares.

Parágrafo único. O disposto na alínea b deste artigo também se aplica a funcionários que esteja em férias estado licençoso, para acompanhar o marido, filho, pai ou irmão militar, que houver sido mandado servir em outro ponto do território nacional.

CAPÍTULO IV

Do processamento das promoções

Art. 39. A fim de regularizar o processamento das promoções, fica o ano civil dividido nos trimestres seguintes:

- I - Primeiro trimestre, compreendendo os meses de janeiro a março;
- II - Segundo trimestre, compreendendo os meses de abril a junho;
- III - Terceiro trimestre, compreendendo os meses de julho a setembro;
- IV - Quarto trimestre, compreendendo os meses de outubro a dezembro.

Parágrafo único. O primeiro e o segundo trimestres constituem o primeiro semestre; o terceiro e quarto trimestres integram o segundo semestre.

Art. 40. Nas promoções a serem realizadas em março, junho, setembro e dezembro serão providas todas as vagas verificadas, respectivamente, até o último dia dos meses de janeiro, abril, julho e outubro.

Art. 41. Os órgãos de pessoal manterão rigorosamente em dia o assentamento individual do funcionário, com o registro exato dos elementos necessários à apuração da antiguidade e do merecimento, devendo retificá-los em caso de engano ou erro.

Art. 52. Os órgãos de pessoal, com os elementos de que dispuserem e os fornecidos pelos chefes de repartição, manterão rigorosamente em

din o registro das vagas ocorridas em cada trimestre, com indicação do critério a que obedecerá o seu provimento.

Parágrafo único. Os chefes de repartição comunicarão, direta e imediatamente, ao órgão de pessoal respectivo, por via telegráfica, quando se tratar de repartição sediada nos Estados, o falecimento dos funcionários que trabalharem sob suas ordens.

Art. 43. Na hipótese dos artigos 22 e 23, o órgão de pessoal, no prazo de trinta dias contados da vigência da lei respectiva, publicará a classificação por antiguidade de todos os funcionários cujos cargos foram abrangidos pela reclassificação ou fusão.

Art. 44. Em janeiro de cada ano, o órgão de pessoal publicará a classificação, por ordem de antiguidade de classe e mencionando os dados referentes ao desempenho (art. 26), de todos os ocupantes efetivos de cargos de carreira, de acordo com os elementos contidos até 31 de dezembro do ano anterior.

§ 1º Essa classificação, atualizada em relação a cada vaga, servirá de base a todas as promoções que se verificarem durante o ano.

§ 2º Ocorrência vaga, por qualquer motivo, considera-se automaticamente alterada a classificação.

§ 3º Será obrigatória a publicação do falecimento, com a indicação da respectiva data.

§ 4º A classificação será republicada, parcial ou totalmente, a juízo do órgão de pessoal, no caso de se verificar engano ou erro na apuração que lhe serviu de base.

Art. 45. As reclamações dos funcionários, quando relativas a enganos na apuração do tempo de serviço, serão resolvidas pelos órgãos de pessoal.

§ 1º O direito de reclamar contra a referida apuração prescreve no prazo de cento e vinte dias, contados da publicação respectiva.

§ 2º Na reclamação contra determinada lista de antiguidade, não produzirão qualquer efeito as alegações referentes ao tempo de serviço de outrem, já computado em lista anterior, contra a qual o funcionário não reclamou em tempo oportuno ou teve indeferida a sua reclamação.

Art. 46. Nos primeiros cinco dias de janeiro e junho, o chefe de seção, repartição ou serviço, julgará as condições essenciais de merecimento dos funcionários que se acharem sob as suas ordens imediatas.

§ 1º Chefe, para efeito do julgamento a que se refere este artigo, é aquele que exerce cargo ou função, de chefia ou direção, expressamente previsto na legislação ou instituído em portaria do Ministro de Estado ou do dirigente de órgão imediatamente subordinado ao Presidente da República.

§ 2º Cabe ao Ministro de Estado julgar as condições essenciais de merecimento dos funcionários que lhe estejam diretamente subordinados.

Art. 47. O julgamento será expresso em respostas aos quesitos constantes do Boletim de Merecimento, do próprio órgão da autoridade.

Art. 48. Quando o funcionário for o próprio chefe de serviço caber-lhe-á encaminhar seu Boletim de Merecimento a autoridade a que estiver imediatamente subordinado.

§ 1º No boletim, o funcionário anotará apenas o semestre, nome, cargo e outras condições de identificação.

§ 2º A autoridade a que se refere este artigo apreciará as condições de merecimento do funcionário, na forma do art. 47.

§ 3º Ultrapassado o julgamento, a autoridade providenciará a remessa do boletim ao órgão de pessoal.

Art. 43. O julgamento das condições essenciais referentes aos funcionários legalmente alistados da repartição em que forem lotados competirá a autoridade a que estiverem diretamente subordinados.

Art. 44. Na hipótese de, no decorrer do semestre, ter o funcionário sido removido, transferido ou requisitado para outra repartição, a extensão do seu Boletem de Merecimento compete a autoridade a quem ele esteve subordinado por mais tempo.

Art. 45. Preenchido o Boletem de Merecimento, a autoridade o encaminhara imediatamente ao órgão de pessoal.

Parágrafo único. Na folha de encaminhado o Boletem, cabe ao órgão de pessoal ou ao próprio funcionário preencher o seguinte:

Art. 46. A medida que for em sendo recebida, o órgão de pessoal registrara no lugar próprio dos Boletins, a correspondência factual de merecimento e os pontos positivos correspondentes às respostas dadas pela autoridade que julgou as condições essenciais.

§ 1.º Nada havendo a registrar, o órgão de pessoal fará, nos boletins, declaração expressa dessa circunstância.

§ 2.º Nas folhas, no lugar próprio do assentamento individual os totais dos pontos positivos e negativos obtidos pelo funcionário, no semestre, tem como a sua soma a média.

§ 3.º Limitada os registros, o Boletem de merecimento será conservado na pasta do assentamento individual até o recebimento de novo boletim, no semestre seguinte.

§ 4.º O novo boletim deverá substituir, na pasta do assentamento individual o do semestre anterior, que será arquivado.

Art. 47. O levantamento dos Mapas de Premiação será efetuado pelo órgão de pessoal, a proporção que forem sendo recebidos os necessários elementos.

§ 1.º Esses Mapas, organizados para cada classe em que houver vagas regulamentares ou decorrentes legais:

a) relação de todos os funcionários que integram a classe, por ordem de antiguidade, na data da primeira vaga ou de vaga de antiguidade ou merecimento, com indicação das alterações que interessam ao preenchimento das vagas por promoções;

b) indicação dos funcionários que, na data de cada vaga, satisfaziam os requisitos exigidos;

c) indicação das condições de preferência para o desempate;

d) indicação do índice de merecimento dos funcionários nos quatro semestres anteriores;

e) indicação do grau de merecimento dos funcionários e em o qual concorrerem as promoções.

§ 2.º Os mapas serão reunidos em cartilhas, numeradas a que se referirem as classes, dentro de cada quatro ou parte de quatro.

Art. 48. Com base nos Mapas, o órgão de pessoal fará publicar, até o último dia dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, a lista dos funcionários que poderão concorrer às promoções por antiguidade ou merecimento nos trimestres respectivos.

Parágrafo único. A lista de antiguidade conterá o nome dos funcionários que serão promovidos a promovaes por esse critério, incluído, quando for o caso, o número divergente da lista de que trata o art. 44, a de merecimento obedecerá ao disposto no parágrafo único de art. 7.

Art. 49. O funcionário poderá reclamar ao Ministro de Estado, contra erros ou omissões constantes da lista de merecimento, até cento e vinte dias após a sua publicação.

Parágrafo único. Não será tornada sem efeito a promoção de funcionário, cujo nome devesse constar da lista de merecimento, por motivo de alteração do número de ordem.

Art. 56. Compete ao órgão de pessoal:

I — Indicar os funcionários que devam ser promovidos por antiguidade, pela ordem da classificação respectiva.

II — Organizar em ordem decrescente de grau de merecimento, dentre os funcionários que preençam os requisitos necessários, a lista triplre respectiva, observado o disposto no artigo 7.º e seu parágrafo.

Parágrafo único. Nos primeiros dias dos meses de março, junho, setembro e dezembro, as indicações e listas serão apresentadas, juntamente com os registros de vagas, os Mapas de Promoções e os projetos de decreto respectivos, ao Ministro de Estado ou dirigente de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República, para serem submetidas à apreciação e decisão deste.

Art. 57. Somente nos meses de março, junho, setembro e dezembro poderão ser promovidos os funcionários públicos civis da União.

§ 1.º A vaga do Presidente da República, a vaga da classe final da carreira poderá ser provida, independentemente das épocas a que se refere este artigo.

§ 2.º Para o provimento das vagas decorrentes das demais classes, considerar-se-á como originária, para os efeitos do art. 12, a data em que realmente ocorreu a vaga, preenchida com fundamento no parágrafo anterior.

CAPÍTULO V

Disposições transitórias e finais

Art. 58. Nos primeiros dois anos de execução deste Regulamento, o grau de merecimento dos funcionários será apurado de acordo com o modelo anterior e o anexo, do Boletim de Merecimento.

Art. 59. Para os fins indicados no artigo anterior, observar-se-ão as seguintes normas:

I — Enquanto não for expedido o Boletim semestral, o merecimento será apurado pelas três últimas boletins quadrimestrais.

II — Até a expedição de três boletins semestrais, serão os mesmos computados conjuntamente com os últimos boletins quadrimestrais, da seguinte forma:

- a) o primeiro boletim semestral e os três últimos quadrimestrais;
- b) os dois primeiros boletins semestrais e os dois últimos quadrimestrais;
- c) os três primeiros boletins semestrais e o último quadrimestral.

Art. 60. Para os efeitos do artigo anterior, apura-se o índice do merecimento, com aproximação de milésimos:

a) em relação aos boletins quadrimestrais, na forma da legislação que rege o assunto (lei e aritmética do quadrimestre);

b) relativamente aos boletins semestrais, dividindo-se por cinco a soma algébrica dos pontos positivos e negativos, obtidos pelo funcionário.

Art. 61. Nesse período transitório, o grau de merecimento, com que o funcionário compare a promoção, será representado pela soma aritmética, com aproximação de milésimos, dos índices de merecimento, apurados em cada boletim.

feito por outra forma, considerando-se, assim, o critério a que tenha chegado à última promoção, para, sem quebrar a sequência, apurar-se qual o que se atenderá nas promoções que se vão fazer. — Circ. D. F. 101, de 3-11-39, de DASP — "Circulares do DASP", pag. 39.

Fusão de classes — A primeira promoção a ser realizada nas classes das carreiras resultantes da fusão de outras, deverá ser feita pelo critério de antiguidade. — Circ. D. F. 1-8, de 31-10-40, de DASP — D. O. 1-11 — Circulars do DASP, pág. 69.

Afastamentos legais — Os funcionários postos à disposição das organizações paraestatais, legitimamente afastados da repartição ou serviço em que foram lotados, poderão ser promovidos por antiguidade ou merecimento. — Of. D. F. 2.170, de 25-3-40, do DASP — D. O. 23.

Direito de promoção — Em o nosso direito administrativo, o funcionário ocupante de cargo de carreira não adquire direito de ser promovido a classe imediatamente superior, pela simples abertura da vaga. Há, apenas, uma expectativa de direito que se legitima com o ato de promoção pela autoridade administrativa. Não é esta, entretanto, obrigada a prover, por promoção, a vaga aberta na classe intermediária de cargo de carreira para uma razão de existir ocupante na classe imediatamente inferior, em condições de ser promovido.

Reservadas algumas formas de provimento de cargo público (readmissão, reversão e transferência a pedido, que só podem ser efetivadas em vaga que deva ser provida por merecimento, quando se tratar de cargo de carreira, e a falta a renúncia, que, normalmente, é feita para cargo de classe inicial de carreira), pode a autoridade administrativa regular o provimento por qualquer outra forma, das vagas abertas nas classes intermediárias de carreira, embora haja funcionário na classe inferior em condições de ser promovido. — Par. de 22-6-44, do DASP, no proc. 6016-44 — D. O. 25-6, 11-5-47 — J. O. A., XIII, 60.

— Promoção é mera expectativa de direito, podendo quaisquer disposições legais referentes ao assunto ser modificadas, sem que isso prejudique a pessoa que já tem um direito adquirido. — Par. de 17-1-47, do DASP — D. O. 22-1-47, pag. 950.

Não se reconhece ao funcionário nenhum direito à promoção em face do texto expresso da Lei — Ac. do S. T. F., no Recurso Extraordinário 8 575 — J. A. (I. N.), Vol. I, Fasc. II, 1947, pag. 12.

— Modificada a carreira a que pertence o funcionário mais antigo para a promoção, não pode ele invocar direito adquirido na anterior carreira, a promoção pelo princípio de antiguidade. Exp. mot. 1 205, 1-7-39, do DASP — D. O. 2-7-39 — Uma vez que, por força de uma lei que visou o interesse do serviço público, eu direito a promoção, antes expectativa de direito, deixou de existir. Par. n. 2 532, de 2-7-44, do DASP — D. O. 15-7-44, pag. 12 559.

Direito a carreira — Porém os funcionários não ter menores garantias de manter quanto a posição estatutária, mas não se lhes pode retirar de todo o acesso, quando quer que seja a concessão que se pretira, como direito subjetivo, situação jurídica ou direito eventual sob proteção da pessoa. Voto do Ministro Ildelfonso de Azevedo no Rec. Extr. 8 575 do S. T. F. — J. A. (I. N.) Vol. I, Fasc. II, 1947, pag. 19.

Parágrafo único. O critério a que obedecer a promoção deverá servir no decreto respectivo.

Art. 15. Compete às Comissões de Eficiência elaborar as propostas de promoção, observadas as disposições deste Estatuto e do regulamento.

— Em virtude do Decreto-lei n.º 3.569, de 29-8-41, foram transferidas nos órgãos de pessoal respectivamente todas as funções relativas à administração de pessoal, ativas as Comissões de Eficiência, que, antes, foram extintas pelo D. L. 9.508, de 23-7-46.

Parágrafo único. Cabe no serviço de pessoal apurar os elementos necessários ao processamento das promoções.

— Vide art. 4.º do R. P.

Cabe a extinção e substituição de proposta de promoção. — Na tendo sido aprovada pelo Conselho de Estado, a proposta de promoção em causa, as novas propostas rectificativas da situação dos interessados poderão ser apresentadas a consideração e deliberação do Senhor Presidente da República. — Par. de 17-1-44, do IASP, no processo 482-44 — D. O. 21, 1944.

Art. 16. A promoção por antiguidade recairá no funcionário mais antigo na classe.

— Vide art. 6.º do Regul. de Promoções.

Alteração. — Em face de uma proposta que lhe foi formulada, o Conselho Administrativo do IASP resolveu que deveria ser prioritária por antiguidade o funcionário mais antigo na classe na data da vacatura e, bem assim, que as alterações nas classes fossem por ordem de antiguidade só podendo produzir efeito depois de publicadas no órgão oficial (D. O. 10-9-40).

Desistência. — Promoções por antiguidade não podem ser objeto de desistência, porque não geram outros interesses nem constituem as razões particulares que possam determinar essa desistência. — Resol. de 27-1-48 do C. A. S. P. C. — Ata das Sessões, pag. 1.007.

Aparentado. — Aparentado não tem direito a promoção, mesmo que fosse, não tendo da apresentação o mais antigo na classe e tendo a verificada vaga a ser preenchida pelo candidato mais antigo, antes da decretação da apresentação. — Par. n.º 1.221 de 6-5-40 e 1.223 de 23-9-40, do DASP — D. O. 11-10, pág. 12-126.

Art. 17. A promoção por merecimento, inclusive à classe final da carreira, recairá no funcionário escolhido pelo Presi-

dente da República dentre os que figurem na lista apresentada ao Ministro de Estado pela Comissão de Eficiência.

Vide art. 7.º do Reg. de Promoções.

Serviço de Pessoal — As atribuições de pessoal, afetas às Comissões de Eficiência foram transferidas para os órgãos de pessoal.

Diplomata — As promoções serão feitas de conformidade com a legislação geral, respeitadas, porém, as seguintes disposições:

a) os boletins de merecimento dos funcionários da carreira de "Diplomata" serão apreciados, **em conjunto, por uma comissão composta** do Secretário Geral que a presidir, e dos Chefes do Departamento Político e Cultural, do Departamento Econômico e Conselho do Departamento de Administração. Dado que se verifique parcialidade manifesta nas ponderações conferidas, a referida Comissão recorrerá, *ex-officio*, ao Ministro de Estado, que as poderá alterar. Art. 11 do D. L. 9.292, de 26-4-46 — D. O. 27.

Arbitragem — Recorrendo a promoção por ~~merecimento~~ *por merecimento* não ~~funcionários~~ *funcionários* escolhidos pelo Presidente da República, deverá, também, a arbitragem ser realizada mediante indicação do Presidente. Exp. mot. 2.536, de 23-9-41, do DASP — D. O. 3-1.

Nivelamento — Os funcionários incluídos na lista triplíce ficam nivelados, para fins de promoção. — Exp. mot. 1.608, de 10-10-40, do DASP — D. O. 30.

— Os interessados figuraram na lista triplíce apresentada para a promoção contra a qual **reclamam**, não lhes ~~assessando~~ *assessando*, portanto, **razão**, desde que a escolha do Presidente da República, recaia no funcionário a que se alude. — (Des. de 24-8-43, do DASP, no proc. 10.261-43 — D. O. 27-8, pag. 12.936).

Direito — O funcionário que fazia jus a ter o seu nome incluído em lista triplíce, não tem, só por isso, direito a que sua promoção, verificada mais tarde, retroaja. — Exp. mot. 982, de 9-7-40, do DASP — D. O. 12.

Parágrafo único. Ao Ministro cabe impugnar a lista e fazê-la voltar à Comissão, para novo exame, quando houver irregularidades no processo ou erros na apreciação do merecimento.

Art. 48. Não poderá ser promovido, inclusive à classe final de carreira, o funcionário que não tenha o interstício de setecentos e trinta dias de efetivo exercício na classe. (*)

(*) A redação deste artigo foi alterada pelo D. L. 8.937, de 18 de dezembro de 1945. O D. L. 9.094, de 2-3-46, revogou o outro e restabeleceu a redação anterior.

— Leg. ant.: art. 34 da Lei 284, de 1936.

— Vide art. 9.º do Reg. de Promoções.

Transferência de ocupante de cargo público — O ocupante de cargo público, não estando em transferência ou afastado para cargo de confiança, deve servir para efeito de adiantamento de tempo de efetivo exercício no cargo anterior. — Resol. do C. D. do R. A. P. de 29.1.41 — D. O. 1.4.41.

Tempo fiscal — "Art. 3.º Não poderá ser promovido ou renovoado o agente fiscal do imposto de consumo que não tiver o interesse de bem servir e tivera (70) dias de efetivo exercício na classe ou no posto em que servir."

§ 1.º Poderá, entretanto, a União do Presidente da República, ser dispensado o interesse.

Art. 4.º Quando a promoção for feita para uma classe em que existir a vaga, não poderá ser feita a promoção de promoção para essa classe.

Art. 5.º No caso de promoção, desde que se promova a promoção para promoção. — D. L. 5.356, de 20.4.49, na redação dada pelo D. L. 6.416, de 13 de abril de 1944.

Serviço eleitoral — Os serviços eleitorais são obrigatórios e não remunerados, exceto os serviços de fiscalização para eleição de representantes sindicais, quando do art. 6.º do D. L. 7.359, de 28.5.49.

Art. 19. A promoção por merecimento às classes intermediárias de cada carreira só poderão concorrer os funcionários colocados nos dois primeiros terços da classe, por ordem de antiguidade.

— Vide art. 10, do Reg. de Promoções.

— Leg. ant.: art. 34, § 4.º, da Lei 284.

— Quando se tratar de classe inicial de carreira considerada extinta, a promoção para a primeira classe só poderá ser feita para o primeiro de classe e a promoção para a primeira classe de classe extinta para a primeira classe de classe extinta. — Par. do 7.12.49 da D. F. do R. A. P. no proc. 7.242.41 — D. O. 10.12, pag. 18.1.4.

— Não há apenas nove os cargos exclusivamente para a primeira classe e a primeira classe de classe extinta e a primeira classe de classe extinta. — Par. do 7.12.49 da D. F. do R. A. P. no proc. 7.242.41 — D. O. 10.12, pag. 18.1.4.

Art. 50. O merecimento será apurado, objetivamente, segundo o preenchimento de condições determinadas em regulamento.

— Ver art. 48 do R. P.

Instruções sobre Boletim de Merecimento. — Examinando um processo em que se consultava se ocupante de cargo isolado, provido em comissão, deve ter boletim de merecimento, o DASP, opinou que esta suporta a essa exigência todo ocupante de cargo público isolado, ainda mesmo provido em comissão, ou de carreira, visto que a lei, adotando esta forma de provimento, nenhuma distinção nesse sentido estabeleceu.

Tratando-se de cargo isolado, esclareceu e clarificou que não seria esse boletim de merecimento considerado para efeito de promoção, mas evidentemente para o modo por que desamparava o funcionário o cargo de que é ocupante.

Não só este o efeito que se lhe deve atribuir, alianteu ainda, sendo também o que poderá produzir no caso de transferência *de cargo*, no interesse da administração, do ocupante de cargo isolado para cargo de carreira.

Concluiu, assim, o DASP, que a título o ocupante de cargo público, de carreira ou isolado, ainda que provido em comissão, deve ser expedido o boletim de merecimento, pelo chefe da repartição de serviço, ao qual estiver imediatamente subordinado. (Clar. de 5-5-42, no proc. 2.400-42 — D. O. 7-5, pag. 7.533). — J. A. O., 1, 82.

Boletins de merecimento. Instruções para preenchimento:

1.º — O chefe de serviço só cumprir ordens imediatas serve o funcionário, marido, mulher, pai, filho, irmão, tio ou sobrinho, pode atribuir a esse funcionário os pontos positivos necessários ao julgamento de seu merecimento. Os chefes de serviço, e os seus das responsabilidades de seus cargos, não podem e não devem guardar segredo, sem qual for o grau de parentesco que os ligue aos seus subordinados, uma vez que é de presumir que tenham a respeito de alguns precisa para fazê-lo.

2.º — Os chefes de serviço não podem, em hipótese alguma, deixar de preencher o Boletim de Merecimento de qualquer funcionário que sirva sob suas ordens imediatas;

3.º — Não é necessário que o funcionário tenha servido, por um semestre ininterrupto sob as ordens imediatas de determinado chefe, para que deste possa obter pontos no boletim de merecimento, bastando haver servido, em qualquer período, dentro do semestre.

4.º — Em caso de recusa do chefe de serviço em apresentar Boletim de Merecimento de qualquer funcionário que sirva sob suas ordens imediatas, este chefe deverá agir na forma prescrita no § 4.º do artigo 44 do Regulamento de Promoções, e o chefe deverá ser imediatamente punido por seu superior hierárquico por inobservância das disposições dos arts. 40 e 44 do mesmo Regulamento;

5.º — O funcionário que exercer a função de secretário, deverá ter os seus pontos de merecimento atribuídos pelo chefe de serviço sob cujas ordens esteja imediatamente servindo;

6.º — Não há inobservância ao impedimento legal, para atribuição dos pontos de merecimento, em que o funcionário de secretário não exerça por um onatário patente em primeiro grau de chefe de serviço, visto ser essa uma função de caráter técnico que de resto, se enquadra no item 1.º destas disposições. — Exp. n.º 358 de 10-12-38. — D. O. 2-1-39.

Revisão dos boletins. — "Não podem ser considerados os boletins de merecimento anteriores aos três últimos anteriores do funcionário, se não tenham sido revisados as respectivas listas de assentamento, devendo como determina o § 2.º do art. 26 do Regulamento de Promoções. — (Clar. de 2-2-42, do DASP a D. P. V. — D. O. 24-2, pag. 2.303 — J. A. O., 111, pag. 45).

Pêso preventivo — Respondendo a consulta sobre apuração de merecimento, o DASP esclareceu: a) que não deverá ser atribuído bônus de merecimento ao funcionário afastado do serviço na forma do § 2.º do art. 41 do E. F., quando permanecer, nessa situação, durante todo o período; b) que esse período, porém, deverá ser considerado para efeito da apuração da data final do interessado, entrando como dano no cálculo da competente média, e) que se o afastamento, na forma do referido dispositivo legal, não compreender o semestre inteiro como prevê a lei, a mesma deverá ser conferida ao interessado, bônus de merecimento, não se lhe atribuirá; f) tem, no mesmo bônus, o dano por parte negativo pelo serviço de assento a que não devem ser considerados e não de refém, para esse efeito, e d) que se a mesma própria e tendo sido o motivo do afastamento o funcionário satisfazer as condições legais, nada impede a sua progressão a sua promoção. — Desp. do T. 84, no proc. 9.22.3 - D. O. 11.8, pag. 12.049.

Licença para tratamento de saúde — Para o julgamento do bônus de merecimento do funcionário beneficiado por período excedente de um semestre, tomar-se-á por base os pontos positivos obtidos durante a ausência. — Exp. mat. 204, de 5 de março de 1941 - D. O. 10.4, pag. 5.121.

Funcionário licenciado para fim de serviço militar — Nesse caso deve ser aplicado o critério estabelecido para atribuição de bônus de merecimento ao funcionário licenciado para tratamento de saúde.

Ainda, a autoridade a quem compete o julgamento, entre as perdas, o funcionário interessado, no primeiro semestre de sua ausência ao cargo, deverá ter-lhe expulso o competente bônus. E daí por diante, serão o mesmo repetido nos outros semestres. Mesmo porque, não deverá ser o afastamento, no caso, acarretar ao qualificar pelo qual, terá, respectivamente, satisfazidas as condições da lei, e ocorrerá a promoção, se o mesmo por merecimento, não deverá, desta forma, ficar privado dos respectivos bônus. — Par. do DASP no proc. 14.844 - D. O. 26.1-45 pag. 1.416.

Afastamento d. para — Deverá ser mantido o bônus que, anteriormente a esse afastamento, em meses ou estado de licença, atribuído. — Exp. mat. 1.406, 9.4-42, do DASP - D. O. 21.7-42 - J. A. (DASP), 9., pag. 508.

§ 1.º O merecimento é adquirido na classe; promovido o funcionário, recomeçará a apuração do merecimento a contar do ingresso na nova classe.

§ 2.º O funcionário transferido para carreira da mesma denominação levará o merecimento apurado no cargo a que pertencia.

Cargos diferentes — Refere-se reiteradamente, tem sido no DASP, a fim de transferir, para o interesse da administração, o cargo a que o funcionário foi transferido, a saber, a transferência.

Ainda, a respeito do E. F. C. em a transferência e transferir a promoção, a mesma será computada para efeito de cálculo da média de merecimento, e a mesma expulso dos pontos positivos atribuídos, e não de

teceu, muito embora se refiram êles a carreira diferente (Desp. de 24-8-43, do DASP, no proc. 10 261-43 — D. O. 27-8, pag. 12.936).

"*Vista*" do *Boletim de Merecimento* — Apreciando consulta sobre o modo pelo qual poderia o funcionário tomar conhecimento dos pontos de merecimento, opinou o DASP, na Circular n.º 10, de 29-8-49, pela observância das seguintes normas:

I — Será concedida ao funcionário, pelo órgão competente, vista do seu boletim de merecimento, dentro do prazo de dez dias, a contar do dia 5 de janeiro ou julho, conforme o semestre;

II — Na hipótese de não ter sido remetido o boletim na época própria (parágrafo único do art. 51 do Regulamento de Promoção), o prazo de 10 dias para vista será contado a partir da data em que o órgão do pessoal o receber;

III — A reclamação do funcionário, contra o modo por que foi preenchido o seu boletim, deverá ser apresentada dentro do prazo de 120 dias, a contar do término do prazo para vista do mesmo" (D. O. 31-3-49, pag. 4 732).

Art. 51. A antiguidade de classe será determinada pelo tempo de efetivo exercício do funcionário na classe a que pertencer.

DECRETO-LEI N.º 6 783 — DE 25 DE JULHO DE 1944

Fixa normas para apuração de antiguidade de classe

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A antiguidade de classe e o interstício para promoção e transferência dos funcionários, nos casos especiais a que se refere este decreto-lei, serão contados de acordo com o disposto nos artigos seguintes, aplicando-se, subsidiariamente, a legislação geral.

Art. 2.º Quando houver fusão de classes de mesmo padrão de vencimento, de duas ou mais carreiras, os funcionários contarão, na nova classe, a antiguidade de classe que tiverem na data da fusão.

Parágrafo único. O disposto neste artigo estende-se aos casos de reclassificação de cargo, de uma carreira em outra, ou de cargo isolado em carreira.

Art. 3.º Quando houver elevação do nível inferior de vencimentos de uma carreira, com a fusão de classes sucessivas, a antiguidade dos funcionários, na classe que resultar da fusão, será contada do seguinte modo:

I — os funcionários da classe inicial contarão a antiguidade que tiverem nessa classe, na data da fusão;

II — os funcionários das classes superiores à inicial contarão a soma das seguintes parcelas:

a) a antiguidade que tiverem na classe a que pertencerem na data da fusão, e

b) a antiguidade que tenham tido nas classes inferiores da carreira nas datas em que foram promovidos.

a) que o tempo de classe deve corresponder ao de efetivo exercício no cargo de que é ocupante o funcionário;

b) que o tempo de serviço no ministério deve equivaler ao de exercício em cargo ou função civil ou militar, no Ministério da Guerra, e, finalmente;

c) que, como tempo de serviço público, deve ser considerado o do exercício de cargo ou função remunerada, civil ou militar, em qualquer órgão da administração — Par. de 10-1-41, de DASP no proc. 25-41 — D. O. 13-1, pag. 628.

Contagem de tempo de serviço de funcionário q. e tenha "entradas-tarde ou retiradas antes de encerrado o expediente" — Examinando o assunto, entendeu a D. F.:

a) que o funcionário, que tiver "entradas-tarde ou retiradas antes de encerrado o expediente", não devesse sofrer decesso na classificação por ordem de antiguidade;

b) que essas entradas ou retiradas prevaleçam, apenas, para a atribuição de pontos negativos na apuração de uma das condições fundamentais do merecimento do funcionário — pontualidade horária; e

c) que tanto isso é certo que tais entradas ou retiradas não são consideradas em quadrimestre que se não ligem à promoção por merecimento, sendo mesmo desprezadas se não atingirem o grupo de três, correspondente ao ponto negativo. Par. de 25-9-44, de DASP, no proc. 14 552-44. — D. O. 27-9-44, pag. 16 122 — J. O. A., XIV, 74.

Interrupção de exercício — Solicita a D. P. V. mais uma vez, o pronunciamento desta D. F., relativamente à situação de funcionário que interrompeu o efetivo exercício na classe a que pertence.

No seu entender, a decisão do Conselho Deliberativo do DASP, em sua sessão 88.ª, segundo a qual "o funcionário que interrompe o efetivo exercício na sua classe não devesse, como tem sucedido em alguns casos, passar de sua posição para o último lugar, mas sim ser incluído, na classificação básica, imediatamente abaixo da dele que contar o mesmo número de dias e mais um", não vem sendo seguida.

Essa decisão, segundo, ainda, a referida D. P. V., não está conforme o disposto no art. 143 e seus parágrafos, do Regulamento de Promoções.

Entretanto, como se infere do exposto, a referida decisão, como afirmou esta D. F. em resposta à consulta a que se alude, nada mais fez de que recomendar a observância desses dispositivos legais.

E que, não obstante a clareza de seus dispositivos, alguns órgãos de pessoal, ao que constava, não os vinham observando convenientemente.

Aquele tempo, eram de certo modo compreensíveis semelhantes dúvidas que, entretanto, a esta altura, já não mais se justificam.

Realmente, como se sabe os funcionários, na forma do art. 5.º das Disposições Transitorias da Lei n. 284, de 1936, foram classificados, dentro de cada carreira e classe, por ordem de antiguidade, tendo em vista a situação desses funcionários nos quadros a que pertenciam.

Por a chamada classificação básica, ind. pensável ponto de partida para toda a contagem de tempo de exercício dos funcionários nas novas classes das carreiras instituídas pela referida lei, classificação essa em que foi espelhada a situação desses funcionários em 31 de dezembro de 1936, de acordo com a legislação então vigente.

Assim, ficou estabelecido que, em 1-1-37, todos esses funcionários tinham a mesma antiguidade de classe.

É evidente que a interrupção de exercício, a partir da referida data impositiva, com a toda impetita, na alteração daquela classe funcional que, em qualquer hipótese, há de cortar com um ou mais funcionários em *matrimônio* lugar sem que daí resulte a inobservância da questão da habilitação do C. P., nem, entretanto, da que estabelecem os respectivos transcritos. — Par. de 4-7-44, da P. F. do DASP, no proc. n.º 24-44 — D. O. 7-7-44, 11-968. — J. O. R., XIII, 65.

Parágrafo único. O funcionário, exonerado na forma do § 9.º do art. 17, que fôr nomeado em virtude de habilitação do mesmo concurso, contará, como antiguidade de classe, o tempo de efetivo exercício, na interinidade. (*)

— Leg. ant. : art. 36 da Lei 284, de 1966.

Antiguidade de classe de interino existindo. — “O assunto não comporta dúvidas e a orientação firmada tem sido entendida e aplicada uniformemente, abrangendo as situações que poderão surgir. Nessa conformidade, tempo de classe será o correspondente ao efetivo exercício do funcionário no cargo de determinada classe da carreira a que pertence, e não daquelas que haja integrado. — Parecer do DASP no proc. 7-441-42. — D. O. 25-2-42, pag. 14-491. — J. O. A., 2.º, 162.

— O DASP, na Exp. Mat. 2-299 de 20-7-43, propôs ao Pres. lto da República fosse firmado o entendimento de que funcionários interinos que, por efeito de alteração dos quadros, fossem nomeados para cargos correspondentes do Q. P. e nos mesmos efetivados, mediante concurso, e, em, para efeito de promoção, todo o tempo de interinidade que tenham no cargo, sem distinção de quadro. — D. O. 26-7-43, pag. 11-901.

Antiguidade de classe, de interino existindo e não ocorrendo nomeação em outra carreira. — O funcionário ao retirar, com o de aproveitamento de curso, o tempo de efetivo exercício prestado como interino quando a interinidade se originou no caso de ausência do titular ou a habilitação determinou sua exatuação do cargo exercido interinamente.

Em hipótese alguma, da nomeação interina, em substituição, poderá resultar efetivação. À vista d'isso que prevalece o § 1.º do art. 30 do E. P., não podendo, assim, ocorrer a verificação das condições necessárias para que o tempo de serviço respectivo seja contado para efeito de antiguidade de classe. — Par. de 21-2-45, no proc. 21-527-44. — D. O. 26-2-45, pag. 3-073.

Exercício ilegal. — Não pode ser incluído no compute da antiguidade de classe o tempo em que o funcionário exercera ilegalmente outro cargo, mesmo que tal fato tivesse ocorrido por culpa sua. — Exp. mat. 1.º-9, de 10-5-42, do DASP. — D. O. 1-6-42, pag. 10-467. — J. O. A., 1.º vol., pag. 37.

(*) Redação dada pelo D. I. 6-558 de 5-6-44. — O texto original era o seguinte: Parágrafo único. Será contado na antiguidade de classe o tempo de efetivo exercício como interino, desde que entre este e o provimento efetivo não tenha havido interrupção.

Art. 52. A antiguidade de classe, no caso de transferência, a pedido ou por permuta, será contada da data em que o funcionário entrar em exercício na nova classe.

Parágrafo único. Se a transferência ocorrer "ex-officio", no interesse da administração, será levado em conta o tempo de efetivo exercício na classe a que pertencia.

Classificação — Os funcionários transferidos *ex officio* deverão ser colocados na classificação por ordem de antiguidade, na nova classe, no lugar que lhes assegurar o número de dias de efetivo exercício que contar no cargo anterior, a partir de 1.º de janeiro de 1937, não estando, também, sujeitos a novo interstício. — Of. 277, de 15-2-41, do DASP à Imprensa Nacional (D. O. 18-2).

Contagem de tempo de serviço nos casos de transferência "ex officio" — Consultou o M. G. se o tempo de serviço que o funcionário transferido *ex officio* trouxe de outro Ministério deve ser considerado como prestado no Ministério para que foi transferido, ou, simplesmente, como tempo de serviço público.

Examinando o assunto, a D. F. verificou e foi de parecer:

a) que o parágrafo único do art. 52 do F.F., apenas assegurou ao funcionário transferido *ex officio* a contagem do tempo de efetivo exercício na classe a que pertencia, para os efeitos da antiguidade de classe, para promoção;

b) que, portanto, ressalvada a hipótese anterior, deverá ser seguida a norma geral adotada para os casos de transferência a pedido e permutas, contando-se o tempo de serviço anteriormente prestado à transferência *ex officio*, simplesmente como de serviço público. — Par. de 26-2-45, no proc. 2 048-45 — D. O. 3-3-45, pag. 3.510 — Circ. 20, de 29-9-45, do DASP — D. O. 4-10-45, pag. 15.730 — R.S.P., Dez., 45, pág. 134.

Art. 53. Na classificação por antiguidade, quando ocorrer empate, tem preferência o funcionário que tiver mais tempo de serviço no Ministério; em caso de novo empate, o que tiver mais tempo de serviço público federal; havendo ainda empate, sucessivamente, o funcionário com prole, o casado, o mais idoso.

— Leg. ant.: art. 37, § 1.º, da Lei 284, de 1936.

— Vide art. 16 do Reg. de Promoções.

Parágrafo único. Quando se tratar de classe inicial, o desempate será feito, em primeiro lugar, pela classificação obtida no concurso.

Serviço militar — Devera ser considerado como tempo de ministério, todo aquele prestado ao mesmo ministério, a qualquer tempo e em qualquer cargo ou função, civil ou militar. — Par. de 21-4-45, no proc. 6 000-45. — D. O. 30-4-45, pag. 7.813. — R.S.P., junho, 45, pag. 110.

Classe inicial — O paragrafo unico do art. 53 do E. F. está revogado. Quando foi baixado o Decreto-lei n.º 5 958, que reestabeleceu o corpo do art. 53 do E. F., na sua redação primitiva, todo este como o seu paragrafo unico estavam revogados, por *occurrente tunc*, pelas leis de proteção a família. Houve, a esta, por bem, a lei, restagradora de excluir de sua regência as classificações já feitas (art. 3.º).

É principio legal que a lei revogada (no caso o paragrafo unico do art. 53 do E. F.), *não se reestabelece*, salvo disposição em contrario, que na Lei, por ter a lei revogada em (lei de proteção à família) perdido a vigência (Lei de Intr., art. 2.º, § 30).

A caducidade do paragrafo unico do art. 53 do E. F. não decorre do Decreto-lei n.º 5 958, mas da lei intermédia de proteção a família. (Lei do DASP — Proc. 7 950-47 — D. O. 15-1-48, pag. 4 000).

O desampate, para efeito de promoção, se a qual for a classe de carreira respectiva, está regulada pelo Decreto-lei n.º 5 958-43 (Proc. 1 324-48 do DASP — D. O. 27-2-48, pag. 2 800).

Art. 54. O tempo de exercício para verificação da antiguidade de classe será apurado somente em dias.

— Vide art. 20 do Reg. de Promoções.

Art. 55. As promoções serão processadas e realizadas em épocas fixadas em regulamento.

— Vide art. 57 do Reg. de Promoções.

Art. 56. Não poderá ser promovido o funcionário que estiver suspenso disciplinar ou preventivamente.

— Vide art. 19 do Reg. de Promoções.

Funcionário que responde a processo administrativo — Não estando afastado das respectivas funções, pode figurar na lista de encaminhamento — Exp. mot. 1.571, 16-7-41 — D. O. 22-7-41 — J.A., VII, 780.

Pronúncia — A pronúncia torna o seu incompatível com exercício de cargo público, sem prejuizo, entretanto, do acesso legal que lhe compete (§ 5.º do art. 14 do D. L. 167, de 5-1-38 (J.A.)).

§ 1.º No caso de promoção por antiguidade, a vaga será preenchida pelo funcionário que se lhe seguir na classificação.

§ 2.º Se da averiguação dos fatos que determinarem a suspensão preventiva não resultar punição, ou se esta consistir na pena de advertência ou repreensão, o funcionário impedido por este fato de ser promovido por antiguidade terá a sua promoção na primeira vaga que se deva preencher por este critério.

Prática administrativa. — Este dispositivo pode ser aplicado, também, no caso de prisão administrativa, quando da mesma resultar punição, bem como no caso de sanções detentivas penais. — Par. de 27-41, do DASP, no proc. 1.921-41 — D. O. 14.

Art. 57. Será declarado sem efeito, em benefício daquele a quem cabia, de direito, a promoção, o ato que promover indevidamente o funcionário.

§ 1.º O funcionário promovido indevidamente não ficará obrigado a restituir o que a mais tiver recebido.

§ 2.º O funcionário a quem cabia a promoção será indenizado da diferença de vencimento ou remuneração a que tiver direito.

Efeito retroactivo. — Em exp. mot. 1.712, de 31-7-41, o DASP propôs a anulação de decreto de promoção que na prática teria sido executado, com efeito retroactivo, do de promoção daquele a quem, de fato, caberia a promoção. — D. O. 188.

— Promoção que, por equívoco, tenha de ser efetuada no período próprio. Não pode o funcionário ser promovido por período para o qual não converteu anteriormente, por isso, que a promoção terá efeito até a data em que tenha sido publicado o decreto, e executado na ocasião devida. — Exp. mot. 62, de 1-8-41 — D. O. 24.

Errata. — Se no interesse cabia o primeiro lugar na classificação por antiguidade e se essa classificação não foi alterada por qualquer nu. apurção levada a efeito, a conclusão óbvia é que a promoção realizada em prejuizo daquele que a mais a ter a direito anula a sua despoção ex d. art. 57 do Estatuto dos Funcionários e art. 15 do Regulamento de Promoções, isto é, deve ser tornada sem efeito, em benefício daquele que, por equívoco, foi preferido.

Em face de precat. expresso de lei não valera a nul. que de circulares ou outras portarias de natureza meramente administrativa, pois que estas visam facilitar e orientar a aplicação da lei e não podem ser certamente anuladas em caso em que essa anulação resulte, como disseram, de texto expresso e que não se presta a qualquer interpretação. — Par. do Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho, proc. 32.659-41 — J.O. A. — Vol. XI, 1944, pag. 29.

Promoções decorrentes — É óbvio que o fato de ter sido tornada sem efeito promoção acarreta, forçosamente, sejam tornados sem efeito, em consequência, todos os atos resultantes da mesma, inclusive as promoções decorrentes. — Par. de 20-12-46, do DASP, no proc. 8.534-46 — D. O. 2-1-47, pág. 21.

Funcionário anulado pelo art. 21 do A.D.C.T. — A retroatividade da Lei n.º 525-A, de 1938, diz respeito tão somente à efetivação, não sendo lícito daí presumir que a mesma tenha por efeito invalidar promoções já legalmente efetivadas.

A promoção anterior foi processada nos estritos termos da legislação então vigente, pelo que se trata de ato jurídico perfeito, cujos efeitos se incorporaram ao patrimônio do funcionário promovido, passando a constituir direito adquirido.

Não poderá, portanto, a Lei n. 525-A, de 1938, embora de caráter retroativo, acarretar a anulação do referido ato. — Par. do DASP — Proc. 1.998-49 — (D. O. 30-4-49, pag. 6.645).

Funcionário já falecido — A autoridade, dando provimento a recurso formulado, sem fazer qualquer ressalva, quanto aos efeitos de sua decisão, assegurou a retroatividade dos efeitos à data do ato impugnado.

Efetivadas as promoções sem que figurasse o postulante entre os beneficiários por essa medida, em virtude da demora na solução do recurso, e tendo sido favorável a decisão proferida, adquiriu o funcionário o direito de impugnar a promoção individualmente ~~revelada~~.

Essa promoção passou a constituir patrimônio do funcionário.

O fato de ter sido a decisão proferida em data posterior ao seu falecimento não importa em impedimento para o processamento da promoção, cabendo à viúva a defesa desse patrimônio.

Não se trata, no caso, de promoção *post mortem*, instituto desconhecido na legislação sobre pessoal civil, e sim da restauração de um direito não reconhecido em época própria. — Par. do DASP no proc. 6.931-48 — D. O. 10-9-48, pág. 13.131.

Art. 58. Os funcionários que demonstrarem parcialidade no julgamento do merecimento serão punidos disciplinarmente pela autoridade a que estiverem subordinados.

— Vide art. 64 do Reg. de Promoções.

Art. 59. A promoção do funcionário em exercício de mandato legislativo só se poderá fazer por antiguidade.

— Vide art. 17 do Reg. de Promoções.

Constituição — Enquanto durar o mandato, o funcionário público ficara afastado do exercício do cargo, contando-se-lhe tempo de serviço apenas para promoção por antiguidade e aposentadoria — Art. 50.

Vereador — A regra do art. 50 da Constituição, encontra correspondência no art. 59 do E. F. que exclui a promoção por merecimento do funcionário em exercício de mandato legislativo federal. Mas, estabe-

lecido que, em relação aos mandatos locais ela não é absoluta, porque o funcionário durante cada ato terá mais dias de exercício no cargo do que no desempenho do mandato, não se deverá impedir sua promoção por merecimento, desde que preencham os demais requisitos previstos em lei e regulamento.

A promoção por merecimento, nessa hipótese, se dará nas épocas próprias, sem necessidade de procurar-se correspondência entre o exercício do cargo e a assinatura do ato de promoção. — Par. do DASP — Pres. 5.710-48. — D. O. 19.848, pag. 11.102.

Art. 60. Não poderá ser promovido, por antiguidade ou merecimento, o funcionário que não possuir diploma exigido em lei para o exercício da profissão própria da carreira.

— Vide art. 18, do Reg. de Promoção.

Regulamentação. Somente após a regulamentação do instituto da readaptação, que será compensatória e verificada se a entre outros motivos, quanto se apurar que o funcionário não possui a habilitação profissional exigida em lei para o cargo que ocupa, será o assunto decidido definitivamente.

Se a readaptação ainda não está regulamentada, de modo a permitir que o funcionário mediante o ingresso em qualquer em nova carreira possa ser promovido, não será justo que se lhe impeça o acesso na carreira a que pertence. — Exp. mod. 3.486, 21-12-41, do DASP — D. O. 12.142.

Diploma em caráter provisório. — A posse de diploma não confere ao funcionário o direito de preferência para promoção.

Segundo opinou a Consultoria Geral da República, o diploma do curso de direito não é exigido em lei para o exercício da profissão própria da carreira de advogado estatutário. — Par. 1.285, de 5.743, do DASP — D. O. 13-7, pag. 10.618.

Art. 61. É vedado ao funcionário, sob as penas previstas no regulamento, pedir, por qualquer forma, sua promoção.

— Vide art. 65 do Reg. de Promoção.

— O art. 61 do Estatuto tem a finalidade de prevenir que o funcionário, ainda não convertido da hierarquia dos processos de promoção em vigor, tente, por qualquer meio, por embaraço ou caráter dos seus superiores, e, por isso, não pode aplicarse ao funcionário, na emergência de uma aposentadoria compulsória, pelo aproveitamento para efeito de sua futura promoção. — Exp. n.º 4.30, de 21.6.42, do DASP — D. O. 20-3, pag. 4.203.

Parágrafo único. Não se compreendem na proibição d'êste artigo os recursos interpostos pelo funcionário, relativamente à apuração de antiguidade ou merecimento.

Art. 62. As recomendações, pedidos e solicitações de terceiros em favor da promoção de funcionários determinarão a punição dêste, na conformidade do que estiver estabelecido no Regulamento de Promoções.

— Vide art. 66 Reg. de Promoções.

CAPÍTULO VIII

Da transferência

REGULAMENTO:

(Decreto n. 6.222, de 4-9-40, modificado pelos de ns. 11.494, de 5-2-43, e 28.095, de 10-5-50)

Regulamenta o Capítulo VIII — Da transferência — Do Título I do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a da Constituição, decreta:

Disposições preliminares

Art. 1.º O funcionário ocupante efetivo de cargo isolado ou de carreira poderá ser transferido a pedido, ou *ex officio*, no interesse da Administração.

Art. 2.º Qualquer que seja a modalidade de transferência, é exigido:

1.º) Quanto ao funcionário:

a) que seja efetivo;

b) que tenha mais de setecentos e trinta dias de exercício no cargo de que é ocupante, salvo quando se tratar de transferência para cargo de classe inicial de carreira; quando for *ex-officio*, no interesse da administração, a transferência para as classes não iniciais de carreira poderá ser feita sem interstício, a juízo do Presidente da República.

c) que possua o diploma exigido em lei para o exercício da profissão própria da carreira ou do cargo para que deseja transferir-se.

Interstício — O art. 2.º, item 1.º, alínea b, do Decreto n. 6.222, de 4-9-40, determina que o funcionário, ocupante efetivo de cargo isolado ou de carreira, poderá ser transferido, a pedido ou *ex officio*, no interesse da administração, desde que, entre outros requisitos, tenha mais de setecentos e trinta dias de efetivo exercício no cargo de que é ocupante.

2. Ocorre, porém, que não existe dispositivo legal que impeça o funcionário, sem o interstício, de requerer a sua transferência, ou a Administração, de propô-la *ex officio*.

3. Assim, e uma vez que a transferência só se efetiva com a publicação do respectivo decreto no *Diário Oficial*, parece a esta D. P. que





